**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LOU GUIMARÃES LEÃO CAFFAGNI

**Técnicas pedagógicas do sistema socioeducativo proposto pelo
Eca: Uma análise das novas instituições de responsabilização ju-
venil a partir da filosofia de Michel Foucault**

São Paulo

2012

LOU GUIMARÃES LEÃO CAFFAGNI

Técnicas pedagógicas do sistema socioeducativo proposto pelo Eca: Uma análise das novas instituições de responsabilização juvenil a partir da filosofia de Michel Foucault

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: educação e filosofia

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Simões Francisco

São Paulo, outubro de 2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Nome: Lou Guimarães Leão Caffagni

Título: Técnicas pedagógicas do sistema socioeducativo proposto pelo Eca: Uma análise das novas instituições de responsabilização juvenil a partir da filosofia de Michel Foucault.

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre.

Aprovado em:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

À Maria de Fátima Simões Francisco, pela orientação apoio e amizade,

Aos professores Silvio Donizetti de Oliveira Gallo e Cintya Regino Ribeiro pela generosidade e sugestões no exame de qualificação, pela atenção e pela disposição.

Aos meus pais, Patrícia Maria Guimarães Saraiva Leão e Francisco José Caffagni, por tudo.

À minha esposa Tania Moreira Pescarini, pela leitura atenciosa, pela paciência e apoio.

Ao amigo Apoena Canuto Cocenza pelo apoio e pela leitura atenciosa da dissertação.

A meus irmãos Caio Leão Caffagni e João Guimarães Leão Caffagni e aos amigos Julia Tatini e Rafael Copolla pelo apoio.

Ao Professor Julio Groppa Aquino e seu grupo de estudo pela grande ajuda na formulação do projeto.

A Marcelo de Souza Ribeiro e aos demais funcionários da secretaria de pós-graduação da Faculdade de Educação da USP pela atenção.

À Faculdade de Educação e à Universidade de São Paulo pela oportunidade.

Ao CNPQ pelo financiamento.

CAFFAGNI, Lou. Técnicas pedagógicas do sistema socioeducativo proposto pelo Eca: Uma análise das novas instituições de responsabilização juvenil a partir da filosofia de Michel Foucault Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.

Resumo:

Essa dissertação trata da relação entre o saber pedagógico e o governo dos adolescentes infratores. A partir da filosofia de Michel Foucault se investigará em um conjunto de artigos –acadêmicos e opinativos- e de documentos governamentais quais são as novas práticas e concepções pedagógicas que surgiram na última década. Sabe-se que nos últimos anos o sistema de justiça juvenil brasileiro tem passado por grandes transformações, tanto no plano prático quanto no teórico. O objetivo do trabalho é saber o que se passou durante esse período de reforma da instituição de responsabilização juvenil e se esse processo tornou o atendimento aos adolescentes infratores mais eficaz do ponto de vista da gestão da criminalidade juvenil. Inicialmente expõem-se alguns debates teóricos importantes para a justiça especial dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se então, da relação entre direito e poder a partir da análise dos argumentos expostos no debate acerca da redução da maioridade penal. Apresentam-se na sequência as diversas forças que habitam as instituições socioeducativas. Em seguida, vê-se como as práticas jurídicas e processuais tendem a limitar a ação governamental, proscrevendo-lhe regras de não intervenção. Por fim expor-se-á as práticas de atendimento, ressaltando terapêuticas e as práticas limitativas. Conclui-se que é o modelo de justiça penal mínima que melhor desenvolveu as aspirações educativas do ECA. Que, apesar de ter alcançado bons resultados, esse modelo concorre com muitas das forças remanescentes do modelo anterior.

Palavras-Chave: Sistema Socioeducativo – governamentalidade – Técnicas pedagógicas

CAFFAGNI, Lou. Education techniques in Brazil's juvenile justice system: an analysis of the country's new institutions for teenage offenders based on the philosophy of Michel Foucault. Master degree. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.

Abstract:

This essay studies the relationship between education knowledge and the juvenile justice system in Brazil. Based on the work of Michael Foucault, a selection of articles, government papers and academic publications is investigated in order to acknowledge the education practices and techniques that arose in the last decade. Brazilian juvenile justice system went through major transformations in recent years, both in the theoretical and practical fields. The goal of this research is to recognize the key transformations that took place in this period and learn if the process did or did not improve government's assistance towards young offenders. It starts with some theoretical debates relevant for the juvenile justice system, followed by the analysis of the relationship between law and power contained in the arguments exposed in the reduction of criminal age's debate. Numerous forces dwelling the country's juvenile justice institutions are presented. The following part analysis how legal and procedural practices tend to limit government interference, prescribing its rules of non intervention. It's understood that the criminal justice model of minimal intervention is the one that better developed ECA's educational aspirations. Despite achieving satisfactory results, this model still competes with many reminiscent forces of its predecessor model.

Keywords: juvenile justice system – governmentality - learning technics

LISTA DE SIGLAS

ABMP Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos da Infância e Juventude.

ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

CASA Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo de Adolescentes.

CASE Centro de atendimento Socioeducativo.

CEDES Centro de Estudos Educação & Sociedade.

CF Constituição Federal de 1988.

CIDC (CIDN em espanhol) Convenção Internacional dos Direitos das Crianças.

CMDCA Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

CONDECA Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

CP Código Penal.

CPP Código do Processo Penal.

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente.

FASE-RS Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul.

FEBEM Fundação do Bem Estar do Menor.

FUNDAC Fundação Estadual da Criança e do Adolescente.

ILANUD Instituto Latino Americano das Nações unidas para Prevenção e Tratamento da Delinquência.

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
LA	Liberdade Assistida.
MSE	Medidas Socioeducativas.
MSE-MA	Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.
MP	Ministério público.
ONG	Organização Não Governamental.
ONU	Organizações das Nações Unidas.
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos.
PIA	Plano individual de atendimento.
PSC	Prestação de Serviço à comunidade.
PUC	Pontifica Universidade Católica.
TMS	Terapia Multi-Sistêmica.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UI ou UISE	Unidades de Internação (Socioeducativa).
UIP	Unidade de Internação Provisória.
UNESCO	União das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura.
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância.
USP	Universidade de São Paulo.

Sumário

I-Apresentação.....	11
I.i- Problematização.....	11
I.ii- Periodização.....	13
I.iii- Método de Análise.....	14
I.iv- Método de Exposição.....	15
I.v- Operador Analítico.....	19
II- A reforma do Sistema Socioeducativo.....	25
II.i- A crítica à discricionariedade do modelo tutelar.....	27
II.ii- A natureza penal (ou extrapenal) das medidas socioeducativas.....	30
II.iii- A relação entre juventude e inimputabilidade Penal na atual legislação brasileira.....	39
III- Os Regimes jurídicos de verdade.....	41
III.i- O status constitucional do Direito à inimputabilidade penal dos adolescente....	42
III.ii- Os Argumentos histórico-sociais no debate acerca da maioridade penal.....	45
III.iii- A crítica à ineficácia do Sistema Socioeducativo	50
III.iv- Os argumentos garantistas de eficácia.....	54
IV- A análise das técnicas e práticas processuais.....	62
IV.i- Os princípios da reserva legal e da culpabilidade.....	63
IV.ii- As demais garantias processuais derivadas do artigo 5º da Constituição Federal.....	65
IV.iii- Os limites da internação provisória.....	66
IV.iv- Os direitos derivados da peculiar condição de desenvolvimento.....	68

IV.v- Orientações para a escolha da medida mais adequada.....	71
IV.vi- Aspectos pedagógicos do Direito Processual juvenil.....	75
V- O atendimento socioeducativo.....	77
V.i- As práticas da Justiça Restaurativa.....	78
V.ii- Os procedimentos comuns a todas as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.....	81
V.iii- As normas de execução da medida de Liberdade Assistida.....	84
V.iv- As normas de execução da medida de Prestação de Serviço Comunitário.....	86
V.v- Os relatos de experiências na aplicação de MSE-MA.....	87
V.vi- As normas de execução das Medidas restritivas de liberdade.....	92
V.vii- Os relatos de experiências na aplicação de MSE de internação.....	98
VI- As técnicas pedagógicas de governo e gestão dos adolescentes infratores.....	102
VI.i- As práticas de escolarização nas UI e de UIP.....	103
VI.ii- As práticas pedagógicas aplicadas nas MES-MA.....	107
VI.iii- Usos do PIA e estrutura do regime de progressão/regressão.....	110
VI.iv- As técnicas terapêuticas desenvolvidas no CASE- São Bernardo do Campo..	113
VI.vi- Análise comparada entre as técnicas terapêuticas nas MSE e as técnicas de atendimento a jovens infratores e usuários de drogas nos EUA.....	123
VII- Conclusão.....	131
Referências.....	148

I. Apresentação

Estuda-se nessa dissertação a implementação do novo modelo de responsabilização juvenil brasileiro, o sistema socioeducativo. A partir do conceito de governamentalidade de Foucault empreende-se uma investigação acerca das novas formas de administração da criminalidade juvenil. Tal estudo é construído através da análise de publicações teóricas sobre o assunto. Tal conjunto é composto por artigos acadêmicos, textos legislativos, documentos governamentais e artigos de opinião. O objetivo desse trabalho é descobrir quais foram as inovações tecnológicas desse novo modelo de governo pedagógico dos adolescentes infratores e, se essas operações aprimoraram a gestão do fenômeno da criminalidade juvenil, reduzindo seus efeitos negativos e potencializando seus efeitos produtivos sobre os jovens infratores.

I.i - Problematização

Em meados de 1990 após o fim do regime militar em nosso país, com a aprovação da nova Constituição Federal, elaborou-se e promulgou-se uma lei que regulamentava os direitos das Crianças e Adolescentes. A urgência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA lei nº 8069 de 13 de julho de 1990) justificava-se pelo estado em que encontravam-se as instituições públicas voltadas para os menores. Especialmente a juventude internada nos antigos prédios da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM). O

contexto internacional também foi favorável, pois na década de 80 as Nações Unidas lançaram dois documentos dos quais nosso país foi signatário: em 1985 as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing) e em 1989 a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (CIDC). Nesses documentos o Brasil se comprometia a rever sua legislação menorista.

Fruto de uma comoção popular e de uma organização da sociedade sem precedentes em nosso país, o ECA passou a representar ao mesmo tempo um marco legal e uma meta operacional. Marco, pois modificou e atualizou o modo como a infância e a juventude se relacionavam com o direito e com a justiça. Meta, pois nunca se conseguiu implementar completamente a norma. As instituições que outrora atendiam a juventude pobre e abandonada foram uma das maiores razões para a adoção da nova lei. Isso porque a legislação menorista vinculava-se à uma política de encarceramento da juventude pobre e de exclusão social, cujos custos políticos e econômicos se mostraram insustentáveis.

Alguns anos se passaram entre a promulgação da lei nº 8069 e as primeiras mudanças concretas nas instituições de atendimento aos jovens infratores. A primeira foi a separação entre as instituições de amparo aos menores abandonados ou em situação de vulnerabilidade e as instituições de tratamento de jovens delinquentes. Contudo o nome FEBEM continuou sendo utilizado até a segunda metade da década de 2000 (em São Paulo, por exemplo, o nome Fundação CASA foi adotado pelo então governador Cláudio Lembo). Só o nome da Instituição mudou, contudo toda a estrutura física e recursos humanos foram preservados.

As FEBEM's passaram por um momento crítico no final do século passado e do início do novo. Muitas rebeliões violentas, escândalos públicos e acusações de maus-tratos ocorreram nesses anos. É de 1999 a inesquecível cena, transmitida nos telejornais, que mostra um grupo de adolescentes em pé no telhado de uma FEBEM em chamas, com os rostos cobertos e armas à vista, um deles segurando pelos cabelos uma cabeça decapitada.

Foi a partir desse surto de violência juvenil que o governo, os teóricos e as organizações sociais começaram a pensar efetivamente o novo modelo. Datam dessa época também as primeiras iniciativas de sucesso no campo socioeducativo. A partir daí se desenvolveram diversos estudos e programas sobre a questão. Denominaremos esse período de reforma pedagógica, pois foi marcado pelo aprimoramento das práticas e concepções educacionais nas instituições de atendimento. É sobre esse período recente que trata essa dissertação.

Os estudos sobre esse novo sistema de responsabilização juvenil já atingem a

casa das centenas. A maior parte deles foi escrito por juristas e profissionais do campo socioeducativo. No entanto poucos são os trabalhos que analisam o sistema socioeducativo enquanto mecanismo de controle social. Na maior parte das vezes essa abordagem é reservada às interpretações críticas do modelo anterior, denominado tutelar. É por isso que se faz necessário esse estudo: descobrir o que permanece e o que muda na administração dos adolescentes infratores; acabar com o mito de que o controle dos adolescentes é uma prática do sistema de responsabilização juvenil anterior e que, no atual, o esforço pedagógico neutraliza o carácter administrativo/governamental. Só assim será possível medir a distância que percorremos (ou não) entre o antigo modelo institucional e o novo.

Os objetos dessa dissertação são dois: as práticas e os saberes pedagógicos originados nesse período. Os interpretaremos a partir do conceito de governamentalidade, buscando compreender como funciona o mecanismo de controle e administração dos adolescentes infratores como parte de um governo da criminalidade juvenil. Quais são os dispositivos de controle do sistema socioeducativo? De que forma ele rompeu com o antigo modelo tutelar ou não? E, principalmente, no que consistem essas técnicas pedagógicas?

I.ii- Periodização

Eleveu-se o ano de 1999 como marco inicial de nossa investigação. Analisou-se preferencialmente textos produzidos a partir do ano de 1999. Contudo, quando se faz necessário, não dispensamos os textos anteriores. Data arbitrária como não poderia deixar de sê-lo. Porque não escolher pelo ano de 1990 em que se promulgou o ECA?, ou o ano de 1989 em que o Brasil assinou o acordo da Convenção Internacional pelos direitos das Crianças e Adolescentes? Ou mesmo o ano de 2006 quando as FEBEM's começaram a se extinguir, dando lugar as Fundações Socioeducativas?

Há duas razões principais que nos fizeram tomar o ano de 1999 como marco legal. A primeira delas é ética, a segunda é de ordem prática:

Em primeiro lugar, não se adotou o ECA como marco, pois não desejávamos ter uma lei como limite. Nem a extinção da FEBEM, pois não queríamos um marco institucional. Escolhemos, ao invés disso, uma batalha. Trata-se da guerra iniciada pelas rebeliões nos complexos do Tamanduateí e Imigrantes. Essas revoltas acabaram revelando

uma série de irregularidades e maus-tratos praticados no interior das instituições, tais acusações deram início a uma disputa judicial cujo resultado final foi à extinção da FEBEM no ano de 2006. A escolha seguiu uma razão ética. Se nossa análise trata do jogo de forças micropolítico e das relações de poder não poderíamos optar por outro tipo de marco que não uma batalha, pois, como o diz Foucault, a política é a continuação da guerra, só que por outros meios¹.

Em segundo lugar, há as razões práticas. Foi a partir de meados de 1999 que as publicações acadêmicas e os documentos governamentais se intensificaram e que o debate teórico acerca do assunto se consolidou. Também foi a partir da batalha judicial decorrente das acusações que se deu início o processo de extinção da FEBEM. Além disso, as iniciativas de implementação do ECA apresentaram resultados mais positivos a partir dos anos 2000. Enfim, o objeto de nossa pesquisa se torna mais visível a partir desse ano.

I.iii- Método de Análise

Serão realizadas três formas de análise nesse trabalho. No primeiro e no segundo capítulo analisaremos um conjunto de leis, documentos, artigos científicos e artigos de opinião para expor as discussões e debates mais significativos no campo socioeducativo. Exporemos as diversas posições e os jogos de força que os perpassam e prepararemos o terreno para a análise das práticas empregadas no sistema penal juvenil. No terceiro, quarto e quinto capítulo analisaremos, a partir de um conjunto de artigos científicos e documentos governamentais, de um lado as discussões acerca da normatização do atendimento socioeducativo e, do outro lado, as práticas e técnicas empregadas no novo sistema de responsabilização juvenil. No capítulo terceiro aborda-se as práticas e as garantias processuais; em seguida estuda-se os procedimentos do atendimento socioeducativo e, enfim, analisamos as práticas pedagógicas desse sistema.

O material empírico de nossa análise é bem variado. São utilizados em todos os capítulos como referencial: leis nacionais² (ECA, CF, CP, CPP), documentos normativos do governo (SINASE) e a legislação das organizações internacionais que versam sobre direito da

¹Ver as primeiras aulas de FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Editora Martins Fontes: São Paulo. 2005. Destacamos dentre elas o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), a *Constituição Federal* (CF), o *Código Penal* (CP), o *Código do Processo Penal* (CPP) e o *Código do Menor*.

criança e juventude (CINUDC, Regras mínimas de Beijing, Declaração Universal dos direitos das Crianças). A fonte principal dessa pesquisa são artigos acadêmicos publicados a partir de 1999 em periódicos da área de educação e publicações governamentais. Levantamos em doze das revistas acadêmicas de educação mais importantes de nosso país³ todos os artigos que tinham como tema principal a delinquência juvenil ou o sistema socioeducativo. Encontramos cerca de 15 artigos sobre o tema dentre os cerca de 5.000 artigos publicados ao longo desses treze anos. Seleccionamos também uma coletânea publicada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, cujo título é *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. No primeiro capítulo fomos obrigados à incluir ainda alguns artigos jurídicos opinativos retirados do site direito.net, pois não foi possível elaborar a discussão acerca da redução da maioria penal exclusivamente a partir dos artigos acadêmicos.

Tomaram-se como base da análise os artigos científicos publicados pelos periódicos universitários e pelo governo federal, pois buscávamos compreender o governo socioeducativo em sua articulação com o saber pedagógico. Ademais, constatou-se que, em geral, as pessoas que escrevem sobre o tema da criminalidade juvenil trabalham, ou pelo menos trabalharam, em alguma instituição relacionada com o atendimento socioeducativo. A maior parte dos documentos foi escrito por psicólogos, assistentes sociais, promotores, juízes ou mesmo por diretores das entidades de atendimento. Não foi necessário buscar os documentos produzidos no dia a dia das instituições para analisar a prática do atendimento, pois os próprios artigos mantinham relações complexas com a realidade concreta da prática. Ademais, encontramos descrições das formas e objetivo dos documentos institucionais nos textos governamentais e em uma parcela dos artigos analisados.

I.iv- Método de exposição

A dissertação está dividida em cinco capítulos. Nos dois primeiros expõe-se em linhas gerais os principais debates que animaram o campo teórico da socioeducação nos últimos 15 anos. Introduz-se, dessa forma, o leitor ao sistema socioeducativo e à justiça juvenil. Analisa-se nos três últimos capítulos os relatos das práticas e as contribuições

³As publicações consultadas foram: *Cadernos Cedes* (Unicamp), *Cadernos de Pesquisa* (fundação Carlo Chagas), *Currículo sem Fronteiras* (Corpo editorial internacional, volta-se aos países de língua portuguesa), *Educação & Realidade* (UFRGS), *Educação* (PUC-RS), *Educação & Sociedade* (CEDES-UNICAMP), *Educação e Pesquisa* (USP), *Educação em Revista* (UFMG), *Educar em Revista* (UFPR), *Pró-Posições* (UNICAMP), *Revista Brasileira de Educação* (ANPED- São Paulo), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (INEP- Brasília) .

normativas dos documentos estudados, principalmente os artigos científicos. Dedicaremos, portanto, uma parte maior do desenvolvimento e da apresentação à última parte da dissertação.

Iniciamos o primeiro capítulo definindo a reforma do sistema socioeducativo. Em seguida analisamos três das principais temáticas do debate do campo teórico socioeducativo, a saber: 1- a crítica ao modelo menorista, 2- a questão da natureza penal ou extrapenal das medidas socioeducativas, 3- e as diversas concepções e interpretações do conceito de responsabilidade juvenil. Discutiremos aí a reforma do sistema de responsabilização e a construção do discurso socioeducativo a partir da caracterização histórica do modelo tutelar. Apresentaremos os conceitos jurídicos fundamentais para a compreensão do direito penal juvenil, sempre que possível explorando as interpretações divergentes acerca de cada temática e, por fim, articula-se o saber teórico e o conhecimento técnico.

No segundo capítulo estuda-se a querela da redução da maioridade penal. O conjunto de documentos analisados é composto por uma série de artigos de opinião e uma série de artigos científicos. Como o material encontrado era muito volumoso, selecionou-se uma amostragem seguindo três critérios: 1- que no conjunto fosse compreendido, na medida do possível, a maior diversidade de posições; 2- que, se necessário optar entre expor duas ou mais posições, o critério de escolha seria a importância da posição, preferindo as posições com mais adeptos e com argumentação mais consistente; 3- selecionar os artigos que apresentem mais elementos para o diálogo com o discurso socioeducativo; 4- Garantir uma mínima paridade numérica entre os dois conjuntos. Devido à hegemonia dos textos não acadêmicos na produção escrita reducionista, resolveu-se concentrar a seleção dos artigos nas publicações nos site www.direito.net.com.br, sem negligenciar as poucas publicações acadêmicas sobre a questão.⁴

Ao invés de seguir os desenvolvimentos internos de cada artigo selecionado, os dividindo entre os que são favoráveis à redução da maioridade penal e os que se opõe a essa proposição, optou-se por destacar do conjunto dos documentos os diversos argumentos e objeções que circulam nesse debate. Ordenar-se-á a exposição dos argumentos segundo a maneira como, neles, o raciocínio jurídico se posiciona em relação ao modo de governo;

⁴ Dos oito artigos selecionados, cinco foram retirados do site www.direito.net.com.br, são eles: D'URSO, L.. **Impunidade e a Maioridade Penal**. MIRANDA, Amarildo Alcino de. **Redução da maioridade penal: o argumento falacioso e equivocado**. GUIZARDI, Alexandre Sampaio. **Maioridade Penal: Redução X Impunidade**; ROCHA, Claudionor. **Redução da Maioridade Penal**. GONÇALVES, Antonio Baptista. **Inimputabilidade e não impunidade**.); e três foram encontrados em periódicos acadêmicos, são eles: EDER, Jorge. **A Redução da maioridade Penal**. ARAÚJO, Kléber Martins. **Redução da maioridade penal para 16 anos**, ambos provenientes da revista *Jus Naviganti*, e KAUFMAN, Arthur. **Maioridade Penal**, da revista de psiquiatria clínica.)

começando por aqueles que mais se aproximam da concepção clássica do direito e, finalizando, pelas argumentações que melhor expressam a forma liberal da relação direito/poder. Formar-se-á uma sequência gradual, na qual cada argumento ocupará um lugar determinado da escala, conforme esteja mais próximo ou mais distante do polo clássico ou liberal. Cada grau, cada argumento, remeterá a certa composição, uma determinada proporção entre características de um polo e de outro. Dessa forma poderemos compreender como as diversas posições e forças interagem

Formaremos uma espécie de *degradé* dos argumentos acerca da querela da maioria penal, na qual, em cada etapa, coabitam elementos do discurso de defesa da redução da maioria e de defesa das normas da socioeducação.

O quarto Capítulo da dissertação será dedicado ao estudo das garantias processuais. Dividiremos nossa exposição em seis partes. Na primeira analisaremos os princípios de legalidade e de culpabilidade expostos no artigo 5º da Constituição Federal (CF). Na segunda exporemos as outras garantias processuais provenientes do artigo 5º da CF. Em seguida aborda-se as particularidades e especificidades do Instituto de Internação Provisória. A quarta parte volta-se aos desdobramentos das garantias processuais específicos da juventude, mostrando como as noções de Proteção Integral, de Prioridade absoluta da infância e de respeito à condição de desenvolvimento modificam e acrescem a aplicação dos direitos processuais universais. Dedicamos à quinta parte ao que chamaremos de garantias processuais de natureza pedagógica, que consistem no conjunto de direitos processuais relacionados às ações de compreender, participar, ouvir, informar e de requisitar a presença da família. Por fim analisaremos as orientações legais e as interpretações teóricas a respeito das orientações para a escolha da medida socioeducativa a ser aplicada em cada caso.

Os objetivos da análise das garantias processuais são: apresentar um conjunto de restrições legais impostas ao juiz pelas normas legais do ECA; mostrar como os princípios de Proteção integral, prioridade absoluta, brevidade e excepcionalidade da prisão e a noção de desenvolvimento modificam a prática processual; relacionar a reforma processual do ECA à uma resposta contra as práticas tutelares; analisar as garantias processuais enquanto práticas jurídicas. O tema do quinto capítulo são as práticas do atendimento socioeducativo. Apresentaremos nesse capítulo a análise de dois tipos de documentos: os relatos das experiências de execução e as discussões acerca da normatização do processo de aplicação.

Dividir-se-á a análise em sete partes. Na primeira apresentaremos o relato de

uma experiência de sucesso na implementação de um modelo de justiça restaurativa na cidade de Porto Alegre. Na segunda parte trata-se dos procedimentos compartilhados pelas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA). A terceira parte será dedicada às normas e procedimentos da execução da medida de LA. Na parte seguinte discutiremos as normas de execução da PSC. Discutiremos na quinta parte a história da implementação do Centro de Atendimento Socioeducativo de São Bernardo do Campo, uma entidade de execução de medidas em meio aberto que obteve resultados promissores. A sexta parte aborda as normas e procedimentos de atendimento nas Unidades de Internação. Na sétima e última parte, analisaremos as experiências de execução da medida de Internação.

No capítulo seis, analisam-se as diversas tecnologias de governo pedagógico dos adolescentes em conflito com a lei. Dividimos o capítulo em cinco partes. Começaremos pelas iniciativas de escolarização na aplicação de medidas de restrição de liberdade, onde descreveremos as dinâmicas utilizadas nas escolas das Unidades de Internação (UI) e de Internação Provisória (UIP)⁵. Na segunda parte do capítulo narraremos as práticas educacionais utilizadas no atendimento das medidas em meio aberto. Não se dará tanta atenção à escolarização, pois nos documentos que tratam da aplicação das medidas em meio aberto essa questão não é muito debatida. Centraremos-nos na entrevista da professora Carmen Maria Craidy, na qual se expõem as representações da eficácia pedagógica das intervenções socioeducativas segundo as diversas partes envolvidas no atendimento das medidas em meio aberto.

Na terceira parte, analisaremos dois instrumentos da gestão pedagógica do sistema socioeducativo. São eles o Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de acompanhamento, avaliação e planejamento individual, utilizado em todas as medidas – exceto na advertência – e o Regime de Progressão/Regressão, pelo qual se determinam as condições nas quais se pode promover a substituição de uma medida mais dura por uma mais leve ou, ao contrário, quando é permitido adotar uma medida mais severa. Veremos como o PIA e o regime de progressividade relacionam-se entre si, constituindo um sistema de recompensa/castigo no interior do sistema socioeducativo. Na quarta parte, descreveremos detalhadamente a técnica terapêutica desenvolvida no CASE São Bernardo do Campo. Em seguida, expomos quatro modelos terapêuticos utilizados para o tratamento de jovens delinquentes e usuários de drogas nos Estados Unidos (EUA) e os comparamos com as práticas socioeducativas, a fim de demonstrar que as inovações das técnicas de governo

⁵ No ECA exige-se que a Internação Provisória seja realizada em uma unidade separada daquela onde estão os internos condenados.

pedagógico operadas no sistema penal juvenil brasileiro estão adaptadas à um modelo institucional flexível e não-restritivo e que são influenciadas pelas práticas dos centros de desintoxicação.

Na conclusão estuda-se em primeiro lugar a implementação do modelo penal mínimo no sistema socioeducativo. Demonstramos como boa parte da eficácia pedagógica das medidas se deve a essa forma de governo. Traçamos um paralelo entre o governo liberal, estritamente econômico, e o governo da intervenção mínima sobre os jovens delinquentes. Mostramos como se desenvolveu uma tradição teórico crítica anti-penalista que permitiu a emergência do conceito de processo de desenvolvimento enquanto processo natural que deve ser respeitado e resguardado de intervenções abusivas. Apontaremos como esse saber sobre o processo de desenvolvimento surge na revolta contra o modelo tutelar e fundamenta uma série de procedimentos de limitação da ação governamental, cuja finalidade é o aumento da eficácia socioeducativa. Por último retomamos os diversos modelos de intervenção prática identificados nos processos socioeducativos e descrevemos algumas composições híbridas curiosas. Por fim, ensaiaremos uma reflexão acerca das relações entre os diversos dispositivos socioeducativos de controle dos adolescentes e as diversas posições políticas que os sustentam.

I.v- O operador analítico: Governamentalidade, Pastorado e Liberalismo

O conceito de força e de poder elaborado por Foucault foi largamente influenciado pela filosofia de Nietzsche. As forças, segundo o filósofo alemão, estão em toda parte, constituem todos os corpos e toda a linguagem. Toda unidade que existe é uma certa composição de forças em tensão, todo corpo é resultado de uma batalha. Toda palavra é expressão de uma força, todo saber é vinculado a um poder. Não existe palavra ou homem que não contenha em si relações de forças. Não existe nenhuma relação que não venha acompanhada de um poder. É por isso que o poder em Foucault é pontual, estratégico, dinâmico, minucioso.

Em Nietzsche toda força carrega em si uma potência de interpretação. O sentido é, essencialmente, efeito de forças e a interpretação manifestação de determinada qualidade de força. O sentido dá visibilidade à força que nele se esconde. A relação entre poder e saber em Foucault não é redutível à filosofia do autor de *Genealogia da Moral*.

Entretanto, não deixa de guardar certa semelhança, pois diz o filósofo em *O governo dos vivos* que não há poder que não venha acompanhado de um conjunto de procedimentos verbais e linguísticos. Entretanto, se em Nietzsche é a qualidade da força – ativa ou reativa – que determina a interpretação, em Foucault, é a qualidade dos procedimentos verbais que diferencia uma forma de poder de outra.

Explico: nas monarquias soberanas clássicas o poder do rei é constantemente afirmado, exprimido, justificado, dramatizado em uma série de rituais que, de uma maneira ou de outra, organizam uma certa manifestação da verdade e sustentam o poder de acordo com as suas próprias normas e leis. Os rituais simbólicos que reafirmam e legitimam o poder soberano constituem uma manifestação da verdade, um certo discurso do poder soberano que, entretanto, permanece na dimensão teórica e abstrata. Há uma exterioridade recíproca entre as práticas de poder e a manifestação da verdade. Nos governos modernos a constituição de uma verdade obedece unicamente à racionalidade interna das práticas do governo. O saber do governo moderno é composto por um conjunto de normas, de técnicas, de saberes e dados relevantes à administração, de leis e procedimentos que regulam a intervenção Estatal a fim de lhe garantir a maior eficácia. O que separa o poder soberano do governo moderno é o saber que os acompanha. Sem dúvida há um desenvolvimento de técnicas e práticas sem as quais seria impossível elaborar tal saber, que compõe o arsenal estratégico do governo.

Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder sobre o outro em nossa sociedade. O desenvolvimento desses dispositivos de governo sobre os outros passou pelas figuras da soberania, da disciplina, dos dispositivos de segurança e da biopolítica, sem que, com isso, se abandonasse as técnicas desenvolvidas pelos modelos de governo anteriores. Muitas das práticas passaram de um modelo ao outro, recebendo sempre um novo uso e função. Isso levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes (Foucault, 2008a, p. 111-112).

Compreendemos por técnicas de governo as inúmeras práticas, estratégias e intervenções pontuais que atravessam a sociedade de cima a baixo. Essas técnicas encontram-se no núcleo familiar, nas escolas, no trabalho e nos consultórios médicos. No processo jurídico dos adolescentes infratores há, por exemplo, uma série de limitações legais ao arbítrio do juiz que visam estabelecer um novo parâmetro na relação entre o acusado e o Estado. Veremos tudo isso mais detalhadamente. Em seguida apresentaremos a análise de Foucault

acerca do poder pastoral e do liberalismo.

O poder pastoral, que se encontra no Oriente Mediterrâneo, no Egito, na Mesopotâmia e, sobretudo, dentre o povo judeu, é essencialmente a relação entre Deus e os homens. Nessa relação Deus entrega o rebanho -humano - ao Pastor por ele eleito. A função do pastor é guiar a multiplicidade pelos caminhos indicados por Deus. Logo, o pastor está para o rebanho assim como Deus está para o pastor. O rebanho é sempre uma multiplicidade em movimento. Essencialmente religioso o pastorado é um poder benevolente. É Onipresente, e caracteriza-se pela riqueza de símbolos. A conquista de territórios, riquezas é também um atributo desse poder. O fim último do pastor é salvar seu rebanho. O cuidado, a garantia da subsistência do rebanho, a condução segura que leva aos sítios férteis, a manutenção do rebanho, a responsabilidade pelas ovelhas desgarradas e a proteção são ações típicas do pastorado. A distribuição justa e sábia do alimento que garante a cada parte o que necessita e não deixa faltar a nenhum indivíduo a subsistência. “O poder pastoral se manifesta inicialmente por seu zelo, sua dedicação, sua aplicação infinita.” (FOUCAULT, 2008, p. 167). Por mais que o poder pastoral se exerça sobre a multiplicidade em movimento ele é individualizante. O Pastor Zela por todos e por cada um. Ele deve se abnegar completamente em prol de cada ovelha.

Já em meados do século III o pastorado passou por uma reformulação singular. O cristianismo erigiu sua igreja sobre a estrutura do pastorado. A figura do pastor se disseminou. Os padres eram pastores, o bispo era pastor, o Abade era pastor. Houve um movimento de globalização do pastorado. Concomitantemente o pastorado passou a ocupar uma jurisprudência. O padre da paróquia tinha seu rebanho determinado pela estrutura da igreja. O pastorado institucionalizado formou na igreja católica uma verdadeira rede que pretendia se estender a toda cristandade. O pastorado cristão tornou-se uma arte de governar os homens durante cada passo e cada momento de sua existência. Essas técnicas religiosas foram sendo aprimoradas ao longo dos anos dando origem aos dispositivos de governo modernos.

Em *O Nascimento da Biopolítica* pelo qual se distingue as formas do direito clássico europeu do século XVII, da forma emergente do direito liberal do século XVIII. Nessa passagem o filósofo francês analisa a transição de uma governamentalidade fundada juridicamente na figura de seu soberano para uma outra fundada na noção de eficácia do saber operacional sobre o mercado. Trata-se de duas formas de se pensar a relação entre a lei, direito, governo e poder.

No regime de soberania o direito visa, antes de tudo, dar uma fundamentação

teórica e intelectual ao poder do regente a partir de uma remissão à natureza, à essência e à origem desse poder. Ao mesmo tempo em que justifica o direito do soberano, esse mecanismo limita sua discricionariedade segundo um raciocínio axiomático, filosófico, abstrato. Em alguns casos é justamente a natureza humana enquanto conjunto de direitos individuais inalienáveis que limita o poder do soberano. Sua legitimidade se estende até o limiar dos direitos individuais garantidos pela natureza e firmados por um pacto ou por Deus. Delimita-se, por um lado, os direitos do Estado, sua extensão, e, por outro, os direitos dos súditos, que só podem ser violados sob a pena da perda da legitimidade do poder Soberano. Evidentemente que, por trás do debate teórico, há o interesse político. O raciocínio jurídico opera no plano especulativo mantendo um paralelismo arranjado com as forças políticas que o motivam. Trata-se de arranjar o discurso, sua mecânica, para dobrar a natureza teórica do poder em direção a posição que se quer defender. O pensamento contractualista de Rousseau está no coração dessa forma de dizer o jurídico. Nas próprias palavras de Foucault essa posição consiste:

(...) justamente em partir, não do governo e de sua necessária limitação, mas em partir do direito, do direito em sua forma clássica, isto é, [em] procurar definir quais são os direitos naturais ou originários que pertencem a todos os indivíduos, definir em seguida em que condições, por causa de que segundo que formalidades, ideais ou históricas, aceitou-se uma limitação ou uma troca de direito. Consiste também em definir os direitos cuja cessão se aceitou e ao contrário os direitos para os quais nenhuma cessão foi acordada e que permanecem, por conseguinte, em qualquer condição e sob todos os governos possíveis, ou então em todo regime político possível, direitos imprescritíveis. Enfim, a partir daí, e somente a partir daí, uma vez definidos a divisão dos direitos a esfera de soberania e os limites do direito da soberania, pode-se então deduzir, mas somente deduzir, o que podemos chamar de fronteiras da competência do governo, mas no âmbito estabelecido na armadura que constitui a própria soberania. (FOUCAULT, 2008, p. 54)

O problema do governo liberal do século XVIII é totalmente distinto. A natureza e a verdade recebem um outro significado. Consistem nas leis de funcionamento do sistema de livre comércio, leis que se deve apreender observando a maneira como a economia é afetada pelas ações estatais. O mercado é, ao mesmo tempo, a natureza dos processos aos quais se destina o governo e o lugar de verificação da ação governamental, pois o critério de avaliação da intervenção é sempre a eficácia. Os saberes do governo liberal são como regras de prudência. O essencial é não perturbar a dinâmica dos interesses pessoais, é deixar o mercado autorregular-se. O *laissez faire* como regra e limite da ação governamental é um princípio da economia política pelo qual se determina a não intervenção direta sobre a

natureza dos processos econômicos. Tratando-se de baixar o preço de um determinado grão o Estado não deve importar os estoques de países estrangeiros, aumentando, dessa forma a demanda, mas sim promover a produção e o enriquecimento dos cidadãos, permitindo que possam pagar mais caro por seu alimento quando for necessário. O direito econômico, no liberalismo, é a expressão desse saber operacional sobre as leis de mercado e sobre as condições de intervenção do governo. Proibir-se-ia, segundo esse exemplo uma lei que admitisse a importação de grãos pelo governo como forma de regulação dos preços. É preciso deixar os interesses particulares agirem por conta própria, preservar a mecânica natural do sistema de trocas livres. Cito:

Em função dos limites de fato que podem ser postos a essa governamentalidade. Limites de fato que podem vir da história, que podem vir da tradição, que podem vir de um estado de coisas historicamente determinado, mas também podem ser e também devem ser determinados como os limites, de certo modo, desejáveis, os limites adequados a serem estabelecidos justamente em função dos objetivos da governamentalidade, os objetivos com que ela lida, os recursos do país, sua população, sua economia etc... - em suma, a análise do governo de suas práticas, dos seus limites de fato, de seus limites desejáveis. E deduzir, a partir daí, em que seria contraditório, ou absurdo, o governo mexer. (FOUCAULT, 2008, p. 55)

Há, portanto, duas formas de relacionar o direito com o poder: por um lado a forma jurídica da soberania que opera de maneira axiomática, genética e teórica para fundamentar o poder do soberano e repartir os direitos dentre comandante e comandado; e, do outro lado, há a forma utilitarista que exprime as regras da ação governamental, cuja verdade pode-se encontrar nos efeitos concretos de suas intervenções. A partir dessas formulações discursivas, desses modos de se relacionar direito e governo, é possível explorar as diferenças reais entre as duas formas de governamentalidade.

Uma ressalva. Apesar de propormos, um paralelo entre a governamentalidade econômica liberal e algumas das novas técnicas empregadas no atendimento ao adolescente criminoso não defendemos que haja semelhança entre uma e outra, mas sim adaptação. O liberalismo trabalha com a noção de interesses. Cabe ao governante, neste sentido, administrar a mecânica dos interesses sem interferir desmedidamente sobre a auto-regulamentação do mercado. No governo mínimo dos adolescentes, que exploraremos a seguir, a noção de condição peculiar desenvolvimento toma a posição do mercado e as relações sociais, ambientais e institucionais ocupam a função exercida pelo interesse no liberalismo econômico.

Dessa forma, é sobre a ciência do desenvolvimento e de suas relações com a criminalidade e com a penalização que se constitui o que chamaremos de governo liberal dos adolescentes em conflito com a lei. As intervenções governamentais visam modificar, preservar, potencializar e minimizar as relações que o jovem mantém consigo, com sua família, com o governo, com sua comunidade, com seu grupo social etc... Chamamos esse modelo de atendimento de jovens infratores de liberal não em razão de sua compatibilidade ou semelhança com o liberalismo econômico, mas em razão da preponderância das técnicas de não intervenção, sobre as técnicas interventivas.

II- A reforma sistema socioeducativo

Sabe-se que a relação entre infância e penalidade sempre foi problemática. Muitas versões da justiça juvenil foram criadas para solucionar a questão. Expor-se-á a seguir uma breve história do desenvolvimento do tratamento oferecido aos adolescentes infratores no Brasil e na América Latina como um todo. Adotou-se nessa breve exposição à versão da história das práticas penais juvenis mais aceita pela tradição crítica. Destaco nessa tradição o autor Emílio Mendez, jurista argentino que participou ativamente da elaboração do ECA e, hoje, trabalha como consultor da UNICEF.

Foram três as etapas do desenvolvimento do sistema penal juvenil: modelo da indiferenciação, modelo tutelar e o modelo socioeducativo. O primeiro se caracteriza pela não distinção qualitativa do tratamento jurídico-penal oferecido tanto aos jovens quanto aos adultos. Esse modelo vigorou até meados do século XX; nessa época reduzia-se frequentemente a pena aplicada aos menores em um terço.⁶ A segunda etapa, que se estendeu do ano de 1927 ao ano de 1979, foi fruto da indignação com a situação carcerária à qual eram expostas as crianças infratoras, marca a separação entre as instituições prisionais de adultos e as instituições voltadas ao atendimento de crianças e jovens. Nesse modelo a tendência de negar o caráter penal das “casas de reeducação” justificava a não distinção entre os jovens internados em razão de um crime ou de um comportamento antissocial. Pretendia-se intervir nas situações, denominadas genericamente de “irregulares”, em benefício do menor, a favor

⁶ Segundo MENDEZ, E.: “Una primera etapa que puede denominarse de carácter **penal indiferenciado**, que se extiende desde el nacimiento de los códigos penales de corte netamente retribucionista del siglo XIX, hasta 1919. La etapa del tratamiento **penal indiferenciado** se caracteriza por considerar a los menores de edad prácticamente de la misma forma que a los adultos. Con la única excepción de los menores de siete años, que se consideraban, tal como en la vieja tradición del derecho romano, absolutamente incapaces y cuyos actos eran equiparados a los de los animales, la única diferenciación para los menores de 7 a 18 años consistía generalmente en la disminución de la pena en un tercio en relación con los adultos. Así, la privación de libertad por un poco menos de tiempo que los adultos y la más absoluta promiscuidad constituían una regla sin excepciones.” (MENDEZ, E., 2006, p. 8). A data de 1919, citada por Mendez, não se refere ao Código de Menores, mas ao código civil promulgado naquele ano que previa a diferenciação entre regime comum e regime juvenil.

de seu “supremo” interesse. O subjetivismo das interpretações e o discricionarismo do atendimento foram os atributos mais marcantes desse período. A partir do ano de 1990 se iniciam os esforços para a aplicação do modelo mais recente que caracteriza a última etapa.

O modelo socioeducativo ou o modelo de responsabilidade penal especial juvenil foi promulgado como parte do Estatuto da Criança e do Adolescente. As tendências jurídicas apresentadas por esse modelo são a ênfase nas ações de afirmação dos direitos juvenis, a atenção integral e prioritária ao desenvolvimento dos adolescentes, a intervenção penal mínima e a extinção dos fatores discricionais típicos do modelo tutelar.

A data de aprovação e de publicação do ECA – 13 de julho de 1990 – é o marco legal da reforma socioeducativa, sua primeira formulação no Brasil. Contudo a implementação dessas novas diretrizes não foi – e continua não sendo – um processo imediato e, muito menos, simples. Há uma espécie de crise de implementação da nova política que dura até hoje. Muitas são as dificuldades e percalços enfrentados por aqueles que tentam conduzir essa reforma. Há um movimento social conservador que se opõe as determinações legais e à efetivação desse novo modelo de responsabilização, pois o julga demasiadamente brando. Em segundo lugar, há, nas próprias leis, resquícios da antiga doutrina.

De tal modo essa resistência disseminou-se no tecido social durante essas últimas décadas que, hoje, devemos reconhecê-la como uma verdadeira força política, cuja interferência sobre a implementação do novo modelo socioeducativo é significativa. Além dessa resistência, há uma dificuldade estrutural, inerente ao sistema, que atrapalha a efetivação das diretrizes do ECA. É que, dos técnicos jurídicos e agentes de segurança às estruturas de concreto das unidades de internação, das práticas mais cotidianas às interpretações e ideais jurídicos, a herança perturbadora da antiga FEBEM mantém-se viva. A reforma não consiste, nem jamais consistiu, na substituição de um modelo prisional/tutelar por um outro modelo guiado por aspirações pedagógicas. Antes, trata-se da introdução, ou melhor, do fortalecimento e promoção das diversas tendências, que tomam como base o modelo socioeducativo no jogo de forças que compõem o campo da responsabilização juvenil. Foi a partir do fim da década de 90 e do começo do século XXI que os esforços para a reorganização desse sistema ganharam consistência. A reforma encontra-se atualmente bem longe de seu termo. Vive-se um momento de transição política e de remanejamento das forças. Focar-se-á a análise nesse período de reforma, marcado pelo conflito entre as diversas tendências.⁷

⁷ Sobre a resistência política ao modelo socioeducativo ver MENDEZ, E. **Evolución histórica del derecho de la infancia: ¿Por que una historia de los derechos de la infancia?** In ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA

II.i - A crítica à discricionariedade do modelo tutelar

Começaremos esse capítulo pela crítica contemporânea às práticas discricionais do modelo tutelar, pois pretendemos demonstrar que, pelo menos em parte, o atual sistema socioeducativo, sua concepção e suas práticas, são frutos de uma reação ativa contra as forças que animavam e dominavam o sistema jurídico juvenil anterior. As práticas e concepções jurídico-processuais são também parte dessa reação. Mostraremos como essas práticas, a partir do ECA, se formam em oposição ao modelo predecessor. Portanto, exporemos as características gerais do processo jurídico tutelar.

A doutrina menorista previa duas formas de tratamento diferentes para duas classes de jovens. O direito para os adolescentes em situação regular era familiar, a autoridade e responsabilidade sobre os filhos era deixada ao encargo de seus pais; o direito para os jovens em situação irregular era reservado ao Estado de Bem estar social, o destino preferencial desses jovens eram as instituições tutelares, que pretendiam-se reeducativas, mas que, não passavam de penitenciárias⁸.

Segundo Martha de Toledo Machado, estudiosa da Justiça juvenil e promotora de justiça do Estado de São Paulo, o chamado Direito de Família mantinha características centrais do ordenamento jurídico pré-menorista. Para os “regulares” preservou-se a limitação do poder do Estado sobre a juventude que, na época anterior à doutrina de Bem Estar juvenil, orientava a aplicação do Direito Civil às crianças menores de nove anos. Reserva-se o direito sobre o menor ao âmbito doméstico/ particular. Efetivamente era permitido ao patriarca decidir sobre a vida dos que dele dependiam. A inimputabilidade penal estava atrelada à um modelo de governo juvenil profundamente arbitrário que recusava a participação do jovem e negava a titularidade de seus direitos⁹. Enfim, a regra geral do tratamento da criminalidade da

(orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 13-14.

⁸ “O primeiro consubstanciava-se no próprio Código Civil, que mantinha o regramento típico do paradigma anterior, e era aplicável apenas a uma classe de crianças e adolescentes; qual seja, aquelas que não eram vítimas de violação nos seus direitos humanos fundamentais (como alimentação, educação, saúde etc), os chamados *menores em situação regular*, na terminologia brasileira. O segundo conjunto de normas jurídicas consubstanciava-se nas leis *menoristas*, e era aplicável à classe de crianças e adolescentes que eram vítimas de violações em seus direitos humanos fundamentais por ações ou omissões praticadas pelos pais, pelo Estado e/ou pela sociedade, os chamados *menores em situação irregular*.” (MACHADO, 2006, p. 96)

⁹ “Veja-se, desde já, que – tanto quanto no paradigma anterior – sob o paradigma *menorista* não se reconhecia expressamente que crianças e adolescentes eram titulares dos direitos humanos; ou, dito de outro modo, não se *organizava* o ordenamento jurídico sob a premissa fundamental de que tinham os mesmos direitos humanos dos adultos (aqueles que já estavam positivados, na linha de evolução histórica anteriormente referida).” (MACHADO, 2006, p. 96)

juventude “regular” era a não intervenção Estatal¹⁰.

Se o Direito da Família prezava pela autonomia da família e pela limitação do poder Estatal sobre os jovens em situação regular, o direito dos adolescentes em “situação irregular” foi marcado pelo aumento da autoridade do Juiz e pelo crescimento das discricionariedades de Estado. O não reconhecimento do jovem enquanto portador de direitos fundamentais justificava a derrubada das garantias processuais da população em situação irregular. Vejamos que:

(...) o paradigma *menorista* buscou propositadamente e logrou obter no ordenamento jurídico a **derrubada das garantias processuais** já contidas nos ordenamentos anteriores (como por exemplo, a *imparcialidade do juiz*, a *inércia da jurisdição*, que é garantia da primeira, o *contraditório e a ampla defesa*), tanto no plano civil como no penal de seu regramento. (MACHADO, 2006, p. 96)

A extinção desse limite no direito juvenil foi, portanto, uma tentativa de aumentar a autoridade do governo sobre a população carente. A indeterminação das condições do governo dos adolescentes “irregulares” resultou em inúmeras intervenções arbitrárias. Frequentemente separando as crianças de suas famílias. Muitas vezes uma mera suspeita bastava para justificar o encaminhamento de um adolescente para a FEBEM, instaurando-se, desse modo uma política de “sequestro” Estatal das crianças.

A internação indeterminada de jovens ou até o seu encarceramento perpétuo eram outros costumes desse período. Novamente a falta de clareza e determinação das condições de internamento, assim como das condições de remissão corroboraram para a concretização da prática¹¹. A duração da intervenção governamental tinha como principal

¹⁰ Nas palavras da autora: “No plano da chamada *vida civil* – ou seja, tudo aquilo que não tem relação com a prática de crime e as punições que dele podem decorrer – o tratamento a crianças e adolescentes estava reservado ao espaço jurídico doméstico e, portanto, **não-público**. Figurativamente, crianças e adolescentes estavam “contidos” nos (faziam parte dos) direitos de liberdade, recato e intimidade do varão-pai (e de propriedade do pai, quanto à administração e fruição dos bens daqueles). Pai que tinha amplíssima liberdade de decidir sobre suas vidas e destinos como bem lhe aprouvesse. A intervenção do Estado na vida das famílias, contra a vontade do pai, restringia-se a pouquíssimos casos de abuso severo deste, de ordinário reservada a intervenção à provocação de outros familiares. E praticamente não se reconhecia a existência de direitos de crianças e adolescentes em face do Estado.” (MACHADO, 2006, p. 95)

¹¹ “Embora coberto pelo falso véu de que crianças e adolescentes eram *irresponsáveis penalmente* (inimputáveis, não sujeitos ao regramento do Código Penal), objetivamente o que o paradigma *menorista* fez foi possibilitar juridicamente o encarceramento por tempo indeterminado, até o *encarceramento perpétuo*, de **crianças** (parte

critério a cessação da *periculosidade* do jovem detido. A determinação do tempo de encarceramento não possuía nenhuma relação com a natureza do crime – ou do comportamento antissocial. Estabeleceu-se um regime de intervenção sobre a juventude perigosa que voltava-se à remissão do potencial de periculosidade do indivíduo e não sobre a retributividade. Punia-se o adolescente por sua natureza e não por suas ações.

O rigor dessa política menorista frequentemente excedia o do sistema penal adulto, pois não concedia ao jovem nenhuma garantia que pudesse limitar o poder governamental. A legislação não distribuía entre os cidadãos e o governo uma parcela de liberdade e outra de autoridade - como se vê no direito clássico -, mas entregava tudo – toda liberdade e toda autoridade - às instituições jurídicas. Extinguiu-se as funções desempenhadas pelos princípios da reserva legal, de igualdade e de reciprocidade. A indeterminação dos motivos de internação através da função *situação irregular* extinguiu do código menorista o princípio de reserva legal¹². A existência de duas leis e duas abordagens distintas para o tratamento dos menores regulares e dos irregulares contraria o princípio de igualdade. A possibilidade de uma internação perpétua ou renovável em função da periculosidade apresentada pelo adolescente consistia numa negação do princípio de retributividade e de reciprocidade. A penalização do adolescente devido a sua periculosidade invalida o princípio de culpabilidade¹³ cuja inaplicabilidade no sistema menorista já era condicionada pelo não reconhecimento de responsabilidade do jovem.

das quais, há séculos, estavam excluídas de responsabilização no paradigma anterior) e adolescentes, sobre quem pairasse a **mera suspeita** de que tivessem cometido crime.

E possibilitava também o encarceramento perpétuo de crianças e jovens sobre quem nem suspeita de cometimento de crime existia, mas que o aplicador da lei (Juiz) tinha por inseridos na categoria denominada **desvio de conduta** (ente jurídico de fluidez ímpar, de conceituação reservada ao talante do juiz, que na prática possibilitou o encarceramento de crianças e jovens por fatos de irrelevância penal absoluta).” (MACHADO, 2006, p. 97)

¹² “E, note-se especialmente, que o paradigma *menorista* possibilitava a *privação de liberdade* de crianças e adolescentes pelo fato singelo de que eram vítimas de violação nos seus direitos mais fundamentais (alimentação, saúde, educação, cuidados pelos pais); por outras palavras, a privação da liberdade de toda a infância socialmente desvalida, que se denominava *menores carentes ou abandonados*; com a distinção de que, nestes casos, a privação de liberdade poderia durar *somente* até os 21 anos.

E a *internação* em casas de correção e custódia nestes casos, mais do que possível, era a *providência primeira* que as legislações *menoristas* comandavam para todos os menores em situação irregular (ou seja, *carentes, abandonados, portadores de desvio de conduta*, tanto quanto para os autores de fato definido na lei como crime, independente da idade do autor do fato ou da gravidade objetiva do crime). ” (MACHADO, 2006, p. 98)

¹³ “Àquela idéia (de que as crianças socialmente desvalidas necessariamente iriam praticar crime) somava-se uma concepção profundamente autoritária no campo do Direito Penal, que sustenta que o Estado deve responder ao *delinqüente* (como categoria) e não ao fato concreto praticado. E deve responder sob ótica estritamente *objetiva*, que considera somente o resultado da conduta humana, o mal concreto verificado; com total desprezo pelo aspecto subjetivo da conduta humana: por exemplo, *voluntariedade* da conduta; a natureza da conduta voluntária, ou seja, se intencional ou derivada de imprudência/negligência/imperícia; a motivação da conduta; se o autor da conduta tem potencial *consciência da ilicitude* (ilegalidade) dela; se tem *possibilidade de adotar conduta diversa*, nas circunstâncias concretas do fato etc.” (MACHADO, 2006, p. 99)

A instituição de um direito penal juvenil com base na periculosidade do indivíduo é, segundo Martha Machado, uma característica de uma doutrina positivista que trata o crime como sintoma de uma doença que demanda uma ação terapêutica de cura e justifica uma política preventiva de encarceramento da juventude pobre cujo “caráter inclina-se para a criminalidade¹⁴”. O imperativo de segurança social ocupa espaço privilegiado nesse sistema, sobrepondo-se às garantias jurídicas e ao ordenamento democrático. Veremos no capítulo subsequente, ao analisarmos o artigo do Doutor Kaufman, como ainda está viva essa doutrina e como o positivismo afeta as relações e práticas socioeducativas.

Segundo Antonio Fernando do Amaral e Silva, desembargador do Estado de Santa Catarina a discricionariedade do modelo menorista repousava sobre o eufemismo jurídico que, afirmando o “supremo interesse do menor” enquanto princípio condutor da ação estatal e recusando-se a utilizar termos como penalização e responsabilidade juvenil dispensava as garantias processuais típicas do direito penal.

Mostraremos nos próximos capítulos que a defesa das garantias processuais dos adolescentes em conflito com a lei pelos teóricos da educação está intimamente ligada à crítica do modelo tutelar. Não negamos que essas garantias remetem à tradição dos direitos humanos e que nele tenham sua origem formal. Ressaltamos somente que os esforços de efetivação dessas normas nas instituições de atendimento e a defesa desse mecanismo no discurso acadêmico/pedagógico são influenciados pela recusa ao modelo tutelar.

II.ii- A natureza penal (ou extrapenal) das medida socioeducativa

Optamos por expor o debate acerca da natureza penal ou extrapenal da medida socioeducativa com base em quatro autores de referência: Emílio Garcia Mendez; Antonio Fernando do Amaral e Silva; Paulo Afonso Garrido de Paula, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, professor de Direito da Criança e do Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e Murilo Digácomo, estudioso do assunto. Analisaremos em primeiro lugar a posição dos que defendem o reconhecimento do caráter penal diferenciado das medidas socioeducativas; depois nos dedicaremos aos que defendem

¹⁴ “E dessa visão deriva que o *tratamento* deve ser *preventivo* – se possível anterior à própria prática do crime –, negando ao homem o *livre-arbítrio* (no limite do raciocínio, presume-se que alguém vai cometer crime, antes que o faça) e a possibilidade de auto-transformação de sua conduta anterior (quando alguém efetivamente praticou crime).” (MACHADO, 2006, p. 99)

que as medidas de responsabilização juvenil não se distinguem formalmente das penais e, por último, exporemos o discurso daqueles que defendem o caráter extrapenal e estritamente pedagógico das medidas.

Segundo alguns teóricos do ECA, dentre os quais destaco Emílio Garcia Mendez e Antonio Fernando do Amaral e Silva, o reconhecimento da dimensão penal das medidas socioeducativas tem especial importância na afirmação dos direitos processuais dos adolescentes acusados de uma ato infracional. Em especial no rompimento com as práticas discricionais do antigo sistema tutelar. Ali, a recusa em assumir o caráter sancionatório da intervenção governamental serviu, em diversas ocasiões, para justificar as discricionariedades mais atrozes. Sempre cometidas “em prol do benefício do menor”, pois, já que a intervenção estatal não envolvia nenhum tipo de malefício, privação ou sanção, não se considerava necessária qualquer limitação para o mecanismo estatal de internação.

Segundo Mendez, o atual modelo de atendimento socioeducativo é marcado por três características: *Separação, Participação e Responsabilidade*. A *Separação*, principal avanço da doutrina menorista – em relação ao modelo de tratamento indiferenciado que até o código civil de 1919 era a prática dominante -, significa distinção formal e real entre o sistema penal adulto e o adolescente. A *participação* significa conceder ao adolescente o título de sujeito de direitos e, com isso, garantir-lhe uma *responsabilidade* por suas ações. É por isso que, segundo Mendez:

“El concepto de **participación** (admirablemente sintetizado en el art. 12 de la CIDN¹⁵), se refiere al derecho del niño a formarse una opinión y a expresarla libremente en forma progresiva de acuerdo con su grado de madurez. Pero el carácter progresivo del concepto de **participación** contiene y exige el concepto de responsabilidad, que a partir de determinado momento de madurez se convierte no sólo en **responsabilidad social** sino además y progresivamente en una **responsabilidad** de tipo específicamente **penal**, tal como lo establecen los arts. 37 y 40 de la CIDN¹⁶.” (MENDEZ, 2006, p. 10)

¹⁵Sigla em espanhol para Convención Internacional de los Derechos de los Niños (Convenção Internacional do direito das Crianças.)

¹⁶ “Artigo 37: Os Estados-partes assegurarão que: nenhuma criança seja submetida a tortura nem a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Não será imposta a pena de morte, nem a prisão perpétua, sem possibilidade de livramento, por delitos cometidos por menores de dezoito anos de idade; nenhuma criança seja privada de sua liberdade de forma ilegal ou arbitrária. A detenção, a reclusão ou a prisão de uma criança, será efetuada em conformidade com a lei e apenas como último recurso, e durante o mais breve período de tempo que for apropriado; toda criança privada da liberdade seja tratada com humildade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e levando-se em consideração as necessidades de

A base mesma do sistema está em assumir a capacidade penal do jovem. No entanto, a responsabilidade do jovem é especial e isso lhe garante tratamento diferenciado. O que a inimputabilidade juvenil significa, segundo essa visão, é a não aplicabilidade da lei penal para menores de 18 anos.

Quais são as decorrências práticas de se considerar os adolescentes responsáveis por seus atos? Em primeiro lugar, é preciso que, considerando o jovem responsável penalmente, se determine as circunstâncias e condições nas quais é lícito e

uma pessoa de sua idade. Em especial, toda criança privada de sua liberdade ficará separada de adultos, a não ser que tal fato seja considerado contrário aos melhores interesses da criança, e terá direito a manter contato com sua família por meio de correspondência ou de visitas, salvo em circunstâncias excepcionais; toda criança privada sua liberdade tenha direito a rápido acesso a assistência jurídica e a qualquer outra assistência adequada, bem como direito a impugnar a legalidade da privação de sua liberdade perante um tribunal ou outra autoridade competente, independente e imparcial e a uma rápida decisão a respeito de tal ação.”

“Artigo 40: 1. Os Estados-partes reconhecem o direito de toda criança, de quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse ou declare culpada de ter infringido as leis penais, de ser tratada de modo a promover e estimular seu sentido de dignidade e de valor, e a fortalecer o respeito da criança pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, levando em consideração a idade da criança e a importância de se estimular sua reintegração e seu desempenho construtivo na sociedade. 2. Nesse sentido, e de acordo com as disposições pertinentes dos instrumentos internacionais, os Estados assegurarão, em particular: a) que não se alegue que nenhuma criança tenha infringido as leis penais, nem se acuse ou declare culpada nenhuma criança de ter infringido essas leis, por atos ou omissões que não eram proibidos pela legislação nacional ou pelo direito internacional no momento em que foram cometidos; b) que toda criança de quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse de ter infringido essas leis goze, pelo menos, das seguintes garantias: I) ser considerada inocente, enquanto não for comprovada sua culpa, conforme a lei; II) ser informada sem demora e diretamente ou, quando for o caso, por intermédio de seus pais ou de seus representantes legais, das acusações que pesam contra ela, e dispor de assistência jurídica ou outro tipo de assistência apropriada para a preparação de sua defesa; III) ter a causa decidida sem demora por autoridade ou órgão judicial competente, independente e imparcial, em audiência justa conforme a lei, com assistência jurídica ou outra assistência e, a não ser que seja considerado contrário aos melhores interesses da criança, levando em consideração especialmente sua idade e a de seus pais ou representantes legais; IV) não ser obrigada a testemunhar ou se declarar culpada, e poder interrogar ou fazer com que sejam interrogadas as testemunhas de acusações, bem como poder obter a participação e o interrogatório de testemunhas em sua defesa, em igualdade e condições. V) se for decidido que infringiu as leis penais, ter essa decisão e qualquer medida imposta em decorrência da mesma submetidas a revisão por autoridade ou órgão judicial competente, independente e imparcial, de acordo com a lei; VI) contar com a assistência gratuita de um intérprete, caso a criança não compreenda ou fale o idioma utilizado; VII) ter plenamente respeitada sua vida privada durante todas as fases do processo. 3. Os Estados-partes buscarão promover o estabelecimento de leis, procedimentos, autoridades e instituições específicas para as crianças de quem se alegue ter infringido as leis penais ou que sejam acusadas ou declaradas culpadas de tê-las infringido, e em particular : o estabelecimento de uma idade mínima antes da qual se presumirá que a criança não tem capacidade para infringir as leis penais; a adoção, sempre que conveniente e desejável, de medidas para tratar dessas crianças sem recorrer a procedimentos judiciais, contanto que sejam respeitados plenamente os direitos humanos e as garantias legais. 4. Diversas medidas, tais como ordens de guarda, orientação e supervisão, aconselhamento, liberdade vigiada, colocação em lares de adoção, programas de educação e formação profissional, bem como outras alternativas à internação em instituições, deverão estar disponíveis para garantir que as crianças sejam tratadas de modo apropriado ao seu bem-estar e de forma proporcional às circunstâncias do delito.” (ONU, Convenção Internacional dos Direitos da Infância, 1989)

adequado encaminhá-lo para uma medida socioeducativa. No ECA, as circunstâncias que condicionam a intervenção socioeducativa são as descritas no código penal para a penalização dos adultos com o acréscimo de um conjunto de garantias específicos. Em outras palavras, o governo só pode interferir sobre o jovem caso se comprove a autoria de uma infração, uma conduta típica. Isso faz necessário o próprio processo de averiguação que, nos tempos da doutrina menorista, era dispensado.

Mendez lembra como que, naquela época, a internação compulsória de crianças e adolescentes prescindia de qualquer processo criminal, dependia unicamente do arbítrio pessoal do juiz. Sempre presumindo a bondade intrínseca da intervenção. A doutrina da situação irregular reunia em uma mesma instituição jovens acusados de crimes, abandonados, carentes, ou ainda, aqueles que apresentavam comportamento antissocial. A indeterminação das condições de internação favorecia as práticas discricionais que, resultaram no encarceramento da pobreza. Os autores que enfatizam o reconhecimento do caráter sancionatório das intervenções governamentais no sistema socioeducativo se opõem às práticas do antigo modelo menorista - muitas das quais perduram ainda hoje.

Ignorando o caráter penal e sancionatório a antiga lógica desse sistema delegava aos juízes e às instituições a decisão sobre o futuro dos jovens desprivilegiados. A implicação prática dessa doutrina jurídica era uma política de internação indiferenciada da juventude pobre, seja ela abandonada, infratora ou meramente taxada de antissocial. Isso porque, negando a responsabilidade dos adolescentes por suas ações, assim como as privações pelas quais passavam os jovens internados, concebia-se as instituições de atendimento à infância somente por sua dimensão ressocializadora. Ignorava-se, dessa forma, o caráter penal e retributivo da internação. Incapazes e incompletos os adolescentes eram encaminhados às instituições prisionais juvenis por tempo indeterminado. Dessa forma, a justiça do menor podia encarcerar os jovens pobres sem necessitar de um processo legal de averiguação e sem se pautar pelos princípios de legalidade ou reciprocidade.

A “tutela” e os bons propósitos do superior interesse do “menor” não permitiam falar em delinquência juvenil. Não se admitia que o “menor” fosse estigmatizado pela sentença penal. Exorcizava-se o juízo criminal pelos aspectos “retributivo” e “punitivo”, mas “encaminhavam-se” crianças e adolescentes a celas iguais às da pior carceragem, sem garantir um dos mais elementares direitos da pessoa humana, o devido processo legal. Garantias como tipicidade, antijuridicidade,

culpabilidade, presunção de inocência, proporcionalidade eram ignoradas, tudo em nome do “superior interesse do menor”.

Afastava-se o estigma da sentença e da justiça criminal, mas sem o devido processo, “menores” pobres eram esquecidos em depósitos e masmorras. Eram os chamados, de modo eufemístico, Centros de Recepção, Triagem e Observação, Centros de Recuperação e outras denominações “capazes de afastar todo e qualquer estigma”. (SILVA, 2006, p. 51)

Contra a intervenção excessiva do Estado, esses teóricos defendem um direito penal mínimo para os jovens, que os reconheça como sujeitos de direitos e de responsabilidade e cujo fim seja pedagógico, apesar da carga repressiva inerente:

Este sistema estabelece um mecanismo de sancionamento com finalidade pedagógica, mas de natureza evidentemente retributiva, articulado sob o fundamento do garantismo penal e de todos os princípios norteadores do sistema penal enquanto instrumento de cidadania, fundado nos princípios do Direito Penal Mínimo. (SARAIVA, 2006, p. 178)

Os autores que defendem o direito mínimo para a justiça penal juvenil inspiraram-se nos documentos que as Nações Unidas escreveram a respeito da prevenção e tratamento da criminalidade juvenil e justiça penal juvenil. Neles inicia-se uma reformulação dos conceitos jurídicos que até então sustentavam o direito do menor, visando restringir a discricionariedade dos estatutos e regulamentar os procedimentos jurídicos penais juvenis. Afirma-se aí o elo entre o reconhecimento do caráter sancionatório e a necessidade de se normatizar os processos jurídicos criminais juvenis tal qual o são os processos criminais normais. Resgatam-se noções importantes para a democracia e equidade das decisões jurídicas como os princípios de legalidade, reciprocidade e proporcionalidade. A importância do reconhecimento da pena está na possibilidade de garantia dos direitos básicos referentes ao processo penal como a Oitiva, a compreensão do processo, a fixação das penas e a dignidade.

Silva, como Mendez, sustenta que todas as medidas socioeducativas possuem um caráter sancionatório óbvio. O grande avanço dessa legislação é admitir o caráter indelevelmente penal das medidas e subordiná-lo ao caráter pedagógico. Mesmo a mais leve das medidas socioeducativas¹⁷ visa sancionar o adolescente: “Se a simples advertência,

¹⁷ No ECA as medidas são definidas da seguinte forma: “Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de

materializada por meio da repreensão, da ameaça de sanções mais graves, não tiver caráter penal, não corresponder a uma punição, a que corresponderá?” (SILVA, 2006, p. 58).

A limitação da discricionariedade no sistema penal juvenil vai além do processo jurídico de averiguação. Limita as respostas do estado, sua duração e seu caráter. Assim cria-se um sistema penal especial para o qual o jovem é imputável e responsabilizável. Daremos continuidade a essa discussão no terceiro capítulo, onde trataremos da questão das garantias processuais.

Os autores que celebram o reconhecimento da dimensão penal do sistema de responsabilização juvenil do ECA não são consensuais. Entre Emílio Mendez e o desembargador Antônio Fernando do Amaral Silva se interpõe uma diferente concepção da natureza das medidas socioeducativas enquanto resposta governamental aos atos infracionais juvenis. É interessante observar que Silva não distingue essencialmente as medidas socioeducativas das ações penais genéricas. Muito pelo contrário, sua argumentação visa, a toda hora, a equiparar a ação socioeducativa e as sanções jurídicas dirigidas aos adultos. Comparando as possibilidades de intervenção previstas no ECA com às alternativas do sistema penal comum, o autor mostra a redutibilidade da resposta socioeducativa ao esquema jurídico criminal regular. Afirma, desse modo, que as ações socioeducativas compartilham a mesma natureza que as demais respostas penais previstas pela constituição.

A esse respeito o texto de Paulo Afonso Garrido de Paula nos traz uma contribuição interessante. Concebendo o crime como um desvalor social e a intervenção “penal” enquanto resposta do Estado a esse desvalor social, Paula distingue três formas clássicas para essa resposta: Penas, sanções e interditos, às quais o autor acrescentou uma outra, a socioeducativa. Assim, a distinção entre o crime praticado pelo adulto e o ato infracional juvenil corresponde às duas formas de intervenção: a penal e a socioeducativa.

Antes, na formulação do Código Penal (1946), a inimputabilidade era justificada em razão do desenvolvimento mental incompleto. Razão científica biopsicológica que, hoje está em desuso. Atualmente justifica-se o não enquadramento dos adolescentes no direito penal, não em razão de seu desenvolvimento incompleto, mas em função de uma necessidade de tratamento diferenciado por parte do Estado. Passou-se de uma inimputabilidade intelectual a uma imputabilidade operacional. Antes a lei justificava-se

semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. § 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado. § 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.” (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

em razão de uma concepção científica, em função de uma verdade estabelecida – a de que o adolescente não possui faculdades morais completas; com o advento do ECA, essa concepção é abandonada em detrimento de uma razão operacional prática.

Não é mais sobre um fato científico que se instaura a inimputabilidade dos adolescentes, mas sobre uma necessidade prática. O atendimento aos jovens infratores é mais eficaz quando se lhes reserva um sistema penal próprio que, em sua estrutura, considera a peculiaridade dessa população. A noção de desenvolvimento persiste de um modelo para o outro. No primeiro, constitui uma verdade que impossibilita a inserção do adolescente no campo do direito penal: “o adolescente não é capaz de culpabilidade”. No segundo caso, o desenvolvimento torna-se o conceito mestre de um saber operacional do qual decorre a necessidade de atendimento específico para os jovens aos quais se imputa uma ação infracional . Nesse saber mede-se a eficácia das diversas possibilidades de ações penais/correcionais sobre os adolescentes, em função de seus efeitos sobre o desenvolvimento dos mesmos. Não se pode tratar os jovens delinquentes como se tratam os adultos criminosos, os sujeitando às normas do código penal e às práticas do sistema prisional, pois tal tratamento não teria o efeito desejado sobre essa população, pois não consideram as necessidades próprias desses indivíduos. Além de não ter nenhuma eficácia correcional ou inclusiva, o tratamento imposto aos criminosos maiores de idade – no qual as instituições prisionais possuem uma hegemonia consolidada - produzem efeitos perniciosos sobre o desenvolvimento adolescente. Cito à seguir dois trechos que representam bem esse argumento:

Hoje, ao contrário, pode-se afirmar que a exclusão de menores de dezoito anos de idade resulta da concepção de que crianças e adolescentes merecem do Estado um atendimento diferenciado, potencialmente capaz de coibir a criminalidade infanto-juvenil e promover socialmente seu autor, razão pela qual, no mesmo dispositivo que prescreveu a inimputabilidade, o legislador constituinte estabeleceu a sujeição de crianças e adolescentes a normas previstas em legislação especial, seguindo neste aspecto tradição do nosso Direito. Como as penas não podem figurar entre as medidas jurídicas derivadas da prática de crimes ou contravenções penais por menores de dezoito anos, por ordem do legislador constituinte, era imprescindível criar um sistema que contemplasse respostas adequadas à criminalidade infanto-juvenil, de modo que ao mesmo tempo em que defendesse a sociedade, estabelecesse mecanismo de intervenção no processo de desenvolvimento da criança ou adolescente, capaz de reverter o potencial criminógeno demonstrado pela prática da infração. (PAULA, 2006, p.36)

Vale dizer, os menores de dezoito anos a quem se atribua a prática de um comportamento previsto na legislação como crime ou contravenção têm o direito fundamental (que se traduz também em garantia decorrente do princípio constitucional da **proteção integral**) de estar sujeitos às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (recebendo, se for o caso e como resposta à sua conduta ilícita, as medidas socioeducativas) e afastados, portanto, das sanções do Direito

Segundo Mendez, Neto e Paula a apropriação das garantias jurídicas do código penal pelo legislador do ECA não indica qualquer subordinação entre um código e outro, antes, revela o cuidado com o adolescente e sua condição de desenvolvimento que é a essência do ECA. Eles entendem que a extensão das normas penais - dos processos de averiguação da autoria das ações criminais - para o sistema socioeducativo é um modo de proteger os adolescentes do discricionarismo que, até outro dia, reinava sobre os processos criminais juvenis¹⁸. Além das normas derivadas da tradição penal, acresce-se alguns procedimentos peculiares, que se voltam aos cuidados com as necessidades específicas dos jovens.

A posição de Digiácomo¹⁹ no texto “Garantias Processuais do Adolescente autor de ato infracional – O procedimento para apuração de ato infracional à luz do Direito da Criança e do Adolescente” é outra. Segundo Ele a elaboração do ECA e do art. 227 da CF desconsiderou toda legislação internacional e as normas penais e criou a possibilidade de um tratamento diferenciado de natureza extrapenal que não prescinde da plena observância dos direitos e garantias individuais que limitam o poder do Estado. Nessa perspectiva a chamada “crise do ECA” não se deve à imprecisão da lei ou a falha na interpretação, mas à não efetivação das normas vigentes. Os abusos vividos pelos adolescentes em regime socioeducativo não se devem à falta de regulamentação ou indeterminação da lei de apuração do ato infracional, mas são causados pelo desconhecimento e descaso pelas normas vigentes e pela completa ignorância a respeito dos princípios que deveriam orientar a operacionalidade da lei. A reprodução das práticas menoristas não se deve à estrutura legal e institucional deixada pelo sistema anterior, mas pela visão distorcida que os operadores do sistema possuem dos adolescentes. São tidos como objeto da ação estatal. A mesma distorção é observada quando se trata de conceber a razão da justiça da infância e adolescência.

Se a doutrina da situação irregular ainda se faz obedecer nas entidades socioeducativas, não será a importação dos conceitos derivados do Código Penal que acabará com a discricionariedade, mas serão novamente interpretadas e distorcidas em proveito do menorismo. E, a intenção primeira do legislador do ECA, que era a de criar um sistema de

¹⁸Ver a esse respeito NICODEMOS, Carlos. A natureza do sistema de responsabilização do adolescente autor de ato infracional. In *ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. pp. 61-85.

¹⁹ Promotor da justiça do Estado do Paraná.

atendimento diferente que proporcionasse proteção integral a seus usuários estaria perdida. A adoção de um vocabulário penal não resolveria a discricionariedade, mas reforçaria uma doutrina da pena máxima, suprimindo o tratamento de atenção integral extrapenal proposto no ECA.

A alternativa viável é fortalecer o direito da criança e do adolescente e suas instituições a partir da correta compreensão e a irrestrita aplicação das normas da proteção integral e dos princípios que regem a matéria.

O pressuposto do atendimento adequado e efetivo do ECA está na implementação das políticas intersetoriais no município, contando com o envolvimento dos diversos órgãos públicos. É compor municipalmente uma rede de sistemas de garantias que vão da educação, à saúde, assistência social, lazer, cultura etc... É preciso investigar as causas da conduta infracional, do contexto sócio familiar no qual o adolescente vive para elaborar estratégias multisetoriais e coordenadas que permitam um atendimento individual com o devido respeito ao processo de desenvolvimento pelo qual passam esses indivíduos.

A estruturação nos municípios de um sistema de programas especializados deve ser a tônica dos profissionais do “Sistema de Garantias dos direitos das crianças e adolescentes”. A intervenção pontual e repressiva que pretendem os adeptos do sistema penal juvenil não condiz com a proteção integral. Esse princípio deve reger não só os sistemas primários e secundários de garantias, mas também o sistema socioeducativo, pois só assim se investirá sobre as causas sociais da infração.

O ECA formulou uma nova concepção da adolescência em conflito com a lei que permitiu a formulação de uma nova sistemática para o atendimento dessa população. Tal sistemática baseia-se em regras e princípios extrapenais.

Digiácomo concorda com a solidariedade dos direitos individuais e processuais do ECA e os da CF e das leis internacionais. Afirma que o objetivo dessas determinações é combater a discricionariedade do sistema anterior, promovendo uma política garantista de atenção integral. No entanto, discorda de Saraiva e Mendez quanto ao caráter sancionatório da socioeducação, Destacando do processo de apuração da autoria criminal instituído no ECA – apoiado em tantos outros textos - o mecanismo de remissão e o de restrição da privação da liberdade, o autor sustenta que o objetivo do legislador do Estatuto não está na pena ou na sanção, mas na descoberta das causas verdadeiras da infração juvenil e em seu acompanhamento, cujo objetivo é agir sobre as necessidades pedagógicas dos usuários garantindo a efetivação do princípio de proteção integral.

Segundo Digiácomo o procedimento de apuração do ato infracional não serve

exclusivamente à aplicação das medidas socioeducativas, mas à proteção integral, cujos meios são diversos: medidas protetivas, medidas sobre a família do jovem ou ainda outras, dependendo das necessidades pedagógicas constatadas a partir da avaliação técnica interprofissional.

O caráter de atenção pedagógica do ECA é reafirmado em detrimento do penal pelo recurso, reservado ao juiz, que lhe permite, mesmo constatando a autoria criminal de um indivíduo menor de idade, encaminhá-lo à uma medida outra que não a socioeducativa. Segundo ele a aplicação de uma medida socioeducativa requer necessidade. Além disso, pode-se redimir o jovem e o encaminhar para uma das medidas protetivas. Assim, as medidas socioeducativas são somente um dos meios da proteção integral dos jovens infratores. Não têm seu fim em si mesma, mas devem progredir ou se extinguir assim que esgote seu potencial educativo

II.iii- A relação entre juventude e imputabilidade na atual legislação brasileira

Em nossa Carta Magna a capacidade de responder penalmente é chamada de imputabilidade. Seus pressupostos são: o entendimento no autor sobre o caráter ilícito de seus atos e a capacidade de determinar sua conduta de acordo com esse entendimento. A incapacidade absoluta em compreender o caráter delituoso de uma ação criminosa ou a impossibilidade de se conduzir, mesmo se tendo uma ideia adequada do desvalor que a infração representa, são as condições de inimputabilidade. Citemos:

“art. 26 – É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento incompleto ou retardo, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”. (BRASIL, Código Penal, 1946).

Segundo essa mesma lei, são inimputáveis somente os indivíduos que, em virtude de uma perturbação mental, não compreendam, ou não determinem-se por esse

entendimento, ou que tenham menos de dezoito anos²⁰.

Podemos medir a distância entre a noção de inimputabilidade no ECA e no código penal a partir de duas particularidades da temática socioeducativa. No capítulo “garantias processuais” do ECA, consta: “**Art. 111** - São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias: I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.” (ECA, art. 111). No caso contrário, fica interdita a aplicação das medidas socioeducativas devido ao princípio manifestado no parágrafo 1º do artigo 112: “A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração”, restando apenas a aplicação das medidas emergenciais do art. 101. Em conformidade com “as garantias processuais” do código penal, a compreensão da ilicitude do ato criminoso, condiciona a responsabilização do adolescente no sistema socioeducativo, mas não interfere na capacidade penal do indivíduo. A inimputabilidade conferida pela constituição, tal qual concebida pelo código penal, e as garantias processuais - dos adolescentes em conflito com a lei - asseguradas pelo ECA geram um paradoxo. Pois, nega-se a capacidade de entendimento do adolescente ao atribuir-lhe inimputabilidade, mesmo tempo em que as garantias processuais condicionam a legitimidade do processo à posse – pelo adolescente - dessa mesma capacidade. O debate acerca da redução da inimputabilidade juvenil tem como eixo esse paradoxo.

²⁰ A maioridade penal é estabelecida pelo Código Penal e o Código civil, respectivamente, nos artigos 27 e 228: “Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial” (Brasil, Código Penal, 1984) e “Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.” (BRASIL, Constituição federal, 1988)

III- Os regimes jurídicos de verdade

O objetivo desse capítulo é analisar a relação entre o *direito* e o *governo* em uma amostra de artigos que se propõem a debater a questão da redução da maioria penal. Tomou-se como operador metodológico dessa pesquisa a distinção entre *direito clássico* e *direito liberal* realizada por Foucault em *O Nascimento da Biopolítica*²¹ que foi apresentado na introdução. Não é tanto pelo valor conceitual, mas pelos procedimentos analíticos que essa distinção nos é importante. O que significa, pois, adotar esse procedimento? Antes de tudo significa optar por não orientar o exame desses documentos em razão da posição que assumem quanto à querela da redução da maioria penal, mas em função da maneira como, neles, se opera a relação entre lei, governo e poder. A distinção conceitual não é sem importância. A diferença entre os modelos do direito clássico e do direito liberal representam, na exposição que se segue, as extremidades de uma escala gradual para a categorização das relações entre direito e poder. Ordenar-se-á a exposição dos argumentos apresentados numa escala cujos polos são a identificação absoluta com o modelo clássico e a máxima semelhança com o modelo liberal.

A sequência dos argumentos analisados será, portanto, a seguinte: 1- Sobre a fundamentação do direito à imputabilidade penal dos adolescentes; 2 Os argumentos histórico-sociais; 3- Sobre as críticas à ineficácia do sistema socioeducativo; 4- Os argumentos garantistas de eficácia

III.i- O status constitucional do direito à imputabilidade penal dos adolescentes

A posição garantista, contrária à redução da maioria penal, é facilmente

²¹ FOUCAULT, 2008, p. 54- 56. No presente texto destinamos o subcapítulo da introdução “Operador Analítico” a esse tema.

identificável com a forma clássica do direito clássico do soberano. O argumento que mais se aproxima desse modelo é o de que a redução da maioria penal consistiria em um abuso de poder por parte do Estado na medida em que violaria um direito individual fundamental estabelecido e protegido pela Constituição Federal. Nesse argumento sustenta-se que a inimputabilidade dos menores de 18 anos, sendo de natureza análoga aos direitos individuais, é protegido pelo artigo 60 da Carta Magna que define um conjunto de garantias inalteráveis denominadas *Cáusula pétreas*²².

Cito, respectivamente dois trechos dos artigos “*Redução da imputabilidade Penal: mitos e justificativas*” de Ana Paula Costa e “*Sim à garantia para a infância e juventude do exercício dos direitos elementares da pessoa humana. Não à diminuição da imputabilidade penal*” de Olympio de Sá Sotto Maior Neto:

“Por outro lado, vê-se que, do ponto de vista jurídico, a possibilidade de aprovação de tais projetos de emenda constitucional (favorável à redução) pelo Congresso Nacional é muito pequena, visto que a disposição que regula a idade de responsabilização penal faz parte dos direitos fundamentais previstos na Constituição; portanto, só pode ser mudada a partir de uma nova Carta Magna. Trata-se de uma cláusula pétrea, conforme refere Terra (2001) e outros doutrinadores.” (COSTA, 2008, p. 48)

O primeiro ponto que deve ser ressaltado – e que importa, na prática, fulminar com qualquer proposta de emenda constitucional direcionada à diminuição da imputabilidade penal – contempla a conclusão de que a imputabilidade penal somente a partir dos dezoito anos, trazida à condição de cânone constitucional pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, corresponde à *cláusula pétrea* e, por isso mesmo, insuscetível de modificação por via de emenda, conforme comando do artigo 60, 4º, da Constituição Federal (assim: “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir: [...] IV – os direitos e garantias individuais”). Embora topograficamente distanciada do artigo 5º, da Constituição Federal (pois, afinal, pela primeira vez na história constitucional brasileira destinou-se um capítulo exclusivo para tratar da família, da criança, do adolescente e do idoso), não há dúvida de que a regra do artigo 228, da Constituição Federal, apresenta *natureza análoga* aos direitos, liberdades e garantias (...) (NETO, 2001, s/p.)

A esse argumento que toma a condição de inimputabilidade dos adolescentes como fundamento do Estado de direito, como garantia individual e cláusula Pétrea, os

²² “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir: [...] IV – os direitos e garantias individuais” BRASIL, 1988.

defensores da redução da maioridade penal, respondem de diversas formas. Sustentam-se, entretanto, sobre um ponto comum: os fundamentos e condições do direito de Punição pelo Estado. O princípio de imputabilidade tal qual definido no Código Penal, delimita em que circunstâncias pode ou não o Estado enquadrar um sujeito às normas e procedimentos penais. Nesse sentido o direito do Estado punir um cidadão é condicionado pela presença ou ausência das faculdades intelectuais e volitivas nesse sujeito. Em outras palavras, é necessário que o sujeito cometa a infração deliberadamente, que disponha de seus atos voluntariamente para que o Estado possa enquadrá-lo na lei Penal e, dessa forma, possa efetivar seu direito. No caso contrário, quando o indivíduo não é capaz de discernir se sua ação consiste ou não em um crime, veta-se ao Estado qualquer resposta de natureza punitiva. Vê-se que essa limitação origina-se de uma disposição jurídica axiomática que fundamenta a competência do Estado no princípio de imputabilidade. Princípio que justifica a existência do governo penal, do direito penal do Estado, sobre os elementos subjetivos –vontade, livre-arbítrio, discernimento. A partir daí, a oposição a limitação do direito Estatal de punir aos sujeitos com menos de 18 anos envereda por dois caminhos, conservando a despeito dessa diversidade de meios a mesma direção: a desqualificação do limite de ação penal segundo o critério etário vigente.

São dois os desdobramentos desse argumento. De um lado, há aqueles que criticam o critério etário biológico adotado em nossa constituição²³; apontam a arbitrariedade dessa fronteira e propõem a adoção de um critério bio-psicológico flexível para delimitar a ação estatal. Do outro, estão os que, não desejando alterar o critério etário ou biológico, sugerem a mera redução cronológica da maioridade penal em 2, 4 e até 6 anos.

O Jurista Flávio Borges D'Urso, ex-presidente da OAB, critica a arbitrariedade inerente ao critério biológico simples:

Fato é que o legislador brasileiro estabeleceu o critério etário, fixando uma data para a maioridade. Ou seja, um minuto antes de completar a idade marco de 18 anos, o indivíduo, conforme a lei, não tem a compreensão de sua conduta criminoso. No minuto seguinte, após a meia-noite, completados os 18 anos, ele deixa de ser incapaz e passa a ter consciência da ilicitude praticada. Esse critério etário vem demonstrando que tem eficácia duvidosa e está sendo abandonado por muitos países. (D'URSO, 2007, s/p)

²³ Artigo 228 daCF, 27 do CP e artigo Art. 104.do ECA, cito o último: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.” (BRASIL, ECA,1990).

D'Urso leva as disposições legais que garantem inimputabilidade penal aos menores de 18 anos ao absurdo. Isso é possível, pois, ao invés de tomar os direitos individuais do adolescente como princípio legal, ele fundamenta seu discurso sobre o direito penal, cujo titular é o Estado. A inimputabilidade, nesse sistema teórico-jurídico, é a articulação entre o direito da sociedade/governo e o direito do cidadão/sujeito. Ora, o que constitui a inimputabilidade? Qual é a sua essência?

Vimos, há pouco, que o discernimento e autodeterminação são suas condições. São, igualmente, seus elementos axiomáticos, a partir dos quais pode-se pensá-la. Ao mesmo tempo condição e princípio, a inimputabilidade funda-se ao mesmo tempo em que se delimita sua ação, seus procedimentos. É, nessa estrutura discursiva, o princípio axiológico do sistema jurídico-penal, na medida em que, no momento de sua formulação, determina seus direitos, sua potência, sua competência e seu limite. É a razão da distinção entre as partes, das divisões de jurisprudência, distribuindo, entre uma e outra, o que lhes cabe. Estabelece os procedimentos, as exigências, as normas de suas ações, os direitos e deveres do Estado e delega os direitos reservados ao cidadão.

Temos aqui a imagem invertida do modelo jurídico que estrutura o argumento da defesa da garantia da inimputabilidade penal para os menores de 18 anos. Num caso o direito individual ocupa o lugar de fundamento jurídico, aparece como garantia inalienável do contrato social, a condição para o desenvolvimento de um sujeito de direito. É necessário respeitar o período mínimo de desenvolvimento, minimizar as aflições, pois, caso contrário, o indivíduo nunca tornar-se-á um cidadão e, por conseguinte, o Estado democrático de direito não cumprirá com suas exigências e perderá sua legitimação. Do outro, é o direito do estado que ocupa o posto de fundamento. A inimputabilidade é a condição de legitimidade do governo e se, por descuido do legislador, os adolescentes, mesmo sendo capazes de discernimento, não são responsabilizados por suas ações e, aproveitando-se das circunstâncias, engajam-se na criminalidade desenfreadamente, violando os direitos dos demais cidadãos e os do próprio Estado, os laços sociais serão desfeitos e a iniquidade reinará sobre a terra. Imagem invertida ou semelhança espelhada. Nessas duas posições contrárias observa-se a mesma relação do direito com o poder: parte-se de um princípio teórico, um axioma filosófico, uma natureza abstrata, adaptando a argumentação à uma posição política pré-existente. De um lado, uma figura rousseauiana, um bom selvagem que habita adormecido o adolescente que, privado de tudo quanto possa faltar, desenvolve-se pervertido, esperando uma ocasião para florescer e revelar suas potencialidades e habilidades, seus desejos. Do outro, a imagem hobbesiana do

Leviatã, do monarca tomado pelo pesadelo de um sono demasiadamente longo, passa a noite em uma semi- vigília, pois sabe que os intervalos extensos são o maior inimigo do governo. Tal qual o poder penal, que anseia pelos adolescentes que principiam no crime sem podê-los alcançar, não se deixa relaxar, valendo-se de mil e um artifícios para sobre esses jovens intervir.

III.ii- Dos argumentos histórico-sociais no debate acerca da maioridade penal

A defesa da redução da maioridade penal sem a defesa da modificação do critério etário/biológico já não se enquadra completamente nesse modelo jurídico/governamental clássico, ou pelo menos, abstrato/axiomático. A base estabelecida sobre o princípio de imputabilidade poderia nos sinalizar que a argumentação seguiria dessa forma e, de fato, nota-se a presença dessa relação naturalista. Contudo, o recurso à um argumento sócio histórico contamina a pureza da forma. Vê-se logo que o gosto dos propositores dessa solução jurídica para o problema da maioridade penal tende ao pitoresco. A análise sócio histórica intervém na sequência da proposição acerca da imputabilidade – que, grosso modo, é a mesma utilizada por D'Urso -: admite-se que em 1946, na ocasião em que se formulou o Código Penal, os adolescentes e as crianças não dispunham - nem tão cedo, nem tão facilmente - das informações e conhecimentos que promovem a capacidade de discernimento. Alega-se que, na atualidade, o desenvolvimento dos meios de comunicação e o progresso dos saberes alterou significativamente o processo de aquisição de conhecimento e o de formação do discernimento. São dessa opinião diversos autores, como Rocha²⁴, e Aaraújo²⁵, contudo, o texto que segue nos bastará :

“Atualmente, o acesso à informação é quase compulsivo. Novas tecnologias fazem parte do dia-a-dia das pessoas, inclusive dos jovens (telefone celular, internet, correio eletrônico, rádio, tv aberta e fechada, etc). São tantos os canais de comunicação, que se torna impossível manter-se ilhado, alheio aos acontecimentos. Não há espaço para a ingenuidade, e com maior razão no que concerne aos adolescentes. Aliás, estes estão mais afetos a essas inovações. Em algumas situações, há inversão

²⁴ ROCHA, C. 2003, p. 1.

²⁵ ARAÚJO, 2003, p. 2.

da ordem natural. É comum, por exemplo, filhos orientarem os pais sobre informática.” (JORGE, 2002, p. 2 grifos nossos).

Duas observações sobre o argumento. Em primeiro lugar, é interessante a forma como esses autores mudam de registro sem nenhuma intermediação. Passam do discurso jurídico abstrato das condições de imputabilidade para um discurso de origem duvidosa, um pouco ao sabor do senso comum e da opinião pessoal (ou como a chamavam os primeiros filósofos *doxa*). Um tratamento superficial um tanto tosco sobre os efeitos das novas tecnologias de informação sobre os adolescentes e o desenvolvimento de seu discernimento. Em segundo lugar, é curioso como os autores tomam a relação entre aumento na tecnologia de informação e o aceleração do desenvolvimento do discernimento no jovem soar tão natural. Partem do princípio de que a informação veiculada nos meios de comunicação é verdadeira, que desperta a consciência dos adolescentes e que pode ser assimilada como conhecimento. Ignoram o valor pedagógico das informações transmitidas na mídia, seu modo de transmissão e os efeitos dessas “informações” sobre o desenvolvimento do sujeito adolescente. Identificam a exposição à informação com a aquisição de conhecimento e o acúmulo de saber com o desenvolvimento. Há homens de profunda erudição que não são capazes de se portar de acordo com nenhuma moral, assim como não faltam exemplos de analfabetos cujo juízo e ações são de uma retitude ímpia.

De qualquer modo, o procedimento não deixa de ser interessante. Principia-se com um movimento jurídico abstrato clássico baseado no Código Penal, mas ao invés de o contrapor à norma vigente, à lógica estabelecida na constituição, como o faz D'Urso, opta-se por desviar-se por uma análise histórica conciliatória. Em momento algum, faz-se a crítica da razão jurídica abstrata do Código Penal, desloca-se o conflito para um plano exterior, para um acaso histórico. A modificação pretendida, por mais severa que seja, passa por um ajuste pontual, um acerto de relógio. Ademais, é mister destacar a introdução da noção de desenvolvimento que, no argumento de D'Urso aparecia como variável individual, sem muita relevância. A precocidade do desenvolvimento, desencadeada, pela exposição contínua à informação é um artifício sutil – único rastro de elegância na argumentação -, que faz voltar-se, contra os partidários do ECA, a noção que lhes é mais preciosa. Como veremos na sequência, essa noção será o centro das justificativas mais sólidas nas defesas da garantia à inimputabilidade penal.

A temática dos efeitos da atualidade sobre o desenvolvimento dos jovens será

retomada pelos partidários do ECA, mas num outro sentido, bem distinto do que lhe deu JORGE na passagem anterior. Ao invés de progresso tecnológico, falar-se-á de crise da modernidade, dos processos de identificação, de perda de referencial psicológico etc... Ana Paula Costa apropria-se de uma análise de Bauman sobre a sociedade de consumo e a mescla com a análise da sociedade punitiva. Retomemos brevemente a análise.

A sociedade punitiva se caracteriza pelo uso da violência institucional com a finalidade de se resolver os problemas da criminalidade na sociedade. Absorvida pelas massas, essa tendência torna-se ideologia, gerando consideráveis efeitos de exclusão sobre a população mais vulnerável:

A asserção expressa pelo senso comum, ou pelos órgãos de comunicação – que, por sua vez, formam a opinião pública, mas também expressam a visão circulante entre a maioria da população – é de que se deve retirar do convívio social todos aqueles que “não estão adequados ao contexto”. Esse pensamento ilusionista supõe que, ao serem afastadas do convívio social as pessoas depositárias da culpa pelos malefícios do coletivo, os conflitos inerentes ao funcionamento social seriam eliminados. (COSTA, 2008, p. 49)

Costa, dá outro valor à disseminação de “informação” através dos novos meios tecnológicos, revelando alguns efeitos negativos dessa comunicação massiva, que potencializa a transmissão de valores preconceituosos e mal constituídos, fortalecendo as crenças e as ideias mais conservadoras. A exposição constante e excessiva de cenas de violência por parte das mídias agrava a situação promovendo o medo e o pânico entre os cidadãos. A mentalidade punitiva, alimentada pelos meios de comunicação, generaliza-se e recai sobre a população marginal das grandes cidades.

Sob esse pano de fundo, a autora introduz a análise de Bauman acerca da centralidade do consumo em nossa sociedade contemporânea. Segundo esse ponto de vista, o imperativo socialmente compartilhado da necessidade de se consumir, de se atingir certo patamar de consumo - em detrimento do valor da produção - resulta em uma busca desenfreada pelo padrão estabelecido. Alcançar as metas cada vez maiores, impostas pela sociedade, torna-se um fim em si mesmo. O indivíduo se vê incumbido dessa tarefa sem

normas ou restrições. Nada é demais para se atingir o status pretendido. A criminalidade é, estruturalmente, efeito dessa sociedade, produto da ambição desenfreada e da desestruturação de seu meio. O estigma social derivado da mentalidade punitiva agrava a sensação de exclusão experimentada pelo indivíduo marginal que tende a compensar seu isolamento com o acúmulo de bens advindos de atividades delituosas.

Maria de Lourdes Trassi Teixeira²⁶, pesquisadora e psicóloga, destaca dois processos da contemporaneidade que tendem a fragilizar a estrutura sociopsicológica dos adolescentes. A reestruturação da instituição familiar e o fenômeno de ruptura acelerada dos valores tradicionais (Hobsbawm).²⁷ Cella e Camargo também mencionam o fenômeno de ruptura com os valores tradicionais, no entanto sua referência é outra (Stuart Hall), destacam o efeito de não-pertencimento. Invocam também uma nova forma de exclusão, caracterizada pela integração precária no mercado de trabalho e pelo isolamento pessoal.

Procuramos mostrar com essa breve análise da relação entre contemporaneidade e desenvolvimento adolescente que a introdução de análises sociológicas da contemporaneidade são utilizadas substancialmente pelos defensores dos direitos da juventude. O uso desse recurso tem por objetivo a constituição de um plano de fundo sociológico caracterizado pelo individualismo, pela negativa dos fatores condicionantes e motivadores exteriores ao sujeito, pela incerteza, desestruturação familiar, comunitária e ideológica e, sobretudo, por um certo tipo de exclusão econômica e psicológica que tende a se retroalimentar infundavelmente. Estabelece-se uma primeira dimensão da estrutura de fundo causal para a criminalidade juvenil. Dimensão circunscrita às questões de identidade e exclusão psicocognitiva. Não é o caso de realizarmos uma análise sistemática desse dispositivo discursivo em toda sua extensão. Basta ter em mente que a crise da modernidade é somente uma parte, bem superficial, de um mecanismo teórico bastante complexo. A função desse plano de múltiplas causalidades é descentralizar a casuística do crime, tradicionalmente remetida ao indivíduo – seja sobre sua vontade, seja sobre uma estrutura patológica latente – a direcionando a uma multiplicidade de elementos heterogêneos que estão em relação com o jovem, mas que o perpassam de cima abaixo.

Busca-se compreender a produção da criminalidade em torno do adolescente sem que, dessa maneira, se o isente de responsabilidade. Concebe-se o ato criminoso a partir

²⁶ Pesquisadora e psicóloga. Escreveu o artigo “Evitar o Desperdício de Vidas” publicado na coletânea *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*, organizado pela Secretaria Especial de Direitos humanos e pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas e Prevenção do delito e tratamento da delinquência.

²⁷ TEIXEIRA, 2006, p. 431.

de uma diversidade elementos uns em relação aos outros, o próprio adolescente inserindo-se nessa cadeia enquanto uma multiplicidade de conjuntos mais ou menos estável. Esse é, talvez, o dispositivo teórico que melhor encarna a socialização da responsabilidade pelo ato infracional do adolescente. É também uma forma de se diversificar os objetos de intervenção e reduzir as ações diretas. É preciso sempre ter como meta, não o adolescente, mas as suas relações, suas capacidades de conectarem-se com elementos diversos, pessoas, afetos, ideias. A ação preferencial da socioeducação é sobre as relações que o adolescente mantém ou pode vir a manter ou deve evitar. Também se encontra aqui um contra-argumento para a tese da disseminação da informação como vetor do desenvolvimento precoce do entendimento adolescente. Pois, substitui a função catalisadora das inovações tecnológicas e sociais sobre o discernimento dos jovens por um mecanismo complexo cujos efeitos são perturbadores e negativos. Reforçando os argumentos jurídicos de defesa da inimputabilidade dos adolescentes, a partir, de uma análise factual da sociedade.

É curioso como os modelos de relação direito/governo se alternam no interior do discurso socioeducativo – e também do discurso reducionista -, uns reforçando os outros, sem que se ponha em questão a alteridade desses elementos. Observamos o compartilhamento da categoria temática sócio histórica pelas diferentes posições. Cada uma se apropriando dessas categorias de acordo com suas próprias necessidades lógicas e políticas. Num momento esse elemento participa de uma argumentação clássica na posição socioeducativa, no outro é repatriado pela objeção reducionista ao argumento precedente, sob um viés positivista.

Bom, voltemos aos argumentos favoráveis à redução da maioridade penal com a manutenção do critério biológico/etário. O recurso à análise sociológica da modernidade, tal como a vimos em Jorge, não está isolado. Na verdade o ponto mais forte, segundo nosso ponto de vista, na defesa dessa proposta ainda não foi desenvolvido. Um grande número de autores sustentam que a redução da maioridade civil de 21 para 18 anos, da idade mínima para o casamento e, principalmente, a extensão do direito a voto aos maiores de 16 anos atestam o amadurecimento (por amadurecimento entende-se a capacidade de tomar decisões a partir do próprio julgamento e a responsabilidade sobre seus próprios atos) adiantado dos jovens em nossa sociedade e a tendência legislativa à redução da maioridade penal. (JORGE, E. 2002, p. 3; KAUFMAN, A. 2001, p. 1; ROCHA, C. 2003, p. 1 e ARAÚJO, K. 2003, p. 3).

A consistência desse argumento é muito superior a do sócio histórico reducionista. Baseia-se em precedentes jurídicos significativos. Entretanto, ao fugir do campo do Direito Penal e se dirigir ao Direito Civil, o discurso perde muito de sua força. Nem

mesmo o recurso à análise sociológica (duvidosa) da modernidade abandonou os princípios da legislação de 1946, ao contrário, o manteve sempre por perto, como fundamento. Fazendo intervir precedentes da jurisprudência Civil sobre a Penal, perde-se o rigor lógico. A organicidade estrutural do direito civil não é a mesma do direito penal. Se, levando o argumento ao limite, se abandona o direito penal para debater exclusivamente sobre a jurisprudência civil, a derrota é evidente, pois aí o argumento da inimputabilidade como cláusula pétrea não pode ser rebatido. Afinal, a constituição não vai impedir a extensão de um direito – de casar, de votar, de determinar-se etc... - alegando que a questão esteja protegida pela lei. Os direitos fundamentais individuais, segundo a lógica de sua exposição, não podem ser, nunca, suprimidos, no entanto, a possibilidade de aumentar a cobertura de uma garantia, de oferecê-la a sujeitos de direito que, antes, não podiam dela dispor, não sofre a mesma limitação.

Estamos aqui a meio caminho da forma jurídica liberal, que mencionamos no começo desse capítulo. Nota-se que, no decorrer da análise, passamos por uma graduação do direito clássico. Fomos do mais tradicional, o mais adequado à categoria, às misturas heterogêneas e, enfim, chegamos num ponto aonde a tendência axiomática abstrata se perdeu quase por inteiro.

III.iii Das críticas à ineficácia do sistema socioeducativo

Outros dois tipos de argumentos são comuns nos discursos daqueles que defendem a redução da maioridade penal. De um lado, as teses do adolescente perigoso ou cruel e as teses do aumento da criminalidade juvenil; do outro lado, ataques à eficácia do ECA e a tese da impunidade. Esses dois argumentos tendem a se complementar: A partir da constatação do aumento da violência entre jovens, infere-se que a política de tratamento dado aos jovens infratores não é eficaz.

O jurista pernambucano Kleber Martins Araújo observa que uma das finalidades da pena é inibir novos crimes. Araújo nomeia essa função penal de “prevenção geral” ou “prevenção por intimidação”. Segundo este autor, as medidas socioeducativas estabelecidas no ECA não são rígidas o suficiente para fazer valer esse princípio. Isso acaba facilitando a entrada de jovens no “mundo do crime”. Em certos casos os adultos utilizam os

menores em seus crimes se aproveitando da impunidade garantida pela lei, em outros casos, os próprios menores gozam de sua inimputabilidade enquanto podem. O resultado disso é a crescente precocidade com que os criminosos entram definitivamente para o mundo do crime. (ARAÚJO, 2003, p. 3)

Ainda há, da parte dos opositores do ECA, um discurso que se pretende conduzir segundo a eficácia. O discurso psiquiatra, direciona sua crítica à ineficácia do ECA ao limite cronológico da internação dos adolescentes. Kaufman e Amaro sustentam que adolescentes portadores de distúrbio de personalidade ou de comportamento, psicóticos ou anti-sociais não se beneficiam de remédio ou tratamento e que, portanto, não podem ser liberados compulsoriamente aos vinte e um anos. Defendem que, nesses casos, uma junta médica deveria examinar os adolescentes periodicamente e, caso atestassem a persistência desses transtornos, o Estado deveria manter o indivíduo sobre tutela, mesmo depois de adulto. Cito Kaufman:

A psiquiatria da infância e da adolescência descreve, porém, como um de seus quadros mais graves o chamado Transtorno de Conduta (TC), caracterizado por um padrão repetitivo e persistente de conduta anti-social, agressiva ou desafiadora, por no mínimo seis meses. A presença de sintomas de TC na infância é um mau sinal, pois prevê delinquência na vida adulta. Quanto mais intenso o comportamento agressivo na infância, maior a probabilidade de ocorrer comportamento delinquente ou francamente criminoso na fase adulta. O TC pode ter início já aos cinco ou seis anos de idade, mas habitualmente aparece ao final da infância ou início da adolescência. O início precoce prediz um pior prognóstico e um risco aumentado de Transtorno da Personalidade Anti-Social (CID 301.7) na vida adulta. (KAUFMAN, 2004, p. 106).

Admitindo-se a existência de tais desvios de personalidade incontornáveis, não há nenhum ganho na eficácia da medida de internação com a extensão indefinida de sua duração. Criminoso preso, criminoso solto os esforços para sua ressocialização são inúteis, pois ele é intratável. Seja como for, as diretrizes do ECA para o tratamento dos jovens infratores são incompatíveis com esse tipo de argumento, pois o propósito do novo sistema socioeducativo é reeducar e ressocializar o adolescente. Só conseguir-se-á circunscrever o raio de ação desse indivíduo irremediável. A ideia de mantê-lo a vida toda em uma instituição com incidência elevada de situações violentas não parece muito promissora. A reforma nas disposições das medidas de internação, aumentando sua duração indefinidamente, não se faz necessária num caso desses. No *hall* das medidas protetivas está prevista a possibilidade de

internação de um adolescente que apresente tais transtornos em um hospital psiquiátrico, com a “vantagem” de que sua soltura será determinada segundo os critérios médicos. Ademais, uma unidade de atendimento socioeducativo de internação não tem estrutura para comportar um indivíduo tão avesso à vida em comunidade. A flexibilização do tempo de internação seguindo parâmetros médicos abriria precedente para a discricionariedade, além de não ser coerente com a proposta de atendimento.

Não nos opomos ao desvio ideológico que essa intervenção representa, considero somente a mecânica própria do atendimento. A execução da internação já passa por todo tipo de problema, sua única possibilidade de eficácia está no estabelecimento de relações de respeito e afeto com os educadores. A presença de um psiquiatra com o poder de encarcerar definitivamente qualquer adolescente acabaria com a possibilidade de relações saudáveis. Não se analisa aqui alternativa da perspectiva ideológica, mas meramente do ponto de vista da eficácia. Não haveria com a internação indeterminada nenhuma melhora significativa nos índices de reincidência ou de criminalidade juvenil.

Estamos nas cercanias do modo jurídico liberal. A presença do critério de eficácia aparece como justificativa, mas, precedida e justificada pela tese do adolescente criminoso e a do aumento da criminalidade juvenil, ignora o funcionamento real da criminalidade juvenil e de seu tratamento. Em primeiro lugar o aumento da criminalidade juvenil é um mito. Há, sem dúvida, um aumento das cifras e dos boletins de ocorrência, mas esse aumento é proporcional ou inferior ao da criminalidade adulta. Além disso, ignora-se, no uso irrestrito das estatísticas a arbitrariedade de sua formulação e as influências que a dinâmica policial e política de administração da criminalidade exercem sobre esses números.

É certo que os noticiários exibem constantemente crimes cometidos por adolescentes, muitas vezes por compactuarem com a crença na eficácia da penalização. A sociedade reage a essa exposição pressionando as autoridades a recrudescer suas ações contra o crime. Evidentemente a estrutura jurídica e institucional controla a irrupção desenfreada de retaliações aos adolescentes autores de ato infracional. Não nego que a violência seja praticada nas instituições de acolhimento, que os juízes condenem jovens à internação sem que haja necessidade de fazê-lo. Mas, essas ações são limitadas. Ora, que instituição tem a limitação mais discreta, menos eficaz? Que grupo de pessoas pode, simplesmente aumentando as ações direcionadas à contenção da criminalidade juvenil, multiplicar as cifras de Boletins de Ocorrência? A polícia. Bastaria, portanto, que a polícia se concentrasse mais sobre os crimes cometidos predominantemente por jovens para que a estatística, da criminalidade juvenil multiplique-se. Isso não quer dizer, de todo, que os crimes cometidos pelos

adolescentes tenham aumentado realmente.

Logo, a conclusão favorável à redução da maioria penal, tendo se baseado em preceitos falsos e indemonstráveis, não se conduz pelo princípio da eficácia, mas sim pelo direito positivo baseado numa mecânica de adestramento animal que envolve: inibição por intimidação penal e cálculo do lucro e do risco. Demonstraremos os efeitos perniciosos dessa política sem fazer menção às estatísticas criminais, mostraremos como esse argumento não consegue sustentar-se em si mesmo, que, partindo de suas próprias premissas é possível contradizer sua conclusão. Ora, se se recrudescer a política punitiva e se passasse a prender os adolescentes, como se fazem com os adultos, aumentar-se-ia as penas e prisões. Um primeiro efeito seria o aumento do ônus aos cofres públicos, já que o sistema prisional custa caro. O adolescente passaria mais tempo preso, não desenvolveria nenhuma habilidade que pudesse lhe render uma colocação profissional. Quando, e se, ele sair da prisão, sem emprego, sem família, sem nenhuma relação além das que estabeleceu na prisão, o que lhe será mais vantajoso?, viver de esmola ou se envolver em uma atividade criminosa razoavelmente rentável? Ora, consideremos, como fazem os defensores da política penal positivista, o interesse desse jovem. Sem trabalho não pode sustentar-se, sem educação não pode aprimorar-se. Sem meios de subsistência legítimos esse homem buscará outros meios. Tendo passado uma temporada na prisão travou contato com outros criminosos, por eles foi apresentado a novas formas de criminalidade das quais pode obter algum dinheiro. Essa posição positivista não se sustenta em suas próprias bases de interesse e de inibição. Não fizemos menção, ainda, aos fatores sociais, psicológicos, educativos, afetivos envolvidos na questão, nos mantivemos estritamente sobre os princípios propostos pelo discurso positivista. Retomaremos a crítica a esses argumentos no próximo capítulo.

III.iv- Os argumentos garantistas de eficácia

O pensamento jurídico garantista leva em consideração os fatores subjetivos e afetivos no tratamento dos jovens delinquentes. Pretendem com isso atingir uma eficácia que, pelo modelo penalista não poderia ser alcançada. Encontra-se nesse pensamento um uso positivo e consequente da categoria do útil. Trata-se de um conjunto de argumentos localizados nos artigos que defendem a manutenção das normas socioeducativas estabelecidas na lei de 1990 que, se não seguem um encadeamento sequencial determinado, são, no mínimo, articuláveis num plano abstrato. Procurou-se, na exposição que se segue, dar uma forma determinada a essa multiplicidade não organizada que, ao mesmo tempo, em que respeita a organicidade das fontes, lhes sobrescreve um sentido à parte.

Para que se possa mostrar a racionalidade e a mecânica utilitarista dos argumentos favoráveis ao ECA, será necessária uma demonstração um pouco mais alongada, por isso dividiu-se esse tópico em cinco etapas. Inicia-se pela exposição da noção de adolescência e desenvolvimento, seguida pela crítica ao sistema prisional indiferenciado e por um conjunto de considerações acerca da relação ente o jovem e o seu sistema de responsabilização. Apresentar-se-á uma análise da produção social da criminalidade juvenil desenvolvida pelos teóricos garantistas e, por fim, articular-se-ão, a partir da noção de desenvolvimento, os princípios de proteção integral e o de intervenção mínima num programa para o governo dos adolescentes em conflito com a lei de tendência liberal.

O conceito de adolescente veiculado no ECA tem por atributo essencial essa “condição peculiar de desenvolvimento”²⁸. É a partir dessa condição, que se diferenciam os jovens dos adultos e, é a partir dela, que se predicam todas as particularidades jurídicas dessa categoria. O que os discursos em questão predicam sobre essa condição? O processo de desenvolvimento é um fenômeno observado na população adolescente, ocorre natural e necessariamente nos indivíduos de certa idade. Num primeiro nível, essa fase da vida é marcada por reajustamentos subjetivos dos quais se esperam alguns efeitos típicos. Dentre eles: o distanciamento da família enquanto meio identitário predominante da infância e a busca de modelos exteriores nos grupos de pares; a contração de hábitos específicos desse grupo; e eventualmente a manifestação de comportamentos antissociais e mesmo, de condutas de afrontamento à ordem pública que podem assumir diversas faces mais ou menos graves,

²⁸ A diferença jurídica entre os menores de dezoito anos e os maiores de dezoito anos está nos direitos e deveres específicos que lhes são garantidos no ECA. A razão principal para essa diferenciação, como se pode ver no artigo 3º da legislação supracitada é a “peculiar condição de desenvolvimento”. Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”

dentre as quais encontra-se os pequenos crimes e as infrações pontuais. De acordo com essa teoria, esses comportamentos antissociais são considerados normais para os indivíduos dessa idade e, inclusive, são esperados. São efeitos regulares do processo de desenvolvimento. A conduta antijurídica e a realização de pequenas infrações, nesse sentido, fazem parte dos sintomas previstos para esse processo. Esses comportamentos antijurídicos são, em geral, pontuais e não prenunciam um futuro violento para o indivíduo. São eventos típicos dessa fase²⁹:

Referente ao adolescente autor de ato infracional, tal máxima (de que se deve considerar os comportamentos “próprios à adolescência no tratamento da delinquência juvenil) deve se traduzir em visão interdisciplinar que englobe os avanços científicos na área médica, de modo a se identificar os comportamentos que seriam, por assim dizer, próprios na adolescência. Tais estudos indicam coexistirem na denominada “síndrome da adolescência normal”, além da reprodução dos comportamentos e usos do grupo (a conduta social, a fala, a vestimenta etc.), também o insurgimento contra os valores estabelecidos pela sociedade. Já se ouviu a crítica no sentido de que os autores de atos infracionais são aqui referidos como se todos fossem santos. Bem pelo contrário, fala-se na perspectiva de que nenhum deles é santo, porque ninguém passa pela adolescência sem a prática de atos antissociais ou infracionais. Ora, para determinadas faixas sociais, a ocorrência de uma crise na adolescência é facilmente reconhecida e aceita, como o demonstra o dia-a-dia nos Juizados da Infância e da Juventude, bem assim em outros espaços de atendimento e/ou tratamento dos adolescentes. Para estes, admite-se que referida fase crítica propicia reflexos dos conflitos internos na conduta cotidiana e desviante, seja no âmbito familiar ou escolar, ou ainda no seu próprio relacionamento com os demais segmentos sociais. (NETO, 2000, s/p)

Não é raro que a esse argumento se vincule outro, cuja a função é desmentir a tese da adolescência perigosa. Aqui, o foco é a comparação entre os números de infrações juvenis e adultas e a qualificação das infrações cometidas pelos adolescentes como não violentas³⁰.

A avaliação do modelo prisional tem por origem, normalmente os seguintes

²⁹SOUZA, reproduz o mesmo argumento no que diz respeito dos adolescentes portadores de altas habilidades.

“Muitas vezes, o portador de altas habilidades procura relacionar-se com grupos de pessoas mais velhas, pois encontram equilíbrio nos interesses no desempenho de atividades. A consequência disto é o desnivelamento nos aspectos emocionais e sociais e o distanciamento das outras pessoas que, por vezes, resulta na dificuldade de adaptar-se ao grupo e de ser aceito pelo mesmo. O medo de não ser aceito e de ficar só, especialmente na adolescência, torna-o ansioso e o leva a desenvolver comportamentos que, aparentemente, revelam onipotência e desejo de envolver-se em atividades individuais. Assim como envolver-se em atividades ilícitas para provar o quanto é superior aos outros. Para estes atos não faltam pessoas que os levem a um meio de contravenção do social, com promessas de serem reconhecidos e respeitados.” (SOUZA, 2005, p. 87)

³⁰As referências a essa temática são numerosas, encontramos-las em grande parte dos artigos sobre o tema. Contudo indicaremos somente o artigo de ADORNO, S. (“A delinquência juvenil em São Paulo: mitos, imagens e fatos” *in* Pro-posições, vol. 13, nº3 (39), p. 45-70 set/dez 2002, que se dedica) que se dedica unicamente ao tema.

tipos de questões: “qual seria o efeito real da redução da maioria penal, da inserção dos adolescentes no regime prisional indiferenciado?” Ou, de outro modo, “que alternativa tem mais chance de funcionar: a que foi proposta pelo legislador do ECA ou a que propõem os defensores da redução da maioria penal? A eficácia tende a que lado: medidas socioeducativas ou sistema prisional?”³¹

A resposta que se segue é, na maior parte das vezes, centrada na avaliação negativa do sistema prisional indiferenciado. Essa crítica acontece em dois níveis. A crítica formal ao modelo penitenciário e a avaliação da realidade do sistema brasileiro e o diagnóstico do sistema prisional brasileiro concreto. No primeiro nível, aponta-se a ineficácia histórica dessa iniciativa, expõem os efeitos genéricos da prisão. Destacamos alguns elementos dessa argumentação: a aglomeração de indivíduos perigosos em um mesmo espaço; a inadequação das penas aos seus fins intimidadores e ressocializadores; as violências e transgressões institucionais contra os presos e sua dignidade; os custos elevados dessa empreitada; a produção de uma classe de criminosos e a frequência de episódios violentos e de rebeliões; etc... Quanto ao segundo destaca-se: a superlotação dos presídios; as condições perversas dessas instituições; a predominância, entre os agentes desse instituto, de uma mentalidade punitiva; a corrupção das normas próprias do sistema, assim como de seus profissionais e propósitos; o enclausuramento institucional; a presença disseminada de organizações criminosas que, por muitas vezes, comanda, de dentro, o funcionamento das penitenciárias.

A pretensão desse argumento é demonstrar a inaplicabilidade da solução reducionista em razão da inadequação do modelo prisional e das instituições penitenciárias concretas aos fins por elas mesmos propostos. Destacando, sobretudo, a vulnerabilidade dos jovens diante das instituições penitenciárias, a partir da qual, pode-se prever uma maior intensidade dos efeitos perversos, já constatados na população adulta, sobre os adolescentes.

Afastar-nos-emos dos documentos, por um momento, para discutir a maneira como se

³¹ Encontramos essa questão formulada retoricamente no fim do artigo *Sim à garantia para a infância e juventude do exercício dos direitos elementares da pessoa humana. Não à diminuição da imputabilidade penal*: “Insista-se na pergunta: deve-se continuar defendendo a proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente das pequenas unidades de internação fiscalizadas pelo Ministério Público, com um corpo técnico qualificado, permitindo a realização de atividades externas, contemplando a possibilidade de reinserção no sistema educacional, acesso ao mercado de trabalho etc. (enfim, buscando estabelecer um novo projeto de vida do adolescente em conflito com a lei) ou optar pela resposta do Direito Penal, em que o adolescente, entre 16 e 18 anos, vá ser mais um número no contexto da população carcerária (com a promiscuidade que lhe é inerente) ou na cifra dos trezentos mil mandados de prisão não cumpridos, para a sua sorte e da própria sociedade (porque, convenha-se, é menos ruim que ele fique em liberdade, sem a execução da respectiva pena, do que venha a integrar o falido sistema penitenciário brasileiro e dele regressar como cidadão de pior categoria)?” (NETO, 2001, s/p)

operacionaliza o conceito de desenvolvimento no ECA. O conceito de desenvolvimento é a dobra entre o discurso jurídico e as práticas de atendimento. É importante percorrê-lo antes que nos voltemos à análise das práticas socioeducativas. Apesar de todos os defensores do modelo socioeducativo mencionarem o desenvolvimento como razão e princípio desse modelo, não lhe dão nenhum conteúdo específico. Se procurarmos por sua definição no Estatuto de 1990, não encontraremos nenhuma exposição objetiva. Esse fenômeno é, na verdade, um pressuposto operacional, cujo conteúdo origina-se da tradição *jus* humanista. A ausência de conceptualização não impede, pois, que nos perguntemos a seu respeito.

Busquemos os “rastros” dessa noção na legislação especial da criança e do adolescente. A Proteção Integral consiste no principal objeto da lei nº 8069 de 1990 (ECA). A função desse dispositivo é assegurar as condições para o desenvolvimento dos jovens em suas dimensões física, mental, moral, espiritual e social³². Investigar-se-ão os predicados desse conceito no texto que comporta o *hall* de direitos universais e específicos atribuídos aos jovens e nas particularidades do tratamento concedido aos adolescentes em conflito com a lei.

O conteúdo singular dado, pelo legislador do ECA, aos direitos universais está na descrição e enumeração dos procedimentos específicos para a aplicação das prerrogativas legais. No texto que segue a declaração do direito à vida, por exemplo, se expõem os procedimentos necessários para a efetivação dessa prerrogativa segundo as necessidades específicas dos adolescentes. Tratar-se-á, dentre outras coisas, dos cuidados que o Estado deve prestar às gestantes e do seu dever de nutrir as mulheres que amamentam.

Há, igualmente, as garantias especificamente atribuídas aos menores de idade. Acesso ao lazer, ao esporte, à educação, à cultura, à convivência familiar etc. A formulação desses direitos também é operatória. Formam em seu conjunto um programa de ações educacionais *lato sensu*. A convivência familiar é condição de uma educação particular e de um desenvolvimento social bem determinado. É, ao mesmo tempo, o primeiro meio social, o princípio de um aprendizado psicoafetivo e seu último termo, sua meta final. Mescla intervenções de tipo propositivo e de tipo restritivo, no entanto sua finalidade é sempre suprir os requisitos mínimos para a formação do sujeito social. Assim, uma a uma, essas garantias positivas e produtivas compor-se-ão em um programa de ações educativas que preencherão os requisitos, senão básicos, desejáveis do processo de desenvolvimento. De forma geral, o garantismo transita entre a afirmação dos direitos fundamentais e específicos e a descrição e normatização dos meios de efetivação das garantias.

³²Ver citação da página 44.

O processo de amadurecimento requer que cumpramos com essa demanda por lazer, educação, cultura etc. Isso significa que o ato de desenvolvimento requer o acesso a toda uma gama de atividades e de cuidados próprios. Poderíamos nos arriscar a dizer que essas garantias são o conteúdo desse processo ou, no mínimo, o solo sobre o qual ele se desenvolve. A formulação conceitual desse conceito peculiar coincide com a determinação de suas próprias condições. Dessa forma, o desenvolvimento é demanda por uma educação formal, pelo acesso a certas instituições de ensino, na mesma medida em que a escolarização é condição para a realização desse processo. Vê-se logo o quão distante estamos do direito clássico. Os conceitos jurídicos não são operadores lógicos ou princípios abstratos de um mecanismo filosófico cuja função é justificar o direito do soberano ao poder, delimitando sua competência pelas garantias inalienáveis dos indivíduos. Define-se o desenvolvimento através dos mecanismos de sua própria efetivação. Descreve-se os direitos individuais e inalienáveis através dos procedimentos necessários à sua realização e se os integra a um conjunto de funções cujo objetivo é proporcionar as condições para o amadurecimento dos jovens. Forma utilitarista e operacional da noção de desenvolvimento, cujo conteúdo é dado pela tradição dos Direitos Humanos.

Da análise dos direitos relacionados à inimputabilidade penal, tal qual se encontram no capítulo sobre as medidas protetivas e socioeducativas (ECA Título I e III respectivamente), obtém-se uma determinação qualitativamente distinta da aplicabilidade do conceito de processo de desenvolvimento. Em primeiro lugar, os procedimentos jurídicos descritos nessa parte são estritamente restritivos. Formam um programa restritivo da ação governamental. Examinemos os efeitos práticos da noção de desenvolvimento nos textos do ECA que tratam: dos processos jurídicos que antecedem a aplicação da medida, das orientações dirigidas aos juízes das varas da infância e juventude para seleção das medidas a serem aplicadas e de sua execução.

Essas prerrogativas do desenvolvimento têm implicações significativas para os processos jurídicos de averiguação de autoria criminal que envolvam menores de idade. São dadas ao jovem, no julgamento, as mesmas garantias processuais de um processo criminal típico. E lhes asseguram o direito à responsabilidade penal³³. Ressaltando a necessidade de um cuidado especial com a transparência, inteligibilidade e a dimensão pedagógica do processo.³⁴ Ademais, deve-se conduzir os procedimentos sempre em razão do

³³ Embora não se use esse termo no ECA é possível encontrar nessa lei indícios dessa noção de responsabilidade especial, na medida em que se prevê penalidades para os adolescentes que cometem infrações

³⁴ Sobre as garantias processuais consultar SARAIVA, J. "As garantias processuais e o adolescente a que se

“interesse do jovem”; garantir que as penas sejam proporcionais; verificar a capacidade do acusado em realizar a medida aplicada; zelar pela adequação das medidas às particularidades do indivíduo; e assegurar que os pais tenham ciência da situação jurídica do jovem.

Quanto à escolha das medidas: deve-se dar preferência às medidas de meio aberto devido a sua vantagem pedagógica, restringindo a internação aos casos de maior gravidade – imperativo de excepcionalidade - e ao princípio de brevidade. Existindo a possibilidade, deve-se dar uma solução rápida e informal ao caso. A capacidade da instituição em aplicar as medidas também deve ser levada em conta.

Há duas formas de ver a produção social da criminalidade juvenil. A primeira está nas análises sociológicas sobre o individualismo e a crise da modernidade (ver página 46 e 47). A segunda está na análise da desigualdade social. Segundo os partidários dessa última ideia, a criminalidade social é fruto da grande diferença entre os mais pobres e os mais ricos. Expresso a ideia de forma simplória.³⁵ Há, sem dúvida, certos detalhes que ignoramos, mas isso não nos é relevante agora. O importante é saber que essas duas concepções inspiram dois tipos de ações garantistas. As ações de compensação de direitos e de promoção social e as ações de limitação penal. Ambas as noções mantêm estreita relação com o conceito operacional de desenvolvimento e seguem em sua execução, seus conteúdos legais.

Não há dúvidas quanto à influência exercida pela teoria dos direitos humanos na definição desses procedimentos socioeducativos, em especial no que se refere à ação compensatória e garantista. Contudo, observa-se a formulação de um saber empírico e

atribua a prática de ato infracional.” e DIÁCOMO, M. “Garantias processuais do adolescente autor de ato infracional - o procedimento para apuração de ato infracional à luz do direito da criança e do adolescente”, ambos publicados na coletânea: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006; respectivamente nas páginas 175-205 e 207-245.

³⁵ Daí a preocupação com a realidade social brasileira ser o ponto central da reflexão vinculada à violência praticada *por e contra* crianças e adolescentes, conjugando-se o pensamento de que a infância e juventude (e suas famílias) estão visceralmente ligados a uma situação de miserabilidade. Segundo estatísticas do IBGE (2001), cerca de 56% (cinquenta e seis por cento) dos brasileiros integram famílias cuja renda *per capita* é inferior a meio salário. Vale lembrar que existe no país cerca de trinta milhões de pessoas (cidadãos?!) vivendo em situação de indigência, ou seja, abaixo da linha da pobreza. Nesse quadro social, evidente resta que o primeiro enfrentamento no sentido de evitar a criminalidade e a violência infanto-juvenil deve buscar a superação da condição de marginal (insista-se, à margem dos benefícios produzidos pela sociedade), infelizmente vivenciada pela maioria das crianças e adolescentes brasileiros. Evitando-se a marginalidade, além de estar cumprindo os ditames do estatuto da Criança e do Adolescente (assim como de todos os demais documentos internacionais pertinentes aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes), certamente se estará impedindo o aumento do índice de delinquência infantojuvenil. No momento em que o Poder Público responder concretamente ao seu dever institucional de assegurar a todas as crianças e adolescentes – com *prioridade absoluta* – o exercício dos direitos elementares da cidadania, indiscutivelmente se caminhará para o contexto real inibidor da marginalidade e, de consequência, determinante de efetiva prevenção à criminalidade. (NETO, 2006, p. 3).

operacional baseado na observação dos efeitos das políticas de governo sobre o processo de desenvolvimento. É possível encontrar alguns indícios desse saber nos princípios de orientação de procedimento que visam evitar certas práticas típicas ao modelo anterior. A normatização do processo jurídico é uma resposta ao discricionarismo e ao subjetivismo produzidos pela doutrina da situação irregular. A exigência da manutenção da convivência familiar é um mecanismo que visa inibir os efeitos da exclusão prolongada sobre o desenvolvimento. As diretrizes práticas para a condução das penas de internação também buscam reverter um costume cujos efeitos negativos são evidentes. A delimitação das sanções cabíveis ao que é previsto pela lei segue a mesma lógica. Os direitos reservados aos adolescentes nos processos de averiguação de autoria criminal remeteriam às práticas tutelares derivadas da doutrina da situação irregular, que, outrora, servira de pretexto para a institucionalização arbitrária da população pobre. As garantias processuais visariam, segundo esse raciocínio, os efeitos perniciosos da política de institucionalização da juventude marginal. A esse respeito, diz Olympio de Sá Netto:

No sistema do revogado Código de Menores, a aplicação das medidas lá indicadas como de assistência e proteção, previstas no art. 14, não dependia exclusivamente de ter o adolescente adequado seu comportamento a uma figura típica penal (isto é, ser autor de infração penal, nos termos do referido diploma legal). Com efeito, a imposição de qualquer das medidas que arrolava, inclusive as que importassem privação de liberdade (assim, colocação em casa de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional), poderia estar fundamentada também na constatação do “desvio de conduta, decorrente de grave inadaptação familiar ou social” (art. 2º, inc. V, do CM), cuja identificação, como se conclui do caráter multivocal da expressão utilizada, permitia restarem abrangidas as mais inúmeras e diversas situações. Certamente em razão de tal precedente e absorvendo irrestritamente o princípio da legalidade, o legislador do Estatuto da Criança e do Adolescente explicitou no art. 114 regra geral de garantia no sentido de que a aplicação de qualquer medida socioeducativa não pode prescindir da **comprovação** da existência (materialidade) de um ato infracional (conduta prevista na legislação como crime ou contravenção) e de que tenha o adolescente (a quem se atribui o fato) concorrido para sua realização (como autor, coautor ou partícipe). (NETO, 2006, p. 137)

Exploramos antes a teoria que concebe a infração juvenil como efeito sintomático do processo de desenvolvimento(ver página 45). Justifica a regularidade desse evento em função do reajustamento subjetivo típico dessa fase, do embate entre os valores

familiares dos quais se quer afastar e dos que se incorpora na vivência dos “novos” meios sociais. Sejam quais forem suas causas, o que aqui realmente nos interessa é a forma singular, ao mesmo tempo empírica e estatística, que se dá à essa noção subjetiva. Concebe-se o desenvolvimento a partir da observação da frequência e regularidade com que certos eventos se repetem numa população adolescente. A realidade singular do processo subjetivo que subjaz, inacessível, às suas manifestações sensíveis, é substituída pela expressão gráfica da distribuição estatística dos eventos em zonas de variação mais ou menos delimitadas. Imputasse-lhe uma natureza que é própria às funções que descrevem os fenômenos da física, com suas leis aritméticas, constantes e variáveis. O conceito, que padecia de definição, torna-se um dispositivo técnico/científico/jurídico que se estabelece (idealmente, pois esse dispositivo está sempre se renovando e se modificando) pela enumeração dos comportamentos observados dentre a população juvenil, seguida pelo levantamento de todo o repertório das ações interventivas sobre as diversas condutas acompanhadas pela tabulação de seus efeitos. Estabelece-se o quadro geral das condutas frequentes dessa população. Espera-se a ocorrência normal da infração juvenil, de uma maior incidência de uma criminalidade eventual, fenômeno normal na população juvenil, estável em sua origem, mas que varia em função das circunstâncias pontuais a que está sujeita a política criminal. Compreende-se, também, nessa tabulação estatística o percentual dos criminosos reincidentes que são toleráveis desde que não ultrapassem um determinado limite.

IV- Análise das técnicas e práticas processuais

O segundo capítulo tratou da relação entre o poder e o direito no campo socioeducativo. Utilizamos para isso alguns artigos sobre a disputa em torno da redução da maioria penal. Mostramos que o sistema de responsabilização é permeado de conflitos entre forças divergentes. Os embates entre a doutrina minorista e a de proteção integral, entre as diferentes concepções de garantismo, entre os adeptos da penalização e os da pedagogia animam a dinâmica do sistema de responsabilização. Nesses conflitos formam-se mecanismos técnico-jurídicos híbridos, que vinculam, por exemplo, o garantismo com o sistema minorista ou a pedagogia com a discricionariedade.

Dedicaremos esse quarto capítulo à descrição das práticas processuais do sistema socioeducativo. A princípio pode-se pensar que se trata de uma questão teórico/jurídica, no entanto, o debate estrutura-se sobre tópicos práticos. Na verdade, o que está em jogo é a limitação do poder delegado ao juiz. Trataremos dessa limitação nas duas partes que compõem esse capítulo. Primeiro na análise das garantias processuais reservadas aos adolescentes e, por último, analisaremos as orientações técnicas dadas pela lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 (ECA) aos juízes para a escolha da medida mais adequada a cada caso.

No capítulo anterior, destacamos duas das principais características das garantias processuais. Em primeiro lugar seu caráter iminentemente limitativo, em segundo lugar a natureza anti-tutelar das garantias. Formulamos, por assim dizer, um sistema de dupla causalidade para explicar os limites processuais do direito juvenil. A primeira causa, de natureza legal, deriva do reconhecimento da natureza penal das medidas, a segunda, histórica, está na oposição ao modelo jurídico precedente. Dedicamo-nos agora à exposição das garantias. Vemos aqui novamente se misturarem traços liberais e clássicos. Pois, ao mesmo

tempo em que uma garantia cumpre uma função lógica na arquitetura jurídica, cumpre também com uma função operacional.

Há dois tipos de garantias processuais no sistema socioeducativo. O primeiro é a dos direitos derivados do artigo 5º da Constituição Federal. O segundo é o dos direitos derivados do conceito de “condição peculiar de desenvolvimento” da doutrina da proteção integral, que tem origem, em boa parte, nas legislações jurídicas internacionais como a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing) e as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad). Por último destacaremos um conjunto de direitos processuais que chamaremos de pedagógicos.

IV.i- Os princípios da reserva legal e da culpabilidade

Começemos pelos artigos 110 e 111 do ECA que versam:

Art. 110. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias: I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;

II - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;

III - defesa técnica por advogado;

IV - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;

V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;

VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento. (BRASIL, 1990)

Essas normas expressas no ECA não esgotam, segundo os teóricos, o conjunto de garantias processuais reservada aos jovens submetidos a um processo jurídico criminal. Nem as fundamentais – definidas na Constituição Federal –, nem as específicas – decorrentes da consideração a respeito da condição de desenvolvimento própria aos adolescentes. Pode-se inclusive conjugar as garantias manifestas nas legislações internacionais das quais o Brasil é signatário. O hibridismo do texto do ECA a esse respeito, que mistura as garantias processuais

da CF art. 5 com as provenientes da legislação internacional é orgânico e não excludente. As determinações dos art. 110 e 111 são exemplares.

Começemos pelas garantias estabelecidas no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Essas diretrizes versam sobre direitos individuais assegurados a todos os cidadãos quando submetidos a um processo jurídico criminal. São aplicáveis ao direito juvenil na medida em que nele se concebe a categoria adolescente enquanto sujeitos de direitos, dotados das mesmas garantias fundamentais atribuídas aos demais cidadãos. Não será necessário fazer uma exposição detalhada de cada garantia estabelecida na Carta Magna de 1988. São os princípios desses direitos: a reserva legal, a irretroatividade, a culpabilidade, a proporcionalidade, a individuação da pena, a igualdade de tratamento, a retributividade e o direito ao contraditório.

A lei nº 8069 de 1990, representa uma mudança fundamental no que diz respeito à legalidade dos processos do sistema de justiça juvenil. O princípio de legalidade encontra a seguinte expressão no ECA: “Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal” (art. 110). Esse princípio já constava na constituição Federal de 1988 (art. 5, inciso LIV) e na Convenção das Nações Unidas dos Direitos das Crianças (art.40) e nas regras de Beijing (7.1) afirmado no artigo 110 do ECA . Esse texto representa um rasgo profundo no desenvolvimento da legislação juvenil no Brasil, pois limita a ação governamental sobre os adolescentes aos casos em que se comprove a materialidade da autoria da infração. Separa tacitamente a juventude abandonada da juventude infratora.

A exigência de culpabilidade é consequência da reserva legal. Do princípio de culpabilidade decorre, em primeiro lugar, que o jovem acusado deve ser considerado inocente até que se comprove sua culpa. Resposta ao sistema tutelar, cuja política preventiva previa a internação de indivíduos potencialmente perigosos. Em segundo lugar, a culpabilidade exige que o jovem detenha, no momento do ato criminal, plena posse de suas faculdades mentais e volitivas. As comprovações de uma doença mental, de um retardo cognitivo, de embriaguez ou de impossibilidade de comportamento diverso eximem o jovem da culpa.

A exigência de culpabilidade e de legalidade do processo jurídico são uma resposta ao modelo tutelar no qual, como já vimos, os adolescentes anti-sociais e abandonados recebiam o mesmo tratamento dos delinquentes. Apesar de constarem já na Constituição Federal, essas exigências são, parcialmente, resultados de um processo de revolta contra o antigo modelo tutelar. Tal processo visa essencialmente limitar as intervenções governamentais sobre a juventude pobre. Podemos identificar essa inovação do ECA tanto

com a doutrina dos direitos humanos, como com o processo de reação às antigas práticas tutelares.

IV.ii- Das demais garantias processuais derivadas do artigo 5º da Constituição Federal

O pleno e formal conhecimento da representação (art. 111, inciso I do ECA) elaborada pelo Ministério Público (MP) é um direito decorrente do princípio constitucional de respeito ao processo legal. A efetivação desse direito ocorre na audiência do processo de averiguação, com a citação das peças que compõem o caso. Deve constar no auto de representação, por ser o documento inaugural do processo, a descrição do ato pretensamente criminoso segundo uma caracterização específica. A descrição da conduta atípica deve preencher todos os requisitos necessários para o enquadramento da ação na figura típica descrita na lei. A não observância desta garantia deslegitima o processo. A citação deve obedecer às disposições do código dos processos penais expressas nos artigos 351 até o 359 do CPP de 1941.

No inciso II do artigo 111, identifica-se a igualdade processual (inciso LV do art. 5º da CF) com direito ao contraditório. Isto é, na garantia de confrontação do acusado com as testemunhas. No ECA essa garantia recebe um acréscimo, cuja origem está nas Regras de Beijing (7.1) pelo qual se assegura o direito do acusado interrogar as testemunhas e até a vítima, sem que isso interfira na legalidade do processo.

A imprescindibilidade de uma defesa técnica por um advogado é outra garantia constitucional (art. 133 CF). É reafirmado, dessa vez dirigindo-se especialmente ao adolescente em conflito com a lei, no artigo 227, parágrafo 3, inciso I do ECA. Ao advogado caberá defender o supremo valor de sua causa: a liberdade. Devendo contrapor os argumentos do ministério público para cumprir com a função socioeducativa da representação. Deve requisitar a explicitação da existência ou não do ato infracional, conforme o art. 103. Deve questionar a formalidade da representação recorrendo às determinações do Código Processual Penal. Deve contestar a prova de materialidade com base no Código do Processo Penal (CPP),

primeiro no que tange ao art. 158³⁶, depois buscando questionar a demonstração do MP sobre a correspondência entre a ação e o fato típico. Acima de tudo, ele deve afirmar os preceitos do ECA quanto à medida ideal a ser aplicada, combatendo principalmente a possibilidade de internação a partir da evocação dos princípios de brevidade e excepcionalidade.

A oitiva do adolescente, prevista no artigo 186 do ECA, realizada na audiência de apresentação consiste num ato do processo e, portanto, deve ser acompanhada pelo advogado do acusado. A ausência do representante legal do adolescente anula o processo, pois viola o princípio de ampla defesa. A oitiva do adolescente pelo juiz é uma das formas previstas de participação do jovem no processo socioeducativo.

A gratuidade da assistência jurídica é um direito processual de origem constitucional (art. 5º, inciso LXXIV CF) que efetiva a garantia de ampla defesa e de equidade processual. No ECA é expressa no art. 141, parágrafo 2.

IV.iii- Dos limites para internação provisória

No direito juvenil o princípio de reserva legal e de culpabilidade tem decorrências específicas. A internação provisória fica restrita em função do princípio de brevidade e de prioridade absoluta que derivam do conceito de desenvolvimento. Analisemos o dispositivo de internação provisória no sistema socioeducativo, pois é nesse dispositivo que melhor se evidencia a dimensão prática da reserva legal. Essa medida cautelar só pode ocorrer em dois casos: mediante flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de uma autoridade competente. Mesmo assim, fica limitada ao máximo de 45 dias. O desrespeito a essa norma por parte de um magistrado, seja pela manutenção do jovem por mais de 45 dias, seja pela não liberação imediata sem apresentação de justificativa é prevista como crime, sujeito à pena de detenção.

Considerada em sua acepção de defesa social, a medida de internação provisória é condicionada pela “gravidade do ato”, “sua repercussão social” e a “manutenção da ordem pública”. (art. 174 ECA, 312 CPP)

³⁶ “Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.”)BRASIL, CPP, 1941)

Sobre as condições para o decreto da internação provisória, Saraiva pronuncia-se afirmando que:

“Infração grave é aquela punida com reclusão. Repercussão social é a que causa alarma, revolta, provocada pelas circunstâncias e conseqüências do ato. O conceito de garantia da ordem pública está sedimentado e se justifica para evitar que o adolescente continue praticando novas infrações graves.” (SARAIVA, 2006, p. 185)

Outro limite da internação provisória é a circunscrição dessa medida aos atos que ensejem uma condenação de internação. Pois não se pode internar um adolescente, seja por medida cautelar, seja por qualquer outra razão, sem que se comprove a absoluta necessidade da intervenção e a inaplicabilidade de todas as demais alternativas. O adolescente responderá em liberdade ao processo, sendo liberado após a apreensão policial e a apreensão do ministério público, salvo no caso em que a solicitação de medida cautelar, realizada por um agente socioeducativo, seja acatada pela autoridade judicial. Possuindo identificação civil e a apresentando à autoridade não se pode submeter o adolescente a identificação compulsória, nem pela polícia nem pelo MP, salvo se houver dúvida fundada sobre sua identidade.

Percebe-se que a urgência, a necessidade e a brevidade de tal medida cautelar são acentuadas pelos princípios específicos do direito juvenil, a saber: a proteção integral, o princípio de prioridade absoluta e o de brevidade e excepcionalidade da internação.

Apesar da legislação, Saraiva acusa a prática ilegal, mas generalizada, de internação provisória de adolescentes sem a devida fundamentação. Mesmo para os adultos acusados de homicídio a tendência é a de liberação imediata, inclusive durante o decorrimento do processo. 90% dos adultos acusados de homicídio respondem em liberdade. Já aos adolescentes suspeitos do mesmo crime é imposta a medida cautelar em 90% dos casos.³⁷

³⁷ “Cumpra-se aqui, a revelar uma incompreensão do sistema e um desconhecimento da carga retributiva da medida provisoriamente imposta, que ainda há, no Brasil, de parte de alguns setores do Sistema de Justiça Juvenil uma “afeição” demasiada pela medida de internamento, decretando-se internação provisória em circunstância em que a um adulto não se lhe aplicaria a prisão preventiva, a revelar a idéia subjacente de uma subcidadania da adolescência, intolerável e inconstitucional. No sentido do que aqui se afirma e da importância da compreensão do que seja a aplicação de um Direito Penal Juvenil, basta ver o que se constata nos procedimentos em que se atribui a prática de homicídio. Nesses casos, em 90% das hipóteses, os adultos livram-se soltos e comparecem ao Tribunal do Júri em liberdade e, de regra, em liberdade recorrem. Por que entre os adolescentes o percentual inverte-se? As estatísticas revelam que a regra, em se tratando de adolescente a que se atribua a prática de homicídio, é a internação provisória. Isso decorre de uma inadequada percepção do sistema. A internação provisória (como a prisão preventiva) somente se justifica nos estreitos limites do garantismo penal, a menos que se estabeleça o critério de prender o suspeito para protegê-lo, a consagrar a hipocrisia do Estado.” (SARAIVA, 2006, p. 187)

Vemos aqui novamente o conflito direto entre o direito mínimo e as antigas práticas tutelares.

IV.iv- Os direitos derivados da peculiar condição de desenvolvimento

O que se passou entre a proibição da pena de morte e a limitação da pena de prisão para os adolescentes? Partimos das garantias processuais fundamentais, comuns tanto aos adultos como aos adolescentes. Encontramo-nos agora no cruzamento do direito processual comum com o específico. Da proibição universal da pena capital à limitação da internação de adolescentes, passamos das garantias estabelecidas na Constituição Federal às derivadas do respeito à condição peculiar de desenvolvimento. Não dizemos que nos outros princípios analisados não houvesse particularidades próprias ao tratamento da delinquência juvenil, mas que na dignidade penal o processo de desenvolvimento experimentado pelos jovens passa ao primeiro plano. Na reserva legal, no imperativo de igualdade ou de culpabilidade, o limite do poder penal não se devia ao respeito pela condição peculiar do adolescente, mas à certa concepção de homem e de lei genéricas. A partir desse momento da exposição, trataremos dos imperativos processuais criminais enraizados no processo de formação do indivíduo.

O direito do adolescente à oitiva por pessoa qualificada (ECA, art. 141) consiste também numa garantia processual constitucional (CF art. 5 XXXV). Decorre da garantia de ampla defesa e de contraditório. Esse direito de oitiva se estende para além do juiz, na figura do Ministério Público (MP) e da Defensoria Pública (DP). No ECA a expressão dessas determinações encontram-se em art. 186 pelo juiz, art. 124, inc. I e art. 179 pelo MP e 141 pelo defensor. Por consistir num direito, o adolescente pode optar por ficar em silêncio sem que isso acarrete prejuízo para ele.

Na fase pré-processual, quando o adolescente é apresentado ao MP pela polícia ou entidade responsável, estando o adolescente em custódia por conta de flagrante, poderá o representante do MP, depois de ouvir o jovem a quem se atribui a infração, e considerando despropositada a manutenção da custódia decidir pela liberação imediata deste sem necessidade de permissão judicial. A partir da emissão de uma ordem judicial que determine a custódia, isso não será mais possível, a não ser através de outra ordem judicial. O representante do MP poderá deliberar a soltura do indivíduo se não houver ordem judicial que determine o contrário.

O respeito à peculiar condição de desenvolvimento é fundamento do ECA. Juntamente com o princípio da brevidade e da excepcionalidade da internação, o respeito a peculiaridade do adolescente deve orientar toda a condução do processo.

É garantido a todo preso avistar-se com seus familiares (CF art. 5 LXII). Em razão de suas necessidades especiais, o adolescente tem esse direito estendido. Pode requisitar a presença dos pais em qualquer momento do processo e não se pode lhe recusar a efetivação desse direito sem recorrer em ilegalidade. Nas Regras de Beijing, o direito à presença dos pais ou responsáveis tem valor de garantia fundamental inviolável.

No art. 5, inciso XXXIV da CF, assegura-se a todo cidadão o direito de encaminhar uma petição, seja ao poder executivo, legislativo ou judiciário. Tal petição pode conter uma reclamação, um pedido, uma prestação de informação ou uma aspiração. O direito de enviar uma petição contra a ilegalidade e o abuso do poder, em favor do direito individual (linha a desse mesmo inciso) é atribuído também à criança ou adolescente que se encontre numa tal situação. O recurso ao *Habeas Corpus* também pode ser usado numa tal situação para requisitar a liberação do adolescente preso irregularmente. Quando o *Habeas Corpus* se faz pela via expedida, possui prioridade sobre as demais petições, o que é reforçado no caso de pertencer a um adolescente que, por princípio, tem já prioridade. No caso da violação de outro direito, o instrumento de petição deverá ser o mandado de segurança, que visa garantir a efetivação do direito negado.

A Vedação à divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos, direito penal comum aos adultos, é alargada quando incide sobre um adolescente infrator, em função de sua peculiar condição de desenvolvimento e vulnerabilidade inerente. O segredo de justiça, direito penal comum, assegura o sigilo dos processos jurídicos dos adultos. Reforçado pelo art. 17 do ECA que atesta a inviolabilidade da imagem e identidade da criança a proibição da divulgação de dados processuais de adolescentes é incisiva. Os artigos 143 do ECA, artigo 8.1 das Regras de Beijing e 40, VII, da CIDC protegem igualmente a identidade e a intimidade dos menores. O ECA prevê sanções legais para quem viole esse artigo (sanção administrativa prevista no art. 247 do ECA.).

A possibilidade de uma avaliação interdisciplinar para auxiliar na escolha da melhor medida a ser aplicada não é necessária. Em muitos casos é inviável devido a falta de pessoal. Contudo, tratando-se da aplicação da pena de internação que, como se sabe, é condicionada pela apresentação de uma justificativa fundamentada de impossibilidade de execução de outra medida, a avaliação interdisciplinar torna-se indispensável. Pois as contribuições dos diversos saberes técnicos envolvidos na socioeducação, ajudarão o juiz na

fundamentação das medidas. O parecer do psicólogo, assistente social e educador, por mais que legalmente opcionais, são peças imprescindíveis para a decisão de internação. Caso os saberes técnicos indiquem a necessidade de revisão da internação, a avaliação deve ser requisitada. Ademais, a aplicação do encarceramento cumprirá tanto melhor com suas condições quanto melhor for fundamentada, pois isso contribuirá para a elaboração do Plano Individual de Atendimento.

O caráter facultativo de tal ferramenta é convertido pela necessidade de cuidado com o ser em desenvolvimento em um requisito importante. Principalmente em casos mais graves ou difíceis. A escolha da medida deve embasar-se na possibilidade de elaboração de um projeto individual de vida, cujas condições são dadas mais pela psicologia e educação do que pelo direito. A decisão pela aplicação de uma medida complexa não pode prescindir de embasamento técnico, se se quiser efetiva pedagogicamente. Nos casos menos graves, nos quais o Juiz pode optar pela remissão ou por uma medida em meio aberto de curta duração, a avaliação não se faz necessária, pois sobrecarregaria o processo.

Todavia não se poderá negar ao adolescente em julgamento a oportunidade de, por meio da intervenção de técnicos, verificar-se, sob um olhar psicossocial, suas condições pessoais e sociais em face da decisão que necessariamente será lançada, visando aferir a capacidade de cumprimento da medida e a utilidade desta. No caso da utilidade, há que ser levada em conta a dinâmica da vida adolescente, a reclamar um olhar atual de sua condição pessoal para o lançamento do *decisum*, em especial em sede de recurso na segunda instância, quando o adolescente em julgamento com certeza já não será o mesmo que se fez sujeito da sanção de primeiro grau, em especial se nessa decisão de primeiro grau foi imposto ao adolescente o cumprimento de medida de meio aberto e o recurso postula sanção mais severa. O Tribunal deverá atualizar o estudo social sob pena de lançar um juízo sobre certas condições pessoais do adolescente que agora serão outras. (SARAIVA, 2006, p. 197)

O critério de capacidade de cumprimento da medida e de utilidade demandam saberes e técnicas não jurídicas, além de conhecimentos práticos de aplicação das práticas socioeducativas. Ademais, a contribuição de um maior número de profissionais reduz os discricionarismos e evita às internações desnecessárias, na medida em que, apontando os técnicos para alternativas melhores que a internação, o juiz dificilmente poderá optar pelo encarceramento, sem que incorra em manifesta violação dos princípios do ECA.

A agilidade do processo jurídico é decorrente do princípio de prioridade

absoluta (ECA art. 4 e CF art. 227). Consiste em uma garantia inalienável à juventude. Nos processos jurídicos criminais que envolvem adolescentes, a celeridade é considerada fundamental na medida em que permite a criação de um vínculo cognitivo entre a ação criminosa e a resposta do Estado. Essa associação entre infração e pena tem valor educativo baseado na psicologia comportamental e na educação. Além disso, reduz a exposição do jovem a ambientes e situações desfavoráveis e desnecessárias.

A longa duração das etapas do processo produz uma dissociação e uma indeterminação dos efeitos da pena sobre o jovem. Promovem uma sensação de indeterminação e impotência contrária a participação e atividade do jovem no processo socioeducativo. Além disso, propiciam o distanciamento entre o jovem e o poder Estatal, criando no adolescente representações autoritárias e inapreensíveis do poder público. A indeterminação temporal da internação é gravíssima, pois tira do adolescente a possibilidade de se determinar e de devir ativo. O ECA prevê sanções severas aos magistrados que compactuarem com a extensão ilegal dos prazos de internação permanente ou provisória

IV.v- Orientações para escolha da medida mais adequada

As orientações presentes no ECA para a escolha da medida socioeducativa mais adequada não são muito precisas. Trata-se meramente de regras gerais para o juiz. Com auxílio das legislações internacionais, resumiremos brevemente os princípios: da humanidade da pena, da individuação, da adequação à capacidade individual e o pedagógico.

A humanidade da pena, direito fundamental e universal, é expressa pela proibição da pena capital, da tortura, das penas perpétuas ou de qualquer tratamento degradante. Seu fundamento é o direito à dignidade. Apesar de universal, esse direito tem implicações diferentes quando se trata de adolescentes, pois aqui se cruzam com respeito à condição de desenvolvimento e a garantia de dignidade. Somam-se à proibição da pena de morte, da tortura, da perpetuidade da pena uma série de outras determinações específicas para os jovens.

O direito à dignidade da pessoa em desenvolvimento determina, por exemplo,

o condicionamento da pena de reclusão aos casos mais graves, nos quais não se pode prescindir dela. Pois a sanção da liberdade de um indivíduo em desenvolvimento produz efeitos perniciosos muito mais graves do que nos adultos. Afasta, em primeiro lugar, o jovem de sua família, meio no qual se dá parte significativa do amadurecimento e da formação de todo o indivíduo. Bloqueia o progresso da autonomia do adolescente, que pressupõe o direito de ir e vir. O mesmo se diz do acesso à educação. A agilização do atendimento jurídico responde ao imperativo de brevidade da pena e garante que não se prorrogue a pena mais do que o necessário.

No imperativo de individuação da pena veremos a mesma transição constatada na humanização das penas, do direito penal adulto para o direito juvenil especial. Começamos pelas determinações universais e indiferenciadas para chegar às determinações singulares. No que se refere aos adultos, a individuação da pena representa a intransferibilidade e pessoalidade da pena. Um indivíduo não pode sofrer sanções devido à ação de outro e a responsabilização por um crime deve ser sempre individual e não coletiva, por mais que o crime tenha sido obra de dois ou mais indivíduos.

Aplicada ao sistema socioeducativo, essa diretriz assegura a atenção individualizada das necessidades pedagógicas de cada jovem. Esse princípio deve, portanto, orientar a escolha do tipo de medida aplicada, sua duração e suas particularidades. Ao contrário do regime penal ordinário, no sistema socioeducativo, não há regulamentação que predetermine a pena - em seu tipo e duração - para cada tipo de crime. A decisão do juiz sobre o encaminhamento do adolescente, a definição da medida em particular e de sua duração, deve ser tomada em consideração à gravidade do crime cometido, mas também em consideração à capacidade do jovem em cumprir com a decisão judicial, ao seu interesse e à suas necessidades pedagógicas. Não será a gravidade da ação e suas circunstâncias que determinarão a pena, mas o desenvolvimento singular do adolescente.

Dessa maneira, desde que regularmente comprovada a autoria e materialidade do ato infracional, a fundamentação da sentença que aplica qualquer medida socioeducativa deve especialmente contemplar os motivos determinantes do reconhecimento de sua adequação às **necessidades pedagógicas do adolescente**, bem como que houve escolha preferencial daquela que propiciaria o **fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários**. Então, a individualização da medida se dará com a motivação que considere a **especial condição** do adolescente em seus aspectos pessoal, familiar e social, demonstrando-se, a partir disso, a adequação da resposta socioeducativa. (NETO, 2006, s/p)

Não há pressuposição entre crime e pena, somente orientações práticas e limitação da duração. As diretrizes operacionais para a internação, por exemplo, determinam sua excepcionalidade, sua duração máxima e seu período de revisão. As orientações a esse respeito são feitas sempre no sentido de minimizar as sanções³⁸. Vemos aqui, sobre a carapuça de pedagógico, uma velha prática tutelar discricional, atenuada é verdade, mas inegável assim mesmo.

A medida de internação, a mais grave pena prevista no ECA, está limitada pelos princípios de excepcionalidade e de brevidade. Isso quer dizer que ela é reservada aos casos mais graves, nos quais se demonstre a inadequação de todas as outras. Quando aplicada deve-se buscar sua substituição ou mesmo extinção o mais rápido possível, minimizando a exposição do jovem ao meio carcerário. Essa dupla limitação se deve a inadequação da medida aos objetivos socioeducativos. Ela afasta o jovem de sua família, de sua comunidade e dificulta qualquer ação pedagógica. Além disso, a segregação e a ausência de perspectivas para os internos reduzem as chances de um desenvolvimento sadio. O cotidiano prisional tende a selecionar posturas psíquicas antissociais e violentas, a agravar quadros patológicos preexistentes e fomentam a produção de identidades baseadas na infração. Segundo os teóricos garantistas o objetivo do encarceramento dificilmente pode se adequar à ressocialização, já que se baseia na segregação.

Maria Cristina Vincentim aponta uma relação de retroalimentação entre as intervenções de diagnóstico de Transtornos de Personalidade Anti-social e o agravamento de quadros clínicos. Os jovens mais enredados no violento cotidiano social, que são responsáveis pela maior parte dos atos violentos e rebeliões, são justamente aqueles que sofreram maior exposição às práticas terapêuticas e diagnósticas pelo corpo técnico de psicólogos. São eles também que experimentaram as maiores privações em seus percursos institucionais. A violação regular dos direitos fundamentais, a inexistência de uma proposta pedagógica privilegia a formação de sujeitos desamparados e inconformados com tendência à absorção de uma personalidade antissocial. A própria lógica institucional seleciona os transtornos de conduta violentos, pois instaura um meio social no qual a brutalidade e a força são

³⁸ Sobre a possibilidade de remissão da pena Neto diz: “Aliás, mesmo tendo havido a prática de um ato infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente permite – atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional – a concessão de remissão como **perdão puro e simples** (portanto, sem a inclusão de qualquer medida socioeducativa), em qualquer fase do processo, inclusive como forma de sua exclusão (v. arts. 126 e 127, do ECA). (NETO, 2006, p. 140)

recompensados pelo reconhecimento da comunidade de internos.

Essa dinâmica institucional deu origem a uma nova versão do velho personagem do adolescente perigoso. Não se trata mais de uma periculosidade inerente ao sujeito, uma doença congênita, mas de uma ingovernabilidade, uma incurabilidade. Esse personagem, essa dinâmica institucional, por sua vez, promovem discursos nos quais a responsabilidade do adolescente é reduzida e a segurança social exaltada. Logo, a medida de internação e a influência e centralidade da psiquiatria nas teorias explicativas da criminalidade juvenil, propiciam o surgimento de um discurso contrário ao regime de responsabilidade penal. Nesse sentido a limitação da internação aparece como mecanismo de preservação do sistema socioeducativo.

O legislador do ECA não determina concretamente as condições em que se deve aplicar uma determinada medida. As condições da internação são as que recebem maior determinação, mesmo assim, essa determinação é preponderantemente negativa. O privilégio conferido às medidas em meio aberto é consolidado por uma série de orientações e notas voltadas à operacionalização do encaminhamento jurídico. Não são, contudo, oferecidos critérios concretos. A decisão é deixada ao encargo do juiz e de sua interpretação. É do imperativo da preservação do vínculo familiar e comunitário, da exigência pedagógica e da orientação restritiva para a aplicação da internação que decorre o privilégio das medidas em meio aberto.

A prestação de serviço comunitário é condicionada pela disposição e interesse do adolescente, pois nossa constituição não permite penas de trabalho forçado. Distingue-se da obrigação em reparar o dano na medida em que propõe a execução de um trabalho para a comunidade, orientado por um funcionário da instituição na qual se realiza a tarefa ou por um voluntário. O juiz deve levar em consideração as aptidões do jovem infrator quando aplicar essa medida, prezando dessa forma por sua exequibilidade e pelo valor pedagógico que ela desempenhará sobre o jovem. É importante ponderar sobre a carga horária da medida e a disposição do jovem. De maneira alguma essa medida deve apresentar prejuízo à escolarização ou atividade laborativa do usuário. A escolha de uma entidade credenciada e adequada para o cumprimento é determinante. Deve-se privilegiar as entidades da comunidade a qual pertence o infrator, no entanto, deve-se considerar a possibilidade de uma exposição vexatória do jovem. O ideal de envolvimento comunitário e da pedagogia do trabalho são seus pontos fortes e devem orientar sua escolha.

A mudança de comportamento do adolescente será a chave do sucesso da medida: é neste fator que “reside a possibilidade de – reconhecendo no convívio com os menos

favorecidos (entidades assistenciais), com os desvalidos e enfermos (hospitais), com os educandos (escolas) e toda sorte de desamparados que afligem a nossa sociedade - colaborar para o aprimoramento ou redenção dessa parcela significativa da população, e, ao mesmo tempo, reestruturar-se diante da conduta infracional”.

Sobre a Liberdade Assistida Olympio de Sá Neto diz ser a que melhor combina as estratégias e objetivos socioeducativos. Em primeiro lugar, ela possibilita uma intervenção positiva sobre a relação da família com o adolescente, fortalecendo os vínculos entre as partes, promovendo socialmente a primeira e aumentando as chances de ressocialização e reinserção do jovem a médio e longo prazo. O trabalho de orientação e acompanhamento dos técnicos com o adolescente em seu meio comunitário facilita a inserção do jovem nos sistemas educacionais, profissionalizantes ajudarão a promover socialmente o jovem e lhes auxiliando na constituição de um projeto de vida.

IV.vi- Aspecto pedagógico do direito processual juvenil

Destacaremos a seguir os onze direitos que compõem o que chamaremos aqui de conjunto de garantias processuais pedagógicas. São, na verdade, a seleção dos direitos que envolvem as ações de informar o acusado, de participação do jovem ou de esclarecimento do mesmo.

Citemo-las: 1-Logo que apreendido pela força policial, o jovem tem o direito de pedir que o responsável por sua apreensão se identifique e tem o direito de ser notificado sobre seus direitos. (artigo 106, parágrafo único do ECA). 2- Após a apreensão, a autoridade deve comunicar o incidente à família do infrator ou à pessoa por ele indicada (ECA, art.107). 3- No primeiro inciso do artigo 111 é assegurado ao jovem pleno conhecimento da atribuição do ato infracional por meio de citação (leitura do processo) ou meio equivalente. 4- A igualdade processual permite que o acusado confronte-se com a vítima e testemunhas para poder produzir todas as provas necessárias para sua defesa (art. 111, inciso II) 5- Garante-se ao jovem assistência jurídica especializada e o direito de se fazer ouvir pela autoridade competente (art. 111, inciso IV e V), 6- Quanto aos direitos do jovem internado, é assegurado

ao mesmo entrevistar-se com representante do ministério Público (art. 124 inciso I) e corresponder-se com seus familiares (inciso VI), 7- ter acesso aos meios de comunicação social (XIII). 8-De maneira nenhuma haverá incomunicabilidade (art. 124, paragrafo 1) 9- A divulgação dos atos processuais que envolvam o cometimento de um ato infracional por um adolescente é vedada (art. 143); 10- O adolescente e seus pais serão informados do conteúdo da representação elaborada pelo ministério público, assim como serão notificados da audiência(art. 184, paragrafo 1). 11- Se o adolescente comparecer à audiência será realizada sua oitiva assim como a de seus pais (art. 186)

Aparentemente a função desse dispositivo jurídico é garantir a legalidade do processo. Legalidade nos moldes de um Estado democrático de direito, é claro. Mesma funcionalidade do dispositivo do direito processual comum. Entretanto, vimos que entre a justiça juvenil e a regular introduzem-se algumas notáveis diferenças. Principalmente no que se refere ao conjunto pedagógico do qual se falou. Seja através do princípio de urgência, de brevidade ou de proteção integral, o conceito de desenvolvimento encontra espaço privilegiado nesse terreno. Encontramos aí alguns indícios de uma técnica processual didática voltada aos jovens. Trata-se de um modo operacional estruturado pedagogicamente sobre os conceitos de democracia, sujeito de direito e desenvolvimento. Há todo um dispositivo de limitação do poder socioeducativo que convoca o entendimento e a voz do adolescente à participar de um jogo aparentemente democrático. Arrastado pelo discurso, imerso nele, o adolescente acaba recebendo uma primeira lição socioeducativa: O Poder (com P maiúsculo) que ali se exerce sobre ele é justo, pois ele participa Dele, e Ele cuida para que ele seja tratado com dignidade, que, enfim, tudo ali foi feito com seu consentimento e responsabilidade, em seu bem.

V- O atendimento socioeducativo

Nesse capítulo analisaremos o debate acerca da normatização do atendimento socioeducativo e alguns relatos de experiências reais. Seleccionamos para tanto um conjunto de artigos acadêmicos e de produções governamentais. Resolvemos agrupar em um mesmo capítulo as duas questões – teórica e prática – afim de expor as distâncias e as relações que o debate teórico mantém com os relatos da prática. Colocar lado-a-lado os princípios que regem a aplicação da norma legislativa e os modos pelos quais se atualizou, interpretou e se efetivou essa normativa na prática socioeducativa.

Dividiremos o capítulo em cinco partes. Na primeira parte, expõe-se uma experiência exitosa na aplicação da justiça restaurativa em Porto Alegre que teve início em 1998. Em seguida, estuda-se a normatização do atendimento das medidas em meio aberto. Na terceira parte analisam-se algumas narrativas de experiências de execução das medidas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço Comunitário (PSC). Passaremos então para as medidas restritivas de liberdade. Principiaremos pela discussão teórica acerca dos procedimentos de atendimento, na sequência trataremos de algumas experiências de aplicação.

V.i- Das práticas da justiça restaurativa

Escolhemos iniciar nossa análise sobre as práticas socioeducativas pelo relato da justiça restaurativa, pois aqui o laço entre o científico, jurídico e o pedagógico está mais evidente. A justiça restaurativa é um desses casos no qual o discurso insere-se na prática tornando-se parte dela, um ato de fala.. Transformação incorpórea, prática discursiva³⁹

Basearemos nossa análise sobre as práticas da justiça restaurativa no relato exposto no artigo “Juventude, crime & Justiça: uma promessa impagável?”, escrito por Leoberto Brancher, Juiz de Direito da 3ª. Vara do Juizado Regional da Infância e Juventude de Porto Alegre - também professor de Direito da Infância e da Juventude e coordenador do Núcleo de Estudos em Justiça Restaurativa da Escola Superior da Magistratura da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul-, e Beatriz Aginsky, Assistente Social Judiciária, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS.

A história da iniciativa da 3ª vara da justiça da criança e adolescente de Porto Alegre começa em 2005 com a escolha da capital gaúcha como sede do projeto “Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro” e do programa “Justiça para o Século 21”, apoiado financeiramente pelo projeto “Criança Esperança”, da UNESCO/Rede Globo.

A primeira ação do projeto “Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro” foi formar um grupo de estudos institucional responsável por conceber e planejar a execução do programa de práticas restaurativas. Esse grupo era composto por membros do judiciário, do executivo, da guarda municipal e funcionários da Fundação de Atendimento Socioeducativo de Porto Alegre (FASE). O grupo contou com a participação da coordenadora de Pesquisa da Faculdade de Serviço Social da PUC e do juiz da promotora e da defensora pública da 3ª Vara que exerciam uma “função diferenciada”⁴⁰ A primeira ação do projeto “justiça para o século 21”, foi a realização do “curso de Práticas Restaurativas”, com 61 participantes, membros dos corpos técnicos e gerenciais das entidades de atendimento e de escolas públicas. Essas duas iniciativas fomentaram a discussão da justiça restaurativa no interior do sistema socioeducativo gaúcho, preparando o campo para a instauração desse modelo de justiça.

³⁹ Selecionamos um texto da obra *Mil Platôs* de Deleuze e Guattari e sintetiza essa ideia de maneira exemplar: “Os corpos têm uma idade, uma maturação, um envelhecimento; mas a maioridade, a aposentadoria, determinada categoria de idade, são transformações incorpóreas que se atribuem imediatamente aos corpos, nessa ou naquela sociedade. “Você não é mais uma criança...”: esse enunciado diz respeito a uma transformação incorpórea, mesmo que se refira aos corpos e se insira em suas ações e paixões”. (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 2008, p. 19)

⁴⁰ As autoras não explicam em que sentido que as funções desses dois membros se diferenciam da dos outros.

Uma série de modificações administrativas acompanharam essas primeiras iniciativas. Buscou-se principalmente integrar as entidades que participam das diversas fases do atendimento socioeducativo (polícia, MP, conselho tutelar, defensoria pública, juizados, entidades de atendimento et...). Não somente integrar fisicamente, mas principalmente elaborar um plano operacional integrado. Isso exigiu um planejamento e uma regulamentação das funções exercidas por cada parte.

Essencialmente, a justiça restaurativa é a prática de negociação mediada entre a vítima e seu agressor. Essa mediação tem como objetivo a firmação de um acordo entre as partes, no qual o agressor se responsabilize por, de alguma forma, compensar a vítima pelo prejuízo sofrido. Não só do prejuízo material, mas, sobretudo, do social. O procedimento padrão é confrontar as partes, fazer com que elas se expressem e se entendam que reatem os laços sociais rompidos através da firmação de um acordo, no qual o jovem se comprometa a compensar a vítima. O diálogo entre as partes cumpre uma função importante no processo, é através dele que se pretende conciliar as partes. Para isso, convoca-se não só vítima e agressor, mas também a família do jovem e a comunidade circundante. A participação das diversas partes permite que se busque uma solução coletiva para o problema da infração.

Há uma reformulação da função exercida pelo juiz nos processos restaurativos. Ele passa a mediar a negociação entre as partes, promove o diálogo e auxilia na firmação de um contrato. Retira-se boa parte da autoridade discricional do juiz. A resolução não precisa ser necessariamente formal. Em certos casos o processo é extinto após a firmação um pacto verbal. Em outros casos, a conciliação ocorre somente com o diálogo e o juiz realiza a remissão do processo.

É interessante observar o conceito de responsabilidade envolvido por essa prática. Convoca-se o adolescente a responder por seus atos, mas o julgamento não recai sobre ele, e sim sobre os efeitos de seus atos. A convocação se estende não só à vítima, mas também à família do jovem e à sociedade em geral. O jovem é responsabilizado pela infração, mas todos são responsáveis e participam da resolução da infração. O papel do Estado também muda, sua autoridade não se efetua na normatização, no encaminhamento do processo jurídico e na execução, mas no papel de mediador. A natureza da resposta também é outra: ao invés de retributivo, restaurativo.

Essa iniciativa se junta às evidências colhidas dentre as garantias processuais para que possamos consolidar nossa tese da técnica processual pedagógica. Na verdade, trata-se de uma intensificação dos traços já contidos na normativa processual do ECA. Evidencia-se aqui o respeito com a condição peculiar do jovem e o valor pedagógico contido no

processo.

A participação do adolescente e da comunidade no encaminhamento jurídico faz do adolescente responsável pela execução da medida, o coloca enquanto autor do ato socioeducativo. O apelo à legalidade e a condução democrática do processo também são ferramentas operacionais importantes, pois pretendem reeducar a concepção que o adolescente tem do poder governamental. Essa arquitetura processual produz três efeitos: busca modificar a representação que o adolescente tem do governo e do atendimento socioeducativo; promove a reestruturação da relação entre o jovem e o poder; restabelece o laço social e diminui o estigma social contra o adolescente infrator.

O modelo restaurativo minimiza a dimensão penal, ao mesmo tempo em que oferece uma resposta imediata ao ato infracional. Seus principais atributos são: promover uma alternativa extrapenal; incentivar a participação do maior número possível de agentes sociais; responsabilizar o adolescente por suas ações. A justiça restaurativa é uma proposta de harmonização entre os procedimentos limitativos e os repressivos:

Seja como for, a experiência vem demonstrando que os processos de Justiça Restaurativa na execução das medidas sócio-educativas nos ensinam a cuidar dos valores que remetem à humanização da própria Justiça e do Sistema de Atendimento. Pode-se considerar que o acúmulo aqui relatado encontrou condição de possibilidade por meio de uma ética restaurativa: uma ética de inclusão, de responsabilidade social partilhada, que promove o desenvolvimento da responsabilidade ativa, essencial à aprendizagem da democracia participativa, ao fortalecer indivíduos e comunidades para que assumam o papel de pacificar seus próprios conflitos e de interromper as cadeias de reverberação de violência. (BRANCHER, L; AGUINSKY, B. 2006, p. 490)

V.ii- Os procedimentos comuns a todas as Medidas em Meio Aberto

O ECA prevê sete alternativas de encaminhamento para o jovem a quem se imputa um ato infracional. 1- *Medida protetiva*. O juiz encarregado pode decidir encaminhar o jovem a uma medida protetiva e extinguir o processo jurídico se julgar desnecessário ou inadequado submeter o réu a uma medida sancionatória⁴¹. 2- *Advertência*: Consiste em uma repreensão oral do adolescente pelo juiz encarregado. 3- *Obrigação de Reparar o Dano*. É a imposição de um dever e de uma tarefa ao adolescente que possa, de algum modo, recompensar os danos causados pelo jovem à vítima ou à sociedade em geral. 4- *Prestação de Serviço Comunitário*. Consiste no encaminhamento do jovem a uma entidade – hospital, escola, instituição governamental, ONG ou projeto social – para que ele lá execute um trabalho com propósito pedagógico e relevância social. 5- *Liberdade Assistida*. É a imposição de um regime de acompanhamento e observação pelo qual são impostas ao jovem um conjunto de restrições e obrigações. 6- *Semiliberdade*. Regime de privação parcial de liberdade que combina internação em estabelecimento socioeducativo e atividades externas de integração com a comunidade. 7- *Internação*. Medida severa que se reserva aos casos mais graves, consiste na internação do adolescente em uma instituição socioeducativa na qual ele deverá realizar uma série de atividades planejadas.

Basearemos a análise deste subcapítulo em dois artigos. 1- “Execução das medidas socioeducativas em meio aberto: prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida”, escrito por Ferreira; 2- e o artigo homônimo “Execução de medida socioeducativa em meio aberto: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida” escrito por Liberati.

Segundo Ferreira, as medidas em meio aberto, tal como se as concebe o ECA, privilegiam as ações de promoção social em detrimento das ações coercitivas⁴². O objeto de suas intervenções são as privações que motivaram o comportamento delituoso no adolescente.

⁴¹ “Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98 (a que nos interessa aqui é o caso de cometimento de um ato infracional), a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; IX - colocação em família substituta .” (BRASIL, ECA, 1990)

⁴² “As medidas socioeducativas em meio aberto – prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida – representam providências que, se forem adequadamente executadas, garantem a reinserção social do infrator. São de natureza coercitiva, com punição ao infrator, mas possibilitam, no aspecto educativo, a “oportunização e acesso à formação e informação”. (FERREIRA, 2006, p. 422)

É, sobretudo, pela garantia dos direitos fundamentais que as medidas em meio aberto intervêm sobre o jovem. A importância da participação da família e da comunidade no processo é ressaltada sempre pelos teóricos e, conforme se observa nos relatos, é praticada com certa regularidade. A participação das ONG's e associações de bairro são também mencionadas, contudo não encontram elaboração teórica.

Há um apelo pedagógico na incitação de envolvimento familiar. Tal apelo baseia-se, em primeiro lugar, na função desempenhada por essa instituição no processo de desenvolvimento. A importância moral e psicológica das relações familiares constitui parte importante do conjunto de condições consideradas como essenciais ao cumprimento do processo de formação. O isolamento do jovem de seu meio familiar é por si só problemático, ainda mais quando esse se encontra em cumprimento de uma determinação judicial. A literatura científica reconhece a presença familiar como fator decisivo para o desenvolvimento de um comportamento criminoso.

Há ainda outro motivo para a insistência na participação da família na execução das medidas. É que os efeitos positivos das medidas tem maior duração quando são associados aos trabalhos de manutenção dos vínculos familiares. Em parte, isso se deve ao comprometimento maior dos adolescentes acompanhados pela família. A estratégia de intervenções terapêuticas e assistenciais com enfoque nas famílias busca uma resolução mais complexa para o comportamento delinquente. O trabalho realizado com o jovem é reforçado pelo envolvimento da família. A ação terapêutica e moral sobre a família atenua os conflitos gerados pela condenação do adolescente. O atendimento individual, se tem o mesmo objetivo do familiar, é limitado à ação sobre os afetos pessoais do jovem, enquanto a intervenção familiar foca a relação em si.

As MSE-MA devem ser executadas preferencialmente pelo governo municipal⁴³. Contudo, ONG's também podem realizá-las. As entidades não governamentais responsáveis pela aplicação da LA e da PSC devem estar inscritas nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e seu programa pedagógico deve estar devidamente registrado. É responsabilidade do Poder Executivo Municipal, do Juizado da Infância e Adolescência, da Promotoria Pública e do Conselho Tutelar a fiscalização dessas entidades. Exige-se das

⁴³ Segundo um levantamento realizado no Rio Grande do Sul: "De acordo com os dados trazidos pelos coordenadores, 45,5% dos locais visitados têm a execução das medidas em meio aberto sob responsabilidade das Prefeituras Municipais, seguido do Juizado com 30,3% e Organizações não-governamentais com 12,1%. Os locais que mais recebem adolescentes para o cumprimento da PSC são as Secretarias Municipais, sendo citados em mais de 75% das entrevistas e correspondendo a mais de 10% do total de locais referidos; segue-se a essas as Creches Comunitárias, as Escolas Municipais, as Escolas Estaduais, as ONG's, os Centros de Atendimento à Criança e ao Adolescente, a Brigada Militar e os Hospitais; evidenciando um predomínio de locais públicos na execução da medida. (GANDIN, L.; ICLE, G.; RICKES, S. 2008. p. 179).

entidades de atendimento que contem com um corpo técnico qualificado e com instalações adequadas, que correspondam aos requisitos estabelecidos no SINASE. Cabe às unidades de aplicação de PSC e de LA a seleção e inscrição de pessoas qualificadas para exercer a função de orientador.

O primeiro passo na execução de qualquer medida socioeducativa é a realização de uma audiência admonitória na qual os técnicos ou os educadores devem: expor a natureza e o objetivo da medida aplicada; informar o jovem e a sua família sobre as implicações do não cumprimento das determinações judiciais; dar a conhecer os prazos para apresentação na instituição de atendimento; explicar as etapas de aplicação da medida, assim como os direitos assegurados ao jovem em cada estágio; e esclarecer qualquer dúvida do adolescente ou de seus responsáveis acerca do processo de execução. Nessa audiência é aconselhável a presença dos pais ou responsáveis pelo adolescente.

Quando a medida se efetivar, o juiz deve requisitar a expedição do guia de execução que deve conter os seguintes documentos: a) nome, qualificação e filiação do adolescente, juntando o respectivo documento de identidade, inclusive de eleitor, se houver; b) data do início do cumprimento da medida; c) cópia da sentença que aplicou a medida ou das principais peças do processo, entre as quais, o boletim de ocorrência ou cópia do auto de apreensão em flagrante, no caso de internação provisória; d) cópia da representação do Ministério Público; e) histórico escolar, caso haja; f) cópia do estudo psicossocial realizado pela equipe interprofissional do Juizado da Infância e da Juventude; g) outros documentos que o juiz considerar úteis ou necessários à execução da medida socioeducativa.

V.iii- As normas de execução da medida de Liberdade Assistida

A medida da LA era prevista no antigo *Código de Menores*, contudo, sua

definição difere da contida no ECA. Na lei de 1979, a medida era caracterizada pela imposição de condutas e pelo acompanhamento de um técnico. A imposição de conduta consistia na exigência em não reincidir, na delimitação de horários para sair e chegar em casa e na proibição de frequentar certos lugares. Também se fiscalizava a frequência escolar e a situação profissional, mas não se passava muito disso.

A medida de LA tem outro sentido hoje em dia. Seu objetivo continua sendo o acompanhamento e a orientação do adolescente. Mas os meios de sua execução são outros. Citemos as principais ações previstas para a execução da LA: terapia individual, familiar ou grupal; inserção do jovem na rede de serviços comunitária; criação de um vínculo com o orientador/ educador; realização de atividades de valor ou cultural, ou educacional, ou social etc.; acompanhamento da frequência e do rendimento escolar; promoção social do adolescente. A duração mínima da LA é de seis meses, podendo ser revisada, prorrogada, extinta ou substituída. Devido à indeterminação de sua duração, a medida demanda avaliações periódicas, realizada pelos orientadores e técnicos. Os pareceres devem ser enviados à autoridade judiciária.

O papel do orientador é determinante. Suas atribuições são de três tipos: assistenciais, burocrático-administrativas e as de acompanhamento. É sua função, sobretudo, a de garantir a inserção social do jovem. A inserção deve considerar todas as dimensões da vida do adolescente. O orientador deve assegurar: a dignidade na execução da medida; a inserção da comunidade e a convivência familiar; a inserção nos sistemas de garantias básicas; a inserção nos serviços comunitários; o acesso às atividades culturais, lúdicas e esportivas; a plena realização dos estudos formais; permitir o acesso a todas as informações referentes ao processo jurídico e à execução da medida; garantir assistência médica adequada; e encaminhar o jovem para serviço de atenção psicossocial e tratamento de drogadição.

As tarefas burocráticas do orientador são: realizar a primeira audiência da execução, na qual ele deve explicar como será executada a medida, quais são os objetivos do programa de atendimento e quais são as decorrências do não cumprimento da medida; organizar os documentos do jovem, regularizando sua situação; estabelecer uma rotina de atividades e de um PIA para o jovem; elaborar relatórios periódicos de acompanhamento e o de conclusão da medida; participar das reuniões com as entidades e os órgãos envolvidos na execução das medidas; consultar o processo da execução da medida socioeducativa diretamente no cartório, quando houver necessidade; elaborar e manter atualizado o cadastro das entidades que recebem adolescentes para o cumprimento da medida de prestação de serviços à comunidade.

Quanto ao trabalho de orientação e acompanhamento, são funções do orientador: realizar um diagnóstico social do jovem focado em suas necessidades pedagógicas; atender individualmente o jovem numa frequência semanal ou quinzenal; visitar a família e convocar seus membros à participação na execução da medida; avaliar as condições socioeconômicas do jovem e a necessidade de inserção da família em programas assistenciais; inserir o adolescente no sistema de ensino regular, desenvolvendo ações junto às escolas, Secretarias de Educação ou Diretorias de Ensino; Proceder ao acompanhamento escolar do adolescente, mantendo contato com a unidade escolar e professores responsáveis; garantir a participação do adolescente em oficinas de cunho pedagógico e cultural.

Quanto à liberdade assistida vale registrar as experiências de sucesso envolvendo a comunidade, como a chamada liberdade assistida comunitária, executada e dirigida pela própria sociedade e não por um órgão estatal. Ainda em relação a essa medida, a própria lei aponta, entre as atribuições do orientador, a inclusão do infrator em programa comunitário de auxílio e assistência social e a profissionalização do adolescente com sua inserção no mercado de trabalho. (FERREIRA, 2006, p. 423)

Os textos analisados sugerem que o valor pedagógico da LA consiste: na preservação da convivência e dos vínculos familiares e comunitários; na orientação, acompanhamento e aconselhamento do educador; na execução democrática e breve do processo legal, na medida em que jovem é obrigado a cumprir com um contrato de execução, cuja quebra resulta em sanções legais graves, podendo ensejar uma internação. A obrigação contratual propicia o desenvolvimento da responsabilidade civil e disciplina o adolescente.

V.iv- As normas de execução da medida de Prestação de Serviço Comunitário

A medida de PSC é caracterizada pela execução de uma tarefa de valor

comunitário sem remuneração, normalmente realizada em uma entidade assistencial, educacional, hospitalar ou em instituições governamentais. Tal tarefa deve tomar no máximo oito horas semanais, que devem ser distribuídas de forma a não comprometer os estudos e o trabalho do jovem. Seu prazo máximo é de seis meses. A aplicação dessa medida é condicionada pelo consentimento do jovem, pois em nosso país a condenação a trabalho forçado é proibida. É importante que se considere as aptidões do jovem na escolha dessa medida.

A PSC constitui uma alternativa valiosa à internação, pois preserva a convivência familiar e comunitária do jovem, além de não demandar que o menor interrompa seus estudos ou trabalho. O apelo pedagógico da medida está na possibilidade de mudança de comportamento motivada pela convivência com parcelas da população pouco favorecidas - crianças, enfermos, idosos, etc..., pois, em geral, o serviço prestado pelo jovem ocorre em hospitais, escolas, creches e asilos. - e pela valorização do trabalho.

O êxito da medida dependerá da efetiva fiscalização pela autoridade judiciária, pelo Ministério Público, pelos técnicos sociais dos programas, pelos responsáveis dos estabelecimentos escolhidos para sua execução e, sobretudo, pela comunidade. (LIBERATI, 2006, p. 373)

Após a primeira audiência deve-se elaborar o PIA em conjunto com o jovem e sua família. Esse documento deve conter a descrição das ações a serem desenvolvidas, o cronograma das atividades, os supervisores responsáveis por cada tarefa, os responsáveis pelo programa e pelos critérios de avaliação.

A administração da execução deve estar preferencialmente sob a responsabilidade do município. A autonomia na elaboração das políticas e regras de execução deve ser assegurada. É importante que a administração municipal abra-se para a participação da comunidade.

O jovem cumprirá a tarefa num horário determinado, sempre sob a supervisão de um responsável que deverá, ao termo da medida, elaborar e enviar um relatório ao juiz. O supervisor deve acompanhar as atividades escolares e profissionais do jovem, fazendo menção delas em seu relatório. A medida de PSC extingue-se com o cumprimento das tarefas e dos prazos propostos em juízo. Após seu termo, deve-se arquivar o processo de execução adequadamente.

V.v- Os relatos das experiências na aplicação das MSE-MA

Nessa parte, estudaremos dois relatos de aplicação das medidas em meio aberto. Em primeiro lugar, analisaremos a experiência de sucesso do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de São Bernardo do Campo, baseada na municipalização do atendimento⁴⁴, na descentralização político-operacional, no investimento teórico e técnico e no trabalho terapêutico. Em seguida discutiremos os resultados da pesquisa de Joana Vargas⁴⁵ e Frederico Marinho⁴⁶ sobre a aplicação da LA na cidade de Belo Horizonte. Nesse estudo mostra-se as dificuldades na efetivação dessa medida e aponta-se os problemas a serem resolvidos para que se aumente a eficácia da ação socioeducativa.

Analisaremos agora o testemunho de Heloisa Daniel sobre o Centro de Atendimento Socioeducativo de São Bernardo do Campo (CASE). Heloísa Daniel foi diretora do CASE e contou essa experiência no artigo “Centro de atendimento socioeducativo Uma experiência de sucesso”⁴⁷. Essa instituição foi fruto de uma iniciativa de um grupo, composto por profissionais de formação acadêmica e técnica, de orientação progressista, que estabeleceu boas relações com a gestão municipal. A iniciativa começou em 1998 com a criação da Fundação Criança sediada num conjunto penitenciário herdado da era tutelar. Essa instituição caracterizava-se pela prática do isolamento individual dos adolescentes infratores nas “celinhas”. Tal projeto atendia crianças e adolescentes carentes em situação de vulnerabilidade sem recair numa política prisional. A condição das entidades de responsabilização juvenil no contexto municipal era precária, baseava-se em instituições de internação ao estilo penitenciário. Além disso, a cidade concentrava a maior população carcerária juvenil do Estado de São Paulo e, provavelmente, do país. O índice de reincidência

⁴⁴ A ECA dispõe que a aplicação das medidas em meio aberto deve ser fiscalizada e administrada pelos municípios. No entanto, como no passado as instituições estaduais eram responsáveis pela gestão das entidades de atendimento para jovens delinquentes – abandonados e em situação irregular inclusos -, foi necessário grande esforço para se dar início ao processo de descentralização e municipalização do atendimento em meio aberto.

⁴⁵ Professora de sociologia da UFRJ, realizou diversas pesquisas sobre a temática do atendimento à jovens infratores.

⁴⁶ Pesquisador mineiro que dedicou o doutorado ao estudo da gestão da justiça juvenil.

⁴⁷ Nesse artigo ela expõe os principais resultados de sua dissertação de mestrado em Serviço Social defendida na PUC-SP (2009) intitulada “O processo de reflexão/construção de uma prática: o caso do Case da Fundação Criança de São Bernardo do Campo.”

beirava os 35%.

Com a desativação do equipamento prisional-tutelar, surgiu a oportunidade da criação de um Centro de Atendimento para adolescentes infratores em cumprimento de medidas em meio aberto – LA e PSC. O CASE foi concebido conforme as novas orientações estabelecidas no ECA para a operacionalização da política socioeducativa.

Administrativamente operou-se uma municipalização do atendimento. Tal movimento transbordou a esfera gerencial, possibilitando a elaboração de um plano político e um saber operacional autônomo. Essa iniciativa visou à diversificação das estratégias de atendimento e a criação de alternativas à internação⁴⁸.

Na fase de implementação, foram traçadas as estratégias para o levantamento dos dados relevantes para a efetivação do projeto. Elaboraram-se os princípios teóricos que subsidiaram a formulação das estratégias operacionais. Aprofundou-se o conhecimento sobre o perfil do público-alvo da entidade, levantou-se a rede assistencial disponível na cidade e as possibilidades de alianças locais com entidades não governamentais. Realizou-se um levantamento de dados sobre a infraestrutura municipal e as possíveis fontes de recursos financeiros disponíveis. Encontrou-se um local para sediar o programa e se estabeleceu contato com os órgãos do judiciário, a fim de ajustá-los aos moldes sobre os quais se concebeu a execução do programa.

Enfim, investigou-se o perfil socioeconômico do adolescente no município, em especial dos que enfrentavam processo judicial. Discutiu-se a proposta pedagógica e os detalhes dos procedimentos técnicos como a periodicidade do atendimento, a regulamentação das visitas domiciliares, as formas de participação e envolvimento da família e da comunidade na execução das medidas. Formulou-se um sistema de formação constante para a equipe dos funcionários e para o aperfeiçoamento dos registros sobre os jovens, das atividades realizadas e dos resultados do programa.

Segundo Heloísa Daniel, o atendimento no CASE fundou-se sobre uma concepção teórico/metodológica do adolescente e de seu desenvolvimento. Nessa concepção, a adolescência é vista como o período no qual o jovem expande seu círculo de relações, que até então era circunscrito à família, criando novas relações com grupos de indivíduos da mesma idade. A autora também afirma que a formação da identidade do adolescente é determinada pelas novas relações e pelos valores transmitidos nesse novo meio social. Muitas vezes o jovem afasta-se dos valores transmitidos pela família para afirmar sua autonomia.

⁴⁸Sobre o conceito de municipalização administrativa e a descentralização político administrativa ver CONANDA. SINASE, 2006, p.31 e 32.

Quando esse rearranjo subjetivo é atrelado à valorização coletiva do comportamento criminoso o adolescente pode desenvolver uma identidade baseada na infração. O reconhecimento da coletividade da formação identitária inspira um modelo de ação socioeducativa baseada em dinâmicas coletivas e no estabelecimento de vínculos entre os educandos e os educadores.

A integração entre os diversos órgãos envolvidos na execução das medidas socioeducativas foi essencial na estruturação do programa. A agilização da etapa jurídica, a conexão com a rede assistencial do município e com os recursos da comunidade, a normatização dos procedimentos de envolvimento e de intervenção sobre família estruturou a ação socioeducativa de forma não institucional, constituindo-se uma rede de atenção solidária e comunitária multi-centrada.

O principal fundamento pedagógico dessa instituição está no vínculo estabelecido entre educador e adolescente. Esse vínculo é construído nas convivências cotidianas e nos espaços terapêuticos. Trataremos dessa mais tarde.

Realiza-se na unidade um trabalho específico com as famílias de adolescentes internados para prepará-los para a conversão da medida privativa de liberdade em uma MSE-MA e familiarizar com os procedimentos do CASE. São realizadas visitas aos internos que estejam em vias de progredir para uma medida em meio aberto. Cria-se, segundo Daniel, desde cedo um vínculo nesses casos mais complicados que envolvem a internação, a família é envolvida com mais intensidade. Há indícios de que a internação dificulta o trabalho sobre as relações empreendidas pelo jovem, provavelmente isso se explica pelo isolamento prolongado do adolescente e pelo desgaste da relação familiar. Os educadores do CASE são orientados à receber os jovens ingressos com cordialidade e respeito a fim de propiciar a criação de uma relação de confiança com o adolescente. No entanto, em geral, a cordialidade da recepção não garante uma relação de confiança, pois o jovem que chega à instituição, normalmente experimentou nas fases anteriores do atendimento – apreensão policial, julgamento ou medida anterior - uma relação desigual e repressiva com a autoridade. A obediência é efeito de superfície, imposto ao corpo pela força e disciplina.

O sistema de avaliação dos resultados elaborado no CASE trabalha com três indicadores: a eficácia, a eficiência e a efetividade. O primeiro diz respeito à adequação das diferentes ações aos meios aos quais elas se propõem; a eficiência trata do rendimento técnico e administrativo, visa a otimização dos recursos; por fim, a efetividade diz respeito aos indicadores de impacto da intervenção sobre os seus objetivos.

Os números do CASE são espantosamente positivos. Passou-se de 50 usuários

a 510 em apenas cinco anos. Reverteu-se a proporção entre os encaminhamentos para medidas de privação de liberdade e as aplicações das medidas de meio aberto, passando de 70% dos usuários cumprindo pena de internação para 70% em meio aberto. A redução da reincidência é significativa. No começo beirava os 35%, passando, já no primeiro ano de trabalho, para apenas 10% e atingindo gradativamente a casa dos 5%.

Joana Vargas e Frederico Marinho fazem um estudo sobre a aplicação da medida de LA na cidade em Belo Horizonte⁴⁹. Adotam uma metodologia baseada em entrevistas e questionários. O objetivo central do artigo é estudar o impacto da medida sobre a vida do adolescente. Secundariamente, o artigo buscou traçar um perfil dos usuários do programa, a percepção e avaliação que os adolescentes, técnicos e orientadores sociais têm da instituição da LA. Também se buscou descobrir qual é o grau de envolvimento da comunidade com as instituições.

Segundo os autores a constituição de um solo que possibilite ao jovem o desenvolvimento de um projeto de vida não vinculado à criminalidade é a tópica do programa. Para tanto, uma série de estratégias secundárias são adotadas: estabelecimento de vínculo de confiança entre adolescentes e profissionais; evitar abordagens moralistas, omissas ou corroborativas frente à infração; incentivar a reflexão do jovem sobre seu passado, presente e futuro; apresentar modos de pensar e de saber que viabilizem a reinserção do indivíduo na sociedade. Em outra frente, os profissionais envolvidos na execução da LA trabalham com a comunidade, no sentido de lhe sensibilizar para a situação delicada dos adolescentes, de combater os preconceitos sociais e de incitar a comunidade a assumir responsabilidade sobre a ação socioeducativa.

O levantamento acerca do perfil dos usuários do programa apresentado no artigo não difere muito dos dados estatísticos já existentes a esse respeito. Há a predominância da população masculina, pobre, não branca, com baixo índice de escolaridade, predominância de famílias mono-parentais. Habitante de bairros com alta incidência de atividades criminosas. A reincidência do programa é significativamente elevada: atinge os 25%. Apesar disso, essa cifra sofreu uma queda acentuada nos últimos dez anos.

Os principais efeitos do programa sobre o adolescente, medidos pela pesquisa foram: a redução do consumo de drogas; o afastamento do meio social baseado em atividades ilegais; e o aumento na frequência escolar. Uma das funções dos orientadores e técnicos é

⁴⁹ “O Programa de liberdade Assistida em Belo Horizonte”. Publicado na revista *Educação & Realidade* em 2008.

matricular e acompanhar o desempenho escolar dos usuários. Contudo, os resultados da pesquisa nos levam a crer que a eficácia pedagógica do programa reside na relação prolongada dos adolescentes com os técnicos e com os orientadores sociais, no atendimento e aconselhamento individual e grupal:

Um fator fundamental na elaboração dessa percepção é a relação construída entre a equipe do Programa e os jovens atendidos, consequência do extenso período de acompanhamento – em média um ano e dois meses – e resultado de uma abordagem focada no atendimento individual. Essa relação gera um vínculo de identificação, confiança e compartilhamento entre trabalhadores e usuários que acaba contaminando os demais elementos que compõem o Programa. A parceria entre trabalhador e usuário mimetiza as diferentes funções e atividades, revestindo-os com um mesmo significado, apesar do descompasso nos recursos, alcance e limitações.

Constitui-se, nessa relação, um espaço para que os jovens atendidos possam falar, discutir e avaliar sua experiência de vida e, em especial, as vivências relacionadas ao conflito com a lei, à violência e à criminalidade. Nesse espaço é realizada uma das funções mais caras e complexas do Programa, que é a de propiciar situações nas quais o adolescente possa refletir sobre si próprio, sobre suas escolhas, compromissos e perspectivas de futuro. Dessa forma, os usuários não se sentem estigmatizados e rotulados, outras facetas da sua história pessoal, familiar e comunitária aparecem e são priorizadas. (VARGAS; MARINHO, 2008, p.156)

Devido às dificuldades na inclusão do adolescente nas redes de serviço de sua comunidade – em razão de sua condição judicial – a LA de BH consiste basicamente no atendimento individual. No entanto, os técnicos reclamam da falta de uma metodologia de intervenção terapêutica. O resultado dessa ausência normativa é a diversificação das técnicas empregadas.

Nesse artigo, o papel desempenhado pela reflexão nas práticas terapêuticas é central. O raciocínio moral sobre temas relacionados à vida criminosa é a principal ferramenta pedagógica. Marquemos a distinção entre essa prática terapêutica reflexiva e a prática terapêutica relacional. Apesar de reconhecer o valor da relação pessoal entre o orientador e o educando, Vargas e Marinho destacam a temática reflexiva enquanto ferramenta pedagógica da instituição socioeducativa.

V.vi- As normas de atendimento das medidas restritivas de liberdade

Esse capítulo se baseará na análise de dois artigos. Os estudos de Fávio Frasseto⁵⁰ e Afonso Konzem⁵¹, fazem uma crítica à ausência de normas para a execução e para a reavaliação das medidas privativas de liberdade e apresentam contribuições para o advento dessa normativa. A proposta de Frasseto versa sobre os critérios para o término, a prorrogação e a progressão da medida, enquanto Konzem analisa um anteprojeto de lei que normatiza a execução da medida de internação.

Esses dois autores fazem coro com a necessidade de normatizar a execução das referidas medidas. Ambos ressaltam o alto grau de discricionariedade e indeterminação com que o legislador do ECA tratou a questão da execução das penas restritivas de liberdade. Segundo eles, a ausência de uma normatividade aumenta o potencial discricional e abre espaço para interpretações e práticas oriundas do antigo regime tutelar. Apesar de apontarem uma falta de operacionalidade na lei, os dois artigos procuram colaborar com uma nova proposta de regulamentação para a execução da internação.

O debate suscitado nesses textos mostra que, em primeiro lugar, a disputa entre o antigo e o atual modelo de justiça juvenil também se expressa na prática. E, em segundo lugar, expõe o esforço na efetivação de uma política liberal/garantista no governo dos adolescentes infratores. A internação, devido à sua própria natureza, é à medida que encontra maior dificuldade em sua execução. Encontram-se ainda a meio caminho entre o modelo tutelar e o garantista.

No artigo de Frasseto relaciona-se a doutrina criminológica positivista com as práticas de indeterminação do tempo da internação e com as metodologias de reavaliação dos casos de privação de liberdade. Sustentada pelos artigos 99, 113 e 121 do ECA, a prática de reavaliação dos casos de internação baseia-se na emissão de pareceres de natureza psicológica, que devem ser elaborados e apresentados ao juiz a cada seis meses. O objetivo do parecer é rever a necessidade de internação, conferir se a proposta pedagógica está sendo efetivada e verificar se há possibilidade de progressão para uma medida mais branda, mais adequada aos propósitos pedagógicos da instituição. Segundo o autor, a possibilidade de prorrogação até o

⁵⁰ FRASSETO, F. "Execução da medida sócio-educativa de internação primeiras linhas de uma crítica garantista." in SEDH; UNFPA (orgs.). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 303 – 342. Flávio Frasseto é um estudioso do direito juvenil e defendeu sua dissertação de mestrado em psicologia pela USP no ano de 2005.

⁵¹ KONZEN, A. Reflexões sobre a medida e sua execução (ou sobre o nascimento do modelo de convivência entre o jurídico e o pedagógico na socioeducação) in SEDH; UNFPA (orgs.). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 343 – 365. Afonso Konzem é subprocurador-Geral do Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul.

limite de três anos funda-se na crença positivista de que o crime se deve a uma disfunção no aparelho psicológico e que a função das intervenções governamentais é reparadora e correcionista:

O jovem é submetido a uma rotina de intervenções em face das quais, regra geral, não lhe é facultado resistir sem que se prejudique. Após alcançado pelo jovem, com bom comportamento, o efetivo suprimento de suas necessidades, após atendidas as demandas familiares, em suma, após alterado todo o quadro anterior ao início da medida, viabilizada estará, e somente aí, a retomada da vida social em liberdade. (FRASSETO, 2006, p. 311)

Todo o sistema que define a duração da internação depende das avaliações que, no mais das vezes, é realizada por psicólogos ou assistentes sociais. É direito do juiz, entretanto, não acatar as sugestões do parecer. Em última instância, ele pode pedir uma reavaliação de outro tipo – médica, jurídica, psiquiátrica etc. Frasseto diz que, embora, em alguns casos, o juiz encarregado pelo caso chame uma reunião com a participação dos técnicos envolvidos na aplicação das medidas e dos adolescentes, essa prática não é predominante. Na maior parte das vezes a prorrogação da internação é decidida a partir de uma “fria leitura” dos relatórios pelo juiz, sem nenhuma audiência ou oitiva. Além disso, a legislação socioeducativa padece de critérios objetivos para a decisão sobre os prazos da internação.

Outra característica desse sistema era a tendência à internação que se justifica em razão do bem do menor, pois o afastava de seu meio inadequado. Apesar de o ECA conter em si normas garantistas, muitas vezes a interpretação que se faz dele não o é. Ainda hoje existe uma tendência à internação, apesar da orientação legal contrária. Vê-se aqui a continuação de uma mentalidade positivista.

A centralização operacional da internação nos pareceres técnicos e nas características individuais – como perfil psicológico, histórico de vida, relação com a família e etc... - é criticada no artigo, pois, dessa forma, ignoram-se as relações familiares e comunitárias que influenciaram o jovem em seu envolvimento com práticas ilícitas. Perde-se em eficiência, pois as ações específicas decorrentes das avaliações psicológicas são tópicas e superficiais, enquanto que a análise das relações sociais dos jovens contribui para a formulação de estratégias de intervenção muito mais amplas e complexas. A transformação das condições materiais e sociais da vida do adolescente, por exemplo, são importantes

instrumentos de ressocialização e aumentam a efetividade da intervenção socioeducativa. Outro aspecto que a tradição positivista costuma mitigar é a necessidade de reinserção do jovem no sistema escolar formal, sem a qual, as chances de sucesso da inclusão do jovem na sociedade são gravemente reduzidas.

O autor critica os seguintes critérios para a libertação⁵²: que o jovem se responsabilize ativamente por seu ato infracional; que não tente diminuir a gravidade de seu ato ou de sua participação no ato; que se arrependa sinceramente do que fez; e que tenha noção dos danos resultantes de suas ações, não somente os infringidos à vítima, mas os infringidos à sociedade em geral. Frasseto aponta a ilegalidade da exigência de que o acusado adquira consciência crítica de sua conduta e de que assuma a culpa pela infração, pois todo cidadão tem direito a defender-se das acusações contra ele e de se declarar inocente. Esse critério para a libertação é proveniente de uma concepção positivista que prevalece ainda nos dias de hoje nas instituições de internação.

A indeterminação dos critérios de soltura ou de progressão da medida de internação promove o discricionarismo. Pois, dessa forma, não se esclarece ao condenado o que deve fazer para cumprir com sua pena. Além disso, deixa-se espaço para uma discricionariedade moralizante imposta pelos membros da classe jurídica dominante – juízes, promotores, defensores etc... – aos das classes subalternas – os adolescentes. A variação dos critérios conforme a classe social à qual pertence o acusado prevalece ininterrupta desde os tempos da FEBEM.

A exigência de que o jovem assuma-se culpado pela infração representa grande afronta aos direitos fundamentais do cidadão. Pois declarar-se inocente é um direito de qualquer cidadão. Direito fundamental, cláusula pétrea. Além disso, todos tem o direito de fazer o que estiver ao seu alcance para provar sua inocência: a garantia de autodefesa. Portanto, a exigência de admissão de culpa é inconstitucional. Frasseto diz: “Natural – absolutamente normal! – que tente impressionar o interlocutor, colocando-se como vítima da situação e relativizando a parte que tomou na ação delituosa. Nesse contexto, desqualificar o jovem por minimizar a culpa e usar contra ele o legítimo exercício de um direito mostra-se inadmissível.” (FRASSETO, 2006, p. 325).

A ressocialização coerciva ao qual se submete os adolescentes no modelo positivista é, segundo o autor, contrária aos preceitos do Estado democrático. Não se pode propor uma pena cujo objetivo é transformar a pessoa do condenado sem com isso infringir o

⁵² Apesar de se poder apontar no ECA alguns princípios que orientem a elaboração desses critérios, é na prática cotidiana e institucional que se observa sua formulação explícita.

espírito democrático. O sistema de progressão/regressão está vinculado a essas concepções positivistas. A soltura do adolescente é condicionada por uma análise técnica de sua estrutura psíquica, se o adolescente não apresentar mudanças na personalidade, se seu desenvolvimento não normalizado for, não haverá progressão da medida.

Segundo a crítica garantista, não se pode adotar critérios indefinidos para orientar o sistema de regressão/progressão e determinar a soltura do jovem, pois numa sociedade democrática o direito de refutar os seus acusadores é fundamental. Também o é, o direito de refutar os critérios e os pareceres que determinam o futuro institucional do jovem. “Num sistema garantista, em que a privação de liberdade pode cessar a qualquer tempo é necessário que se dê prévio conhecimento ao cidadão cativo de quais condutas possa ele pôr ou não em prática para que se veja solto.” (FRASSETO, 2006, p. 322).

Após a crítica ao modelo vigente, o autor propõe um reordenamento dessas práticas, uma contraproposta garantista. Segundo tal proposta, somente poder-se-ia considerar, no julgamento, os traços individuais do jovem nos casos em que tal consideração resulte em um benefício para o jovem, isso é, na medida em que tal juízo motivasse ou a aplicação de uma medida em meio aberto, ou a liberação imediata do jovem. Vetando-se a possibilidade de justificar a prorrogação da pena em razão de traços de personalidade do jovem.

De outro lado, subjetivismos, opiniões não demonstradas e indemostráveis etc, são bem vindos sempre que vierem em socorro, a favor da liberdade. Qualquer avaliação, ainda que naturalmente discricionária e baseada em juízos irrefutáveis somente atenta contra direitos fundamentais se for usada para justificar a restrição de outras garantias, ou seja, quando a favor da punição. Ainda que arbitrária, eventual conjectura sobre improvável reincidência, é admissível. (FRASSETO, 2006, p. 331)

O critério de reincidência também pode influir nos casos em que se demonstre a possibilidade de o jovem retornar à sociedade. Nunca o critério de reincidência poderá sustentar a prorrogação da medida, somente à sua conclusão ou progressão. Frasseto não busca deslocar o objetivo da ação socioeducativa para além da inibição à reincidência, mas formula as condições nas quais esse critério poderia ser utilizado. Assim, definem-se os prazos de reavaliação e de cumprimento da medida e uma série de tarefas e metas a serem cumpridas pelos jovens. Tal conjunto deve ser orientado no sentido de reduzir as chances de reincidência, no entanto deve ser fruto de uma avaliação objetiva do empenho do jovem no

cumprimento da medida socioeducativa. Verificar-se-á a frequência e a dedicação com que o jovem desempenhou as tarefas previstas no PIA para se declarar o término, prorrogação ou progressão da medida. Tendo cumprido com as atividades que lhes foram propostas o jovem teria sua soltura automaticamente garantida. Não aderindo ao plano o adolescente ficaria internado até o fim do prazo estabelecido pelo juiz junto com o encaminhamento da medida.

Assim, mantendo-se o controle da reincidência como razão geral da medida, passa-se a operar, para fins de desinternação, com tal critério que se pretende o mais objetivo e controlável possível: **aceitação e empenho do jovem** nas tarefas educativas fixadas num plano de atendimento personalizado definido no início do cumprimento da medida. Assim, não mais será o inaférível – pelo menos com um mínimo de objetividade não discricionária - grau de assimilação do conteúdo veiculado pelas tarefas do plano que será levado em conta, mas sim algo que se encontra sob o pleno domínio do adolescente: dispor-se a fazê-las, a delas participar. (FRASSETO, 2006, p. 332) *Grifos do autor.*

Dessa forma, a exigência deslegítima de adesão estaria extinta e se preservaria o direito do adolescente de resistir à imposição estatal. Ademais, garantiria a clareza e transparência das metas que devem ser alcançadas por cada adolescente para conquistar sua liberação.

Esse novo modelo de gestão da internação é comparado pelo autor com o sistema de promoção automática nas escolas. A promoção automática tem origem na crítica do ensino enquanto mera transmissão de conteúdos e do valor pedagógico do instituto da repetência. Observou-se que a repetição motivada pela não aquisição ou aquisição parcial do conteúdo não produzia efeitos benéficos no aprendizado, mas, na verdade, resultava na exclusão e desilusão de certa parcela da população. Uma reinterpretação das práticas avaliativas foi operada. Não mais se verificava a aquisição de conteúdos pré-determinados, mas a aquisição de habilidades e competências diversas. A avaliação não mais operava sobre a pessoa do aluno, mas sobre a própria dinâmica institucional. Nessa perspectiva, a prorrogação da internação devido à motivos não determinados também é geradora de desilusão dentre os jovens em cumprimento de medida.

Os pareceres dos técnicos não versarão sobre a personalidade do adolescente nem se prestarão à avaliação das condições de sua soltura, mas, sim, ao exame da eficácia e do alcance do programa socioeducativo. O juiz determinará, junto com a medida, os prazos de reavaliação e de seu cumprimento, podendo o jovem ser liberado com antecedência se

cumprir plenamente com as metas estipuladas. Determinando ainda um prazo limite da internação, ao qual deve se seguir mesmo nos casos em que o jovem não se dedique nas tarefas. A discricionariedade passará do final da medida para seu início, no qual serão determinadas todas as condições para o seu cumprimento, assim como os prazos de reavaliação e de liberação compulsória.

Ficariam restritos à possibilidade de internação superior a um semestre somente os casos de maior gravidade ou de reincidência criminal. Nesses casos, se planejará uma ação mais extensa, que manifeste os requisitos mínimos para a sua progressão ou finalização.

O juiz ficaria encarregado de: analisar as circunstâncias concretas dos casos em que os técnicos aferirem a não adesão do jovem ao programa, averiguando a existência de uma razão externa que possa tê-lo impedido de cumprir com suas tarefas; homologar os PIA's. E, aos técnicos, não mais caberia mais produzir pareceres para embasar as decisões de prorrogação ou soltura dos juízes, mas, sim, a tarefa de avaliar a eficácia do programa. Comporiam em conjunto com o juiz, o adolescente e sua família, o PIA, além de promoverem grupos de trabalho terapêutico com os jovens.

O artigo “REFLEXÕES sobre a MEDIDA e sua EXECUÇÃO (ou sobre o nascimento de um modelo de convivência do jurídico e do pedagógico na socioeducação)”, escrito por Afonso Armando Konzen, é uma análise de um projeto de lei de execução das medidas socioeducativas escrito pela ABMP. Konzen é Procurador de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

A proposição dessa normativa tem como objetivo restringir as ingerências administrativas e consolidar procedimentos operacionais unificados para todas as instituições que fazem parte da medida. Além disso, a medida normatiza as atividades do regime disciplinar e a aplicação do PIA.

Propõe-se uma série de limites da atividade do regime disciplinar. Veta-se a aplicação de pena para uma falta imprevista. Garante-se a observação do princípio de proporcionalidade. Determina-se a exigência da formação de um órgão colegiado responsável pelas sanções disciplinares. Proíbe-se qualquer pena desumana, que ameace o princípio de dignidade, que implique incomunicabilidade ou que interfira nas atividades escolares do adolescente.

A normatização dos Planos Individuais de Atendimento também é objeto do projeto de lei. Segundo Konzen, o plano individual é um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades desempenhadas pelo adolescente. É responsabilidade da equipe técnica elaborá-lo. Deve-se partir da documentação reunida no expediente para organizar o plano em função das

necessidades pedagógicas específicas de cada adolescente.

Além das exigências do plano individual de qualquer uma das medidas, dedica o anteprojeto atenção complementar à situação do adolescente privado da liberdade em regime de semiliberdade ou de internação, circunstância em que entende que o plano deva conter, ainda, a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento; a fixação das metas para o desenvolvimento de atividades externas sempre que expressamente vedadas na sentença; a fixação de metas para a substituição da medida por outra menos grave; a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar, inclusive as condições para o exercício da sexualidade; e as medidas especiais de atenção à saúde. (KONZEM, p. 361, 2008)

V.vii- As experiências na aplicação de MSE de internação

Alberto Gonzales⁵³ relatará em seu artigo a experiência de três Estados (Amapá, Bahia e Rio Grande do Sul) nas políticas de internação do sistema socioeducativo. Segundo ele, as iniciativas desses três estados desenvolvem três tópicos importantes, são eles: gestão administrativa; alfabetização e terapia relacional. O aspecto central dessas três iniciativas é o pedagógico.

Diante disso, em nossa opinião, um aspecto essencial de qualquer projeto socioeducativo das UISEs é a construção de uma educação que dê conta no dia-a-dia de todo o desenvolvimento individual e coletivo dos processos de socialização e educação do adolescente, permitindo a afirmação de sua identidade e seu desenvolvimento como um todo, com base na integração dos aspectos afetivo, intelectual e coletivo. (GONZALES, 2006. p. 544)

Essa visão pedagógica tem como ponto de partida do processo educativo a realidade concreta e, como ponto de chegada, a transformação da realidade da qual se partiu. Em outros termos, com o mesmo suporte conceptual, o que se resgata nas UISEs é a forma de construção dos vínculos dos gestores adultos no trabalho com os adolescentes a cujos esforços se destinam. (GONZALES, 2006. p. 545)

⁵³ Ex-professor adjunto da *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la Republica* do Uruguai. Analisamos aqui seu artigo “Experiências Socioeducativas Bem-sucedidas. Subsídio para a discussão de políticas públicas nas unidades de internação socioeducativas.”, publicados na coletânea do SEDH e do ILANUD “Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização.”.

Fica evidente por esses trechos o papel desempenhado pelos técnicos e profissionais das UISE's na efetivação do imperativo pedagógico. Pela construção de vínculos, esses profissionais são responsáveis pela dimensão pedagógica da medida. Gonzales lista uma série de atributos que compõem o perfil pedagógico das equipes das entidades estudadas: a) capacidade de estabelecimento de um vínculo afetivo-educativo com o adolescente; b) reconhecimento do adolescente, de suas capacidades, de suas potencialidades, independente do ato infracional que cometera; c) abertura ao diálogo com o jovem. Os membros diretores devem recebê-lo desde o momento de seu ingresso, isso é fundamental para o estabelecimento de um vínculo⁵⁴; d) habilidade em ouvir o jovem e seus familiares; e) sensibilidade e capacidade de *observar os sinais emitidos pelos* adolescentes. Percebeu-se essa habilidade, principalmente dentre os diretores, supervisores e nos professores das escolas e oficinas de expressão e profissionalização; f) poder de observar e interpretar o meio social e familiar do qual provêm os jovens; g) aptidão para integrar o repertório de experiências do jovem na síntese do processo de ensino-aprendizagem; h) disponibilidade para trabalhar em equipe; i) habilidade de mediação e negociação; j) capacitação profissional para o trabalho individual e o trabalho coletivo “com uma participação entusiasmada e motivadora; ser construtor do vínculo educativo a partir dos, para e com os jovens” (GONZALES, 2006, p. 547); k) disposição para trabalhar a partir da proposta socioeducativa, com objetivos claros baseados em uma metodologia de planejamento e avaliação; l) Compreender as carências institucionais.

No trabalho compartilhado com assistentes sociais e nas unidades visitadas, obtivemos contribuições que sem dúvida concretizam a proposta pedagógica de que tratamos. Um exemplo é a Oficina da Palavra, que são reuniões de técnicos com familiares (sobretudo mulheres) e jovens cumprindo medidas socioeducativas. É um trabalho grupal com uma visão sistêmica e dirigida prioritariamente ao âmbito familiar (núcleo de referência adulta para o adolescente). Essas Oficinas da Palavra também são realizadas com funcionários da instituição e, principalmente, com os que trabalham diretamente com os adolescentes. (GONZALES, 2006, p. 548)

A recepção do adolescente que ingressa numa UI é tarefa importante para os

⁵⁴ A recepção favorável é muito importante para o processo socioeducativo. Em seguida um relato de um adolescente colhido por Alberto Gonzales: “Quando cheguei aqui, pensei que iam me prender e maltratar. Na porta, estava o diretor. Estendeu-me a mão e disse meu nome. Entrei e, enquanto andávamos, fui sendo apresentado às pessoas que passavam por nós. Em seu escritório, ele perguntou como eu estava me sentindo e respondi que mais ou menos. Não estava entendendo bem o que estava acontecendo.” (GONZALES, 2006, p. 546)

profissionais socioeducativos. Em geral, os jovens e suas famílias chegam na instituição socioeducativa temerosos de castigos físicos, o acolhimento adequado deve se contrapor a essa imagem. Nessa perspectiva, Gonzales ressalta a proposta realizada na FUNDAC da Bahia, intitulada “Projeto Pronto Atendimento”. Esse projeto visa integrar todas as instâncias envolvidas nas primeiras fases do atendimento. Estão unidas em um mesmo prédio a delegacia de polícia, o juizado e instituição de execução. Segundo Gonzales, o adolescente é levado à delegacia pelos técnicos da Fundação Estadual do Direito das Crianças e Adolescentes da Bahia (FUNDAC) que, em seguida, elaboram um comunicado ao juiz. Nesse comunicado são apresentadas a condição socioeconômica dos jovens, seu histórico criminal e escolar.

Essa articulação eficaz é determinante para o prosseguimento da medida. Já na entrada o adolescente é posto mais à vontade, fica mais aberto às próximas intervenções. A condição média dessa população é de abandono social e familiar, um acolhimento bem realizado pode reduzir essa sensação.

Laura Mattar, advogada especialista nos direitos da mulher, analisa a visita íntima no sistema socioeducativo⁵⁵. A primeira constatação da autora é de que a visita íntima é muito pouco praticada nas instituições socioeducativas de internação. Há relatos de somente três experiências. Todas em estados diferentes do nordeste. São exclusivamente praticadas em unidades masculinas, o que não deve levar a conclusões precipitadas, pois, como diz a autora, as unidades masculinas representam quase 90% do sistema socioeducativo.

Além de serem raras, as iniciativas impõem uma série de condições aos seus participantes. A regulamentação das visitas íntimas pode se dar de maneira formal e escrita ou meramente verbalizada. Os requisitos para as visitas íntimas são: 1- O adolescente internado ter mais de 18 anos. Em uma das unidades a idade mínima era de 14 anos, mas depois de uma mudança de gestão passou a ser de 18 anos; 2- o reconhecimento da união estável entre o interno e sua parceira; 3- autorização dos pais da companheira; 4- bom comportamento por parte do interno.

Sobre os cuidados pedagógicos com a visita íntima, a autora diz que as unidades distribuem camisinhas e que, em uma delas, disponibilizam-se anticoncepcionais às visitantes. Os dirigentes de todas as unidades afirmaram realizarem atividades de educação sexual regularmente. Em duas delas realizam-se palestras sobre DST/AIDS em parceria com as Secretarias de Assistência social ou com ONG's.

⁵⁵O artigo utilizado é “Exercício da Sexualidade por adolescentes em ambiente de privação de liberdade”, publicado no periódico *Cadernos de Pesquisa* em 2008.

VI- As técnicas pedagógicas de governo e gestão dos adolescentes infratores

No capítulo que se segue, elencamos as práticas e concepções pedagógicas observadas na análise de toda a documentação. Adotamos uma concepção bastante abrangente de educação, incluindo em nossa análise todos os tipos de práticas as quais se reconhece algum valor pedagógico. Dividiremos a nossa exposição em três partes: práticas escolares ou didáticas; técnicas relacionais ou terapêuticas; e práticas diversas. Algumas práticas do primeiro grupo serão novas, enquanto que no segundo e no terceiro, elas já foram mencionadas nos capítulos precedentes.

Apesar de boa parte do material já ter sido analisado, abordaremos a documentação de uma maneira diferente. Até agora analisamos essas diversas estratégias educacionais na medida em que elas se compõem com os diversos mecanismos socioeducativos. Passemos, a partir de agora, a enfocá-las em conjunto, como dispositivos pedagógicos de governo dos adolescentes infratores. Investigar-se-ão as relações que mantêm entre si e os efeitos produzidos nesses encontros. Descreveremos como as práticas remanescentes são reelaboradas no novo sistema e remeteremos as novas práticas aos seus respectivos campos de origem.

VI.i- Práticas de escolarização nas UI e UIP

Diz-se que o sistema de justiça juvenil exposto no ECA possui uma natureza eminentemente pedagógica. Apesar de alguns lembrarem que há certa dose de penalização envolvida em sua aplicação, ninguém nega sua vocação educativa. Entretanto, se perguntamos aos autores estudados “no que consiste o pedagógico nesse novo sistema?”, eles nos responderiam muitas coisas diferentes e até divergentes. Dificilmente encontraríamos um denominador ou princípio comum, mas certamente observaríamos repetições e convergências. A exigência de inclusão e promoção escolar seria mencionada na maioria das vezes, sem dúvida.

A escolarização é um fator reconhecidamente importante na prevenção da criminalidade juvenil⁵⁶. Quanto mais avançado está o jovem em seus estudos, menos chances há dele se envolver em uma atividade ilícita. Comprova-se o contrário verificando-se o perfil escolar dos jovens que cumprem uma medida. Fundamentando-se nesse fenômeno, alguns teóricos garantistas argumentam que o processo socioeducativo só obtém sucesso se o adolescente é inserido na escola e que, levando o raciocínio às últimas consequências, a solução definitiva para a criminalidade juvenil está na universalização do ensino formal de qualidade.

Os relatos sobre a escolarização de jovens infratores reconhecem, entretanto, que não se fez muito a esse respeito nos últimos anos. No que se refere às medidas em meio aberto, observou-se que somente o orientador social intervém sobre a escolarização do jovem. Na maior parte das vezes, seu trabalho se resume a matricular o jovem e acompanhar sua frequência. Na internação, internação provisória e semiliberdade, os teóricos são consensuais na crítica à falta de normatização e de investimento no aperfeiçoamento dos profissionais do sistema socioeducativo. A maioria das iniciativas padece de proposta pedagógica e de estrutura material. São insípidas e desorganizadas. As experiências mais relevantes estão todas ligadas à ação de uma ONG, mesmo assim não apresentam resultados muito favoráveis.

A presente análise se baseia em dois documentos: 1- Na pesquisa de Silvana Machado Cella e Dulce Maria Pompêo de Camargo “Trabalho pedagógico com o adolescente em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão”, onde é estudado o papel e a condição dos profissionais de educação que trabalham em duas UIP’s, localizadas no estado de São Paulo, através da realização de entrevista com alguns professores; 2- no artigo “Experiências socioeducativas bem-sucedidas subsídios para a discussão de políticas públicas nas unidades de internação socioeducativas” de Alberto Brusa Gonzales;

⁵⁶Ver GANDIN, L.; ICLE, G.; RICKES, S. “Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei.” 2008. p. 179

Segundo Cella e Camargo as dificuldades e carências experimentadas pelos educadores nas salas de aula dessas instituições são: 1- exclusão profissional e acadêmica sentida pelos entrevistados; 2- estrutura de isolamento das Unidades, que reforça o sentimento de exclusão profissional⁵⁷; 3- ao mesmo tempo em que são excluídos pela classe profissional, os educadores das UIP's sentem-se cobrados e pressionados pelos colegas de profissão para que “recuperem” seus alunos; 4- a falta de integração entre o trabalho escolar e as outras áreas da assistência social gera uma experiência, ao mesmo tempo, de fragmentação do trabalho e de incapacidade; 5- a falta de orientação e de capacitação profissional⁵⁸.

Apesar das dificuldades, notamos algumas características positivas das iniciativas. Em primeiro lugar, ressalta-se o comprometimento dos educadores com as noções do ECA e a luta contra as representações e concepções do antigo sistema tutelar. A adoção da pedagogia como instrumento privilegiado do sistema penal juvenil é constatada nesses profissionais.

A precariedade da situação escolar na qual se encontram a maioria dos usuários dos programas socioeducativos é observada pela maioria dos autores. Aparece ao mesmo tempo como fator de risco⁵⁹ para os jovens e como meta da ação socioeducativa. O elevado índice de analfabetismo constitui um grande problema para os educadores. Como é possível ministrar um curso para uma classe predominantemente iletrada? Como enfrentar as limitações impostas pela própria natureza da instituição?

Destacamos dois projetos que visam solucionar esse impasse. Nas UIP's descritas por Cella e Camargo, as professoras contam com a parceria de ONG no projeto “Educação e cidadania”. Segundo as educadoras das UIPs, elas não recebiam nenhuma orientação ou apoio didático. A iniciativa permitiu a elaboração de uma rotina operacional e a determinação de procedimentos nas atividades escolares que supriram parcialmente as necessidades de uma lei de execução. Hoje em dia as aulas consistem em reflexões orais realizadas em grupo e mediadas pelo educador sobre temas pré-determinados que se

⁵⁷ Segundo as autoras: “Os depoimentos das professoras dão conta da existência do medo e do preconceito entre os profissionais da educação, informando ser comum que os professores recusem esse tipo de trabalho. No dizer de Hall (2005), essa vivência propicia o isolamento do sujeito e patenteia a fragmentação, reforçando o ciclo vicioso de estranhamento, em que a escola não aceita as atividades realizadas nas unidades como sendo pedagógicas e, nas unidades, responsabiliza-se a escola pela exclusão do adolescente. Esse isolamento é necessariamente reforçado pela dualidade prisão/escola, irremediavelmente experimentada pelas professoras.” (CELLA, S.; CAMARGO, D. 2009, p. 289)

⁵⁸ Diz-se das professoras: “Porque desorientadas e sem um projeto pedagógico efetivo, elas próprias não acreditavam na repercussão positiva da transmissão de conhecimento e sequer poderiam ver sentido em suas práticas, diante da diversidade dos adolescentes e da rotatividade destes nas unidades.” (CELLA, S.; CAMARGO, D. 2009, p. 293)

⁵⁹ Fator que aumenta a probabilidade de envolvimento infracional.

relacionem com a vivência dos jovens infratores. O abandono dos exercícios com a língua escrita foi a solução encontrada para democratizar as aulas e para não excluir os internos que não sabem ler das atividades didáticas. A alta rotatividade e o limitado período de permanência dos adolescentes nas UIP's impossibilitam intervenções mais longas e contínuas. É necessário que se formule um programa pedagógico flexível, que produza efeitos em curto prazo.

O objetivo dessa prática é gerar uma reflexão moralizante no adolescente num breve período de tempo. A aquisição de um saber formal dá lugar à transformação subjetiva através de uma reavaliação cognitiva. Por isso, os temas escolhidos devem promover a cidadania, a democracia, a reavaliação da vida do jovem e o planejamento futuro. Cito:

As práticas em sala de aula visam a permitir a reflexão para a vida após a internação e estimulam o pensar sobre projetos de vida, profissão, como conseguir ajuda, habilidades necessárias para conseguir os objetivos. Para isso, a forma não parece ter muita importância, desde que se atinja o objetivo, ou seja, externar o sentimento e o pensamento, conscientizando-se de seu pensar. (CELLA, S.; CAMARGO, D. 2009, p. 294)

Gonzales relata a iniciativa de alfabetização empreendida com sucesso nas UI's. Destaca-se o trabalho da escola Tom Jobim com o projeto FASE-RS, que integra a escola ao processo socioeducativo e propõe um currículo flexível e contextualizado para os cursos ministrados nas Unidades de Internação. Inspirado nas práticas de educação de jovens e adultos elaborados na América Latina, essas propostas giram em torno do eixo: alfabetização-trabalho- cidadania.

O grande índice de analfabetismo dentre a população jovem em cumprimento de medida de internação é um fator determinante para a escolha dessa estratégia. Essas iniciativas não estão restritas unicamente ao âmbito escolar, também são praticadas em atividades de profissionalização e nas de promoção da saúde e da cultura. A articulação entre os diversos meios educativos está no cerne dessa prática, pois possibilita ações de inclusão articuladas com as atividades pedagógicas. Como nas práticas de educação popular, o cotidiano vivido pelos alunos/internos tem importância fundamental na proposta metodológica e na abordagem curricular. A experiência precedente, muitas vezes parcialmente compartilhadas pelos adolescentes, constitui a base sobre a qual se dará o

aprendizado. A aquisição da linguagem pelo adolescente se dá em situações de uso específico da língua, usos concretos. Não se desenvolvem somente as habilidades formais da leitura e da escrita, mas também um conteúdo ético específico. Ensina-se a ler a partir de lições de cidadania, democracia. A alfabetização, nesse sentido, se efetiva enquanto inserção social.

Nessa concepção a alfabetização não é circunscrita às tarefas em sala de aula, mas abre-se às atividades mais diversas do dia a dia, do contexto concreto dos adolescentes, pois, afinal a linguagem nunca é um exercício puramente individual.

Outro ponto importante é a relação entre professor e aluno. Segundo as Cella e Camargo, os educadores devem se conduzir de acordo com os ideais de cidadania, democracia e com o respeito à pessoa em desenvolvimento. O valor dessa prática está mais no exemplo de conduta democrática, legalista e justa do que no vínculo afetivo com o jovem. Como nas discussões em sala de aula, o efeito da relação aluno-professor é promover a reflexão crítica do jovem sobre si mesmo. Vemos por esse exemplo da conduta do professor, que é a reflexão moralizante é o principal pilar desse modelo de escolarização. Seu objetivo é propiciar ao indivíduo uma revisão cognitiva das crenças, que resulte na transformação de sua vida. Dizemos, portanto, que o instrumento dessa prática escolar é a reflexão moral e que seu objetivo é a transformação do indivíduo.

O tema da cidadania tem grande importância nas práticas pedagógicas. O foco da ação socioeducativa são as relações do jovem. Sejam as iniciativas de alfabetização, sejam as atividades relacionadas à construção da cidadania, o que está em foco é a rede de relações do jovem. A imposição de deveres e o respeito aos direitos dos internos são, por si mesmos atividades educacionais, pois modificam a relação que o jovem possui com a autoridade, com o governo e, por consequência, com a cidadania. Conforme nos diz Gonzales:

Construir cidadania e forjar a consciência do que significa direitos humanos traduz-se em um “ato de formar virtudes” que procure desenvolver ações para uma transformação positiva e permanente das relações do adolescente consigo mesmo, com os outros e com o mundo ao redor. Parte-se do princípio de que o “educável” no ser humano são as relações e que a função educativa pertence a toda sociedade como obrigação e direito, tarefa que não é exclusiva das UISEs. (GONZALES, 2006, p. 557)

Há toda uma pedagogia socioeducativa baseada no conceito de cidadania. O diálogo, a participação, as normas cotidianas, a elaboração compartilhada de planos futuros

são as práticas dessa educação cidadã. Por isso é que é importante estabelecer vínculos entre os conteúdos apreendidos e as experiências concretas dos jovens. Sobre isso nos diz o autor:

É na prática cotidiana que o jovem aprende a afirmar sua identidade e a valorizar a convivência coletiva. É o próprio jovem que, ao aprender a reconhecer no dia-a-dia seus direitos e deveres, assim como a importância dos limites da humanização da pessoa, fará da prática educativa cotidiana um ato de referência vital e concreto para a construção de valores e, por fim, da cidadania. Essa referência vital na prática de direitos e deveres, mais de limites do que de sanções, fará com que esses adolescentes se tornem mais livres e, por fim, se descubram como pessoas vivendo em sociedade. (GONZALES, 2006, p. 559)

VI.ii- As Práticas pedagógicas aplicadas em MSE-MA

Essa parte baseia-se em dois documentos: no levantamento acerca da execução da medida de LA na cidade de Belo Horizonte publicado sob o título “O programa de Liberdade Assistida de Belo Horizonte”⁶⁰; e na entrevista com Carmen Craidy, professora da faculdade de educação da UFRGS, acerca da pedagogia socioeducativa no estado do Rio Grande do Sul⁶¹.

Quanto às iniciativas de escolarização na medida de LA, Vargas e Marinho constatarem que o trabalho dos orientadores sociais com as escolas melhorou muito a relação dos jovens usuários com as instituições de ensino. Os adolescentes têm mais chance de aceitação quando o orientador cumpre com uma tarefa, apesar de, algumas vezes, sofrerem certa pressão para que abandonem as escolas. Quando o orientador social intervém na escola pela inclusão efetiva do jovem, os resultados geralmente são satisfatórios:

⁶⁰ Escrito por Joana Domingues Vargas e, Frederico Couto Marinho esse artigo foi publicado na revista *Educação & Realidade* no ano de 2008.

⁶¹ CRAIDY, Maria. “A Pedagogia das Medidas Socioeducativas no Estado do Rio Grande do Sul.” In *Educação & Realidade* nº33, v. 2, Porto Alegre, 2008. p. 177 – 189. Entrevista concedida a Luís Armando Gandin, Gilberto Icle e Simone Moschen Rickes.

Bons resultados de parceria com a escola também foram relatados pelos técnicos, especialmente através da divulgação e do esclarecimento sobre as funções e alcances do programa nas escolas. Do mesmo modo que na relação do Programa com a Justiça, observa-se que, quando se estabelece relacionamento contínuo com pessoas chaves da instituição, há um maior envolvimento dessas com o LA e, conseqüentemente, melhores resultados. (VARGAS; MARINHO, 2008 p. 159).

A importância do orientador na efetivação do princípio pedagógico é reafirmada no texto supracitado. Entretanto, como apontam Vargas e Marinho, a falta de uma normatização do processo pedagógico tornou-se um grave problema na execução da LA. A escassez de iniciativas eficazes na execução e a falta de investimentos conceituais, por parte dos operadores socioeducativos, expõem a incapacidade dos profissionais em contornar as lacunas na normatização dos procedimentos da LA e a negligência teórica.

Exporemos agora as considerações pedagogicamente relevantes discutidas na entrevista com Crady Maria. O primeiro dado trazido na entrevista de Carmen Maria Craidy diz respeito ao local de execução da LA e da PSC: na LA 45% dos adolescentes é recebido unicamente pelo poder executivo municipal, 30% fica ao encargo do juizado e pouco mais de 10% são atendidos em ONG's; na PSC as secretarias municipais absorvem 75% dos adolescentes, o restante está dividido em escolas, creches e hospitais. Nota-se que o local que mais recebe os jovens infratores são as secretarias municipais.

Quando questionada acerca do valor da escola em relação às práticas infracionais, Craidy se limita a reafirmar o papel preventivo da escolarização.

Os dados demonstram que o abandono da escola é um agravante na situação de vulnerabilidade do adolescente. Basta dizer que cerca de 50% dos que cometem ato infracional já abandonaram a escola. Esse índice é muito mais elevado do que para o conjunto da população na mesma faixa etária. (CRAIDY, 2008, p. 180).

Não se possui instrumentos adequados para a avaliação da eficácia das medidas. No entanto, alguns dados foram obtidos. Os coordenadores afirmaram que a aplicação da PSC é eficaz em 75% dos casos. Entretanto, a pesquisadora adverte que a validade dessa informação é questionável, pois as respostas dadas pelos coordenadores do programa

dependem da concepção de eficácia pedagógica que tem o profissional socioeducativo. Para 18,7% dos coordenadores, o efeito positivo da PSC é o disciplinamento do jovem. Para 17,3% deles, é a aquisição de responsabilidade que representa a eficácia das medidas; e para 13,3%, o efeito causado pela organização é responsável pela eficácia da medida.

A situação pedagógica da PSC é precária. Geralmente, o adolescente ocupa uma função que não é realizada por falta de funcionários. Não há orientação, na maior parte das vezes encarrega-se o serviço de aconselhamento do jovem para os funcionários menos capacitados. Além disso, os trabalhos realizados pelos jovens são os menos qualificados.

Tanto os dados trazidos pelas referências (funcionário encarregado de orientar o jovem na entidade onde prestará seu serviço) como pelos orientadores revelam que a tarefa mais comum a ser desempenhada pelos adolescentes em PSC é aquela que envolve atividades de limpeza e serviços gerais. Embora com pouca expressão, apareceram, em alguns casos, tarefas específicas conforme a natureza do local: confecção de fraldas, montagem de equipamentos, xerox, digitação, esterilização de materiais cirúrgicos, cuidado de crianças, organização de livros, etc. (CRAIDY, 2008, p. 183)

Quanto à participação do jovem na avaliação final das medidas, os resultados são positivos. Cerca de 65% dos adolescentes participa ativamente do balanço final. E mais da metade (53%) dos orientadores de referência acreditam nos efeitos benéficos das medidas de PSC. O valor da PSC, segundo esses profissionais, está no desenvolvimento de responsabilidade, na aquisição de conhecimentos, criação de expectativas para o futuro, experiência de identificação com diversas pessoas com as quais o jovem convive durante o tempo de cumprimento da PSC. Um número significativo: 11% dos referenciais acreditam que as medidas não produzem efeitos benéficos, gerando sentimentos de revolta e desolação no jovem. O papel exercido pelas referências na PSC é pífio, muitos exercem a função contrariados e cultivam preconceitos fortes, mesmo assim o percentual de jovens que cumprem adequadamente a medida é bom (54%).

Como na LA, o valor pedagógico e a eficácia da medida dependem da sensibilidade e do envolvimento do orientador. Quando se estabelece entre ele e o jovem um vínculo, a eficácia da medida aumenta.

Conforme já citado, como em muitos casos a medida é aplicada apesar das falhas nas garantias dos direitos fundamentais e protetivos, o vínculo afetivo acaba significando experiência positiva na vida dos adolescentes, fazendo com que até as atividades de serviços gerais, as mais comuns nesse universo, possam causar efeitos positivos. Não é por acaso que o que mais apareceu como mudanças causadas pela PSC, foi o critério relacionamento. (CRAIDY, 2008, p. 187)

A entrevistada também nota que, apesar do pouco investimento público nas medidas, os efeitos benéficos são aparentes. Menos de 10% das instituições de execução da PSC recebem alguma contribuição financeira, faltam profissionais e as instituições sobrevivem com uma verba irrisória.

VI.iii- Usos do Plano Individual de Atendimento e do sistema de progressão-regressão

A elaboração de um Plano Individual de Atendimento deve respeitar o programa pedagógico da entidade e do município. A elaboração do PIA deve ser feita por um grupo interdisciplinar de técnicos com base em um estudo de caso. Deve-se considerar na elaboração do Plano os aspectos psicológicos, sociais, pedagógicos, jurídicos, familiares, comunitários e médicos da vida do jovem. A realização de entrevistas com o jovem e, se necessário, com sua família são peças importantes na elaboração desse documento.

O conteúdo do PIA é composto pela descrição e cronograma das tarefas a serem realizadas, pela elaboração e detalhamento dos instrumentos e objetivos pedagógicos a serem seguidos na execução, pelo diagnóstico ou estudo de caso e pela proposta de inserção comunitária. O estudo de caso também subsidiará as ações assistenciais do orientador e no encaminhamento do jovem aos serviços de sua comunidade. É importante que se atualize constantemente o programa, que se discuta com os pais e familiares sobre o planejamento, mantendo-os sempre a par do processo.

Ele é constituído por meio do *estudo de caso* subsidiado pelas avaliações psicológica, social, pedagógica (técnicos em educação e em recreação), jurídica e de saúde (física e mental), visando construir, com o adolescente e sua família, as atividades que o auxiliarão no seu desenvolvimento pessoal e social. (LIBERATI, 2006, p. 384)

É necessário que se considere na elaboração do PIA os seguintes aspectos: educação formal; profissionalização; cultura, lazer, esporte e espiritualidade; saúde; relações familiares e afetivas; relações comunitárias e institucionais; e aspectos jurídicos.

Os incidentes de execução são eventos que acarretam uma revisão da primeira decisão judicial. Podem ocorrer naturalmente conforme o desenvolvimento normal da execução. O cumprimento adequado deve motivar a progressão de uma medida em direção a uma mais branda. O descumprimento injustificado pode levar à regressão de uma medida em meio aberto à uma de privação de liberdade. É possível também que se altere o plano inicial em função de um incidente jurídico, como o desrespeito às garantias legais pelo órgão executor ou por uma nova condenação. A normatização dos procedimentos decorrentes dos incidentes de execução constitui um regime de progressão/regressão do sistema socioeducativo.

Esses incidentes são divididos em quatro tipos: conversão ou substituição natural de uma medida por outra, pelo excesso ou desvio, pela superveniência de uma nova medida e pela extinção da medida. A conversão ou substituição ocorre quando há uma reavaliação do juiz na qual se determine um relaxamento, enrijecimento da pena ou mera conversão de uma medida em outra da mesma natureza. Pode-se passar, no caso de uma avaliação positiva, de uma pena de privação de liberdade ou de semiliberdade a uma medida em meio aberto ou, no caso contrário, pode-se regredir de uma medida em meio aberto para uma de internação. A regressão só é permitida nos casos de não cumprimento injustificado de uma medida em meio aberto (BRASIL, ECA, art.122, inciso III, 1990):

Esta exceção é conhecida como internação-sanção, pelo fato de que a medida restritiva de liberdade é imposta, aqui, como uma punição pelo descumprimento de medida anteriormente imposta. Por ter esse caráter é obrigatória

a oitiva do infrator, que não cumpriu as exigências permissivas da progressão da medida. (LIBERATI, K. 2006, p. 387)

Entretanto, é o instituto da progressão que tem aqui maior peso. Em especial quando se trata do relaxamento da internação, pois, nesse caso, a alteração da medida vai ao encontro do princípio de excepcionalidade e brevidade da internação. Ademais, a progressividade é um princípio pedagógico do procedimento socioeducativo. A acumulação de méritos e conquistas ao longo da medida deve, sempre que possível, levar a uma reavaliação do PIA e a uma consequente atualização e adequação da determinação judicial. A progressão expressa o princípio do direito penal mínimo e representa uma nova etapa socioeducativa, na qual a convivência familiar e comunitária ganha importância.

Tanto a regressão quanto a progressão devem ser precedidas pela oitiva do jovem em juízo. No caso da regressão assegura-se ao jovem o direito à presença de seu defensor, assim como a possibilidade de recurso. A substituição de uma medida de meio aberto por outra semelhante pode ocorrer desde que se o ordene pelo juiz. Em geral, isso ocorre quando a medida proposta se mostre menos adequada do que outra. O sistema de progressão/regressão está intimamente ligado ao PIA, pois deve-se registrar nesse documento: as tarefas executadas pelo educando, as observações acerca do empenho do jovem, a avaliação dos relacionamentos que o adolescente mantém, enfim, todos os dados necessários para analisar o desenvolvimento do jovem durante a execução da medida.

O excesso ou desvio consistem numa situação de desrespeito às normas vigentes por parte do órgão ou funcionário de atendimento socioeducativo, abuso administrativo ou incapacidade de aplicação da primeira determinação. Pode-se substituir uma medida por outra mais adequada ou simplesmente extinguir a pena. Uma falha do governo não pode resultar numa regressão, pois a penalização do jovem em razão de uma falta que não é sua contraria o princípio da reserva legal.

Nos casos em que se condena o jovem ao cumprimento de uma nova medida em razão de um ato posterior à primeira condenação pode haver acumulação de medidas ou adoção da medida mais severa e extinção da outra. A cumulação está limitada aos casos de condenação a medidas de meio aberto desde que a cumulação seja possível e adequada. Assim, pode-se responder simultaneamente por PSC, obrigação de reparar o dano e advertência.

A cumulação de medidas socioeducativas é, pois, possível. Cumular medidas significa cumpri-las simultaneamente, desde que tenham a mesma abrangência pedagógica, ou seja, a mesma amplitude da intervenção da estratégia pedagógica. A regra geral da cumulatividade é que somente podem se cumular medidas diferentes classificadas no mesmo grau de amplitude pedagógica. Como consequência, *somente se mostram cumuláveis entre si as medidas em meio aberto* (dotadas da mesma amplitude). Outra regra, embutida nesta mais geral é a de que as medidas socioeducativas de desempenho não são cumuláveis entre si. As medidas de tarefa podem ser cumuladas entre si e com outra de igual amplitude (Liberdade Assistida). (LIBERATI, K. 2006, p. 390)

Se no cumprimento de uma primeira medida de privação de liberdade, sobrevier outra condenação, o juiz deverá: a- extinguir a nova medida no caso de condenação à semiliberdade ou internação; b- cumular uma medida de meio aberto se isso for possível; c- suspender a execução da nova medida em meio aberto, até que a internação seja cumprida, podendo depois extinguir a nova pena ou mesmo retomá-la.

VI.iv- As técnicas terapêuticas desenvolvida no CASE de São Bernardo do Campo

Analisa-se a seguir a prática terapêutica empregada no CASE. O princípio pedagógico dessa iniciativa foi estabelecido ao longo do processo com a contribuição dos diversos profissionais que trabalharam do centro. Distinguimos dois tipos de técnicas empregadas nessa instituição. A primeira, de ascendência pastoral e de execução coletiva, baseia-se em práticas terapêuticas focadas nas relações afetivas e em um conjunto de procedimentos técnicos que conduzem o estabelecimento de vínculos pessoais entre o jovem e seu educador. As segundas são os exercícios discursivos-reflexivos de autoavaliação, auto-observação e auto-narração e a manipulação dos processos de formação identitária também são mencionados.

A honestidade e clareza na recepção e o respeito e a informalidade na convivência

cotidiana são instrumentos para a constituição de uma socialização modulada. A atenção e cuidado no aperfeiçoamento técnico das práticas pedagógicas, assim como a flexibilidade e a constante revisão da ação socioeducativa, marcam o modo de produção de saberes científicos no interior da instituição. Sobre esse saber técnico Heloísa Daniel diz:

As reflexões técnicas em grupo proporcionam aos educadores conhecimentos relacionados à tecnologia de planejamento, pesquisa, observação, entrevista, operação de oficinas, elaboração de relatórios e tudo o que se apresentar como necessário durante o processo socioeducativo do adolescente. Leitura de textos escolhidos norteia e dá sentido à análise do conhecimento acumulado sobre as temáticas específicas, assim como aos ordenamentos conceituais e operativos relacionados à adolescência, à infração, à socioeducação e outros. O cuidado com os riscos de um discurso moralista e doutrinário deve ser tomado para que a reflexão crítica seja feita numa perspectiva ética, com valores que norteiam a ação. (DANIEL, 2006, p. 526)

Além do investimento teórico na formação dos profissionais e do projeto pedagógico, destaca-se o papel desempenhado pela experiência pessoal e pelo contato direto com o adolescente na formação do saber operacional descrito no artigo. A direção teórica estabelece uma meta ética sem conteúdo determinado: é preciso agir pedagogicamente, respeitar o desenvolvimento do jovem. Contudo, o conteúdo dessa ação pedagógica não encontra uma determinação positiva dada de antemão. As práticas terapêuticas não pretendem, a princípio, desenvolver um conteúdo pedagógico específico. São regras para a conduta do profissional, como, por exemplo: evitar aproximações moralistas. Os objetivos das ações terapêuticas não se direcionam a um fim exterior, não são reflexivas, mas encontram na própria mecânica das relações afetivas e dos laços sociais sua meta.

A técnica terapêutica empregada no CASE está vinculada a uma determinada noção teórica de adolescência e de infração juvenil. Os fundamentos dessa noção são: que a constituição da identidade na adolescência é um fenômeno relacional; que este período da vida é marcado pelo afastamento entre o jovem e a família e pelo estabelecimento de um grupo autônomo; que o indivíduo afirma-se a partir dos novos valores adquiridos no grupo; que o envolvimento em atividades ilícitas está muitas vezes atrelado a essa dinâmica

relacional do grupo. Nesses casos, o desenvolvimento de uma personalidade infratora é comum:

A identidade do adolescente que pratica atos infracionais vai sendo construída no processo de seu desenvolvimento como tal. Tendo clareza de que a construção da identidade dos sujeitos se faz a partir do outro e de que, na adolescência, o outro é sua tribo, no CASE investe-se em uma metodologia baseada na convicção de que, para romper essas malhas, o jovem precisa de ajuda e essa ajuda vem de seu próprio grupo, sendo obtida com a orientação de seu educador. (DANIEL, 2006, p.524)

A ação terapêutica nessa unidade está estruturada sobre essa teoria da formação da identidade. O objeto de intervenção dessa ação é a rede relacional do usuário. O primeiro passo desse processo terapêutico é a criação de um laço de confiança entre o educador e o educando. O profissional segue uma série de procedimentos, de regras de condutas cujo fim é estabelecer uma relação informal de respeito mútuo.

Muitas vezes, salienta Heloísa Daniel, o jovem que chega ao CASE vivencia uma situação de vulnerabilidade social, marcada por relações prejudiciais e por uma autoimagem deturpada. Por isso, o trabalho terapêutico inicia-se logo após a audiência final do processo jurídico. O educador deve, nesse momento, se inteirar sobre a medida aplicada e deve procurar amenizar o sofrimento e aflição do adolescente e sua família. A reunião de interpretação da medida ocorre em seguida.

No primeiro encontro são organizados grupos de pais e de adolescentes para debater o ato infracional. Após a divulgação dos resultados da discussão, a equipe técnica analisa o processo jurídico do jovem e o explica ao jovem e sua família. São dadas algumas instruções quanto à natureza da medida e seu funcionamento. Ao fim do encontro, os técnicos devem começar a coleta de dados a partir de entrevistas individuais. Quando necessário, deve-se entrevistar os pais ou responsáveis. O ambiente desse primeiro encontro deve ser amigável e informal: “Inicia-se a partir de então a construção dos vínculos de confiança entre eles. Para tanto, é importante que os educadores tenham presente a necessidade de uma atitude de escuta e de respeito.” (DANIEL, H. 2006, p. 529)

Na primeira fase do atendimento, os técnicos devem colher o máximo possível de informações sobre o jovem. Em especial, deve-se investigar o significado da infração na vida daquele sujeito. O envolvimento do adolescente e de sua família é essencial na fase inicial.

Na recepção do adolescente, o objetivo principal dos técnicos é estabelecer um laço de confiança. A própria coleta de dados que enseja a reunião é deixada em segundo plano. Quando se trata de conhecer o novato, deve-se focar nas relações que o jovem mantém com sua família e com sua comunidade. A abertura dada ao adolescente, ainda no primeiro contato, para que ele se expresse, faz parte da técnica terapêutica. Ora, o adolescente chega ao centro em uma circunstância absolutamente desfavorável. Provavelmente, ele já foi submetido ao processo jurídico e da apreensão policial dos quais não deve guardar boa lembrança. A assimetria das relações de poder é gigantesca e, obviamente, o jovem responde a ela com uma postura defensiva. É preciso fazer o adolescente sair dessa postura, buscar uma relação mais igualitária. Por isso a exigência de informalidade, cortesia e confiança. Na sequência do texto, Heloísa Daniel afirma que o educador deve deixar a burocracia em segundo plano, a fim de estabelecer uma relação de cumplicidade e parceria com o jovem.

Findada essa primeira fase, o jovem deve ser incluído num grupo terapêutico. A metodologia e duração das reuniões dependem do tipo de medida aplicada. É necessário que o grupo reflexivo mantenha os mesmos adolescentes e o mesmo educador ao longo do processo. O estabelecimento de vínculos entre os usuários e entre eles e o orientador é essencial para o sucesso dessa técnica. O orientador deve conduzir o grupo no sentido de formar uma identidade comum. Para tanto, deve motivar os participantes a compartilhar suas experiências, suas aflições, seus desejos e esperanças, buscando sempre destacar o que há de comum entre os jovens. As reuniões e discussões também são fontes de informações sobre os jovens. O educador deve ficar atento ao que dizem e como se comportam. É inevitável que se trate da questão das infrações no grupo de reflexão. O técnico deve incentivar a troca de experiências e a expressão das dificuldades enfrentadas por cada um. A reunião deve ser realizada semanalmente.

Nesses grupos, os exercícios coletivos de auto-narração possuem especial importância. Os jovens são incitados a elaborar relatos biográficos centrados no episódio da

infração. Essas práticas organizam e promovem processos de subjetivação controlados. Manipulando e arranjando artificialmente o ambiente social da instituição, utilizando-se das características e habilidades do jovem e de suas relações pré-existentes, os educadores devem estabelecer um meio que propicie um desenvolvimento subjetivo dentro de um padrão adequado. O adolescente é incitado a expressar-se segundo a estrutura do espaço terapêutico. Tal exercício não consiste na mera representação verbal da vida passada do jovem, como se sua vida consistisse, *a priori*, uma verdade dada, um conjunto de momentos reunidos pacificamente sob a unidade universal do sujeito. Antes, as narrativas de si devem ser o espaço para a elaboração desses sujeitos. Espaço constituído por regras que devem conduzir os desenvolvimentos individuais segundo certos cânones, a partir de certos exercícios.

Como é possível garantir que se invente essa fábula da subjetividade? É o educador que deve conduzir esse processo. Ao definir e explicar à função do grupo o técnico, suas regras e procedimentos, o educador apresenta as regras as quais se deve seguir naquele espaço. Define-se, por exemplo, que os participantes devem desenvolver discursos sobre si mesmos, que devem refletir criticamente sobre a função e o lugar da infração em suas histórias, que devem compartilhar seus sentimentos e dividir suas dificuldades, que é preciso manter uma unidade no grupo etc...

Quando os técnicos pedem para os adolescentes novatos se apresentarem ao grupo eles não o fazem de qualquer forma. Incentivam os indivíduos a produzir um relato de sua vida pregressa e que discorram sobre as circunstâncias que o trouxeram ao CASE. Dessa forma, organiza-se um jogo discursivo propício a elaboração de narrativas, de histórias individuais de vida centradas no episódio do cometimento da infração e na busca de uma identidade compartilhada, que se funda na superação das causas e efeitos do comportamento delinquente. Busca-se a elaboração de um relato que relacione a ação criminosa à história do indivíduo, produzindo uma interpretação da vida do jovem que explique a emergência do comportamento criminoso.

A reflexão crítica sobre os temas propostos promove uma avaliação crítica, um juízo moral do jovem sobre si mesmo, cuja função é incentivar mudanças subjetivas e incitar a formação de um juízo de valor do jovem sobre si mesmo. Essas mudanças são operadas no próprio ato narrativo, na medida em que o jovem é levado a trabalhar em seu discurso questões como a responsabilidade, o reconhecimento da culpa, a elaboração de um projeto de vida e a identificação dos elementos de sua vida que estão relacionados com o crime. O compartilhamento das experiências produz processos identitários compartilhados e fortalece os vínculos entre os jovens. A condução das participações e falas dos jovens pelos técnicos

visa estabelecer relações entre as diversas narrativas, conectando os problemas e dificuldades enfrentados por uns com as soluções e avanços experimentados por outros. Os relatos de sucesso e superação da condição a qual se encontram os jovens é valorizado e usado como exemplo para os indivíduos menos adiantados.

Nessas narrativas as vivências pessoais incentiva-se a produção de verdades do jovem sobre si mesmo. Constitui-se, dessa forma, um processo de subjetivação que é essencialmente reflexivo. Atrelam-se a esse investimento verbal técnicas voltadas ao autocontrole, ao auto-disciplinamento e práticas que servem ao desenvolvimento de um sistema de juízos reflexivos, que sustentará o desenvolvimento do que chamamos de responsabilidade. A faculdade de responsabilidade não deve ser concebida como inata, ao contrário, é um fenômeno construído. A criação de uma narrativa biográfica centrada no reconhecimento da infração e em seu juízo crítico precede o desenvolvimento da responsabilidade.⁶² A existência de tal maneira de se comportar está relacionada ao desenvolvimento de técnicas discursivas reflexivas, à formação de uma faculdade de julgar criticamente a si mesmo.

Os registros colhidos pelos educadores ao longo do tempo constituem, ao mesmo tempo, um quadro das condições individuais de cada adolescente e um arsenal de dados que permitem fundamentar as ações futuras e melhorar a eficácia das intervenções pedagógicas. Monta-se uma base de dados na qual se equaciona: as variáveis biográficas, psicológicas, sociais e pedagógicas dos jovens; as formas de intervenção; e o grau de eficácia das ações. Tal quadro deve fundamentar as ações dos técnicos a partir dos fracassos e sucessos das experiências anteriores.

Nos grupos, desenvolve-se uma experiência social controlada. Os indivíduos se relacionam entre si, criando vínculos afetivos, inclusive com o educador. Esses encontros também são um espaço de aprendizado, de aquisição de saberes e de habilidades sociais. A própria dinâmica interna das reuniões, com suas regras e limites, propicia o desenvolvimento de certas competências sociais: o respeito pelos outros; a obediência às regras; a capacidade de se fazer expressar e de se posicionar ativamente; a habilidade de escuta e compreensão, etc...

O estabelecimento de uma rede relacional entre os adolescentes de um grupo reflexivo é um dos objetivos centrais da terapia. Como sempre há no grupo pelo menos um adolescente que está mais adiantado no processo socioeducativo, garante-se um controle mínimo das

⁶²Sobre as técnicas de si nas práticas pedagógicas ver: Larrosa, Jorge. “Tecnologias do eu e educação”. In: Silva, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

condições sobre as quais os indivíduos do grupo trocarão experiências e afetos. Esse primeiro laço afetivo estabelecido com o grupo se estenderá aos poucos aos educadores. A condução regrada e controlada da relação afetiva entre o profissional e os adolescentes instaura uma nova forma de socialização nesse indivíduo, aumentando-lhe o repertório *afetivo-cognitivo* e o ensina a se portar diante das autoridades seguindo os padrões socialmente desejados. Essa nova forma de socialização estrutura-se sobre os princípios da cidadania, da responsabilidade, da participação, do respeito ao próximo e da democracia.

Esse aumento do repertório das estratégias relacionais, conduzido adequadamente, resultará num alargamento do conjunto de relações potenciais ao qual o jovem tem acesso. Cada nova possibilidade explorada pelo sujeito, cada novo vínculo estabelecido aumenta a influência dessa nova mecânica relacional adquirida, prepara o indivíduo para aprimorar, diversificar e aprofundar, cada vez mais, suas técnicas sobre si mesmo. A condução regrada do profissional, a modulação do meio sobre o qual o jovem se desenvolverá é condição para as relações adquiridas posteriormente a partir dos exercícios reflexivos. Quanto mais se emaranha o jovem nessa teia de relações regradas, mais avança a nova configuração subjetiva. Com o passar do tempo a representação que o adolescente tem de si é contaminada pelo novo modelo afetivo. Formula-se uma autoimagem segundo as regras de vinculação da nova estrutura. A responsabilidade, o comprometimento e o respeito ao próximo caracterizarão essa nova representação que o adolescente faz de si mesmo.

O envolvimento da família no processo permite o reordenamento dos vínculos tão necessários ao bom andamento do processo de desenvolvimento. Os conflitos gerados pelo abandono dos parâmetros de identificação familiares em detrimento dos valores cultivados pelas *galeras*, pelas *gangs*, pelos conjuntos desgovernados de jovens, se enfraquecem em razão do gradual distanciamento entre o jovem e os valores antissociais. A autoimagem desenvolvida durante o cumprimento da medida é componível com a estrutura familiar, de tal forma que uma reforça e apoia a outra. A relação entre o jovem e a família tende, aos poucos, a assumir a forma de sociabilidade – responsável - elaborada nos exercícios reflexivos.

A última etapa desse processo de transformação da capacidade relacional do adolescente é a reconfiguração do laço que ele mantém com o Estado, com o poder público e com autoridade em geral. A ação pedagógica chega ao seu termo quando o indivíduo relaciona-se adequadamente com as figuras que encarnam o poder. Compreendemos por “apreender a relacionar-se adequadamente com o Estado” o processo de desenvolvimento subjetivo que capacita o indivíduo à obediência. Vimos como o estabelecimento – muito bem

regrado - de um vínculo entre educando e educador altera a mecânica subjetiva do jovem e culmina na interiorização de uma estrutura hierárquica determinada.

Descrevemos aqui um dispositivo terapêutico baseado em técnicas de auto-narração e de desenvolvimento de juízos morais reflexivos. Esses dispositivos se assemelham aos descritos por Jorge Larrosa⁶³ em “Tecnologias do Eu e Educação”. São exercícios pedagógicos cuja finalidade é desenvolver no educando um discurso, uma relação de si para si, de fundar uma reflexibilidade no indivíduo. Tais práticas não buscam reproduzir formas subjetivas estanques, mas, sim, criar um espaço, composto por um conjunto determinado de regras, no qual o sujeito se desenvolverá a partir da relação consigo mesmo. O sujeito surge do desenvolvimento da relação de si consigo mesmo, das práticas reflexivas, da dobragem do eu sobre si. Nesse sentido, o homem, o homem responsável, o cidadão consciente é um produto acidental e singular de um conjunto de operações técnicas que elaboram uma individualidade reflexiva.

Tal concepção dos processos subjetivos é contrária às noções universais de homem que se naturalizam nos mais diversos discursos e que, não poderia ser diferente, é imanente aos mais diversos discursos que pensam a questão do atendimento socioeducativo. Raramente encontramos uma reflexão sobre a questão que problematiza essa noção, que questiona a naturalização do homem, do adolescente e do processo de desenvolvimento que os separa. Se fosse necessário apontar um fundo comum para as diferentes vozes que tratam da questão dificilmente poderíamos escolher um universal mais representativa do que a de homem. Dos defensores da redução da maioria penal aos teóricos garantistas, todas as vozes são uníssonas e dizem, a todo o momento, o homem universal. Cito Larrosa:

No discurso pedagógico atual, por exemplo, muito influenciado pela Psicologia Social do Desenvolvimento, é quase obrigatório falar de como se "desenvolve" a auto-identidade, o autoconceito ou, em geral, a consciência de si, em um sentido cada vez mais "diferenciado", mais "maduro" ou mais "realista", sempre que se dêem as condições adequadas. Em um contexto terapêutico, e com matizes distintos, segundo a orientação teórica e prática da terapia em questão, é frequente falar de formas não desejáveis ou inclusive patológicas da relação da pessoa consigo mesma como, por exemplo, a culpabilidade e a vergonha de si em alguma de suas modalidades extremas, a irresponsabilidade, a debilidade da vontade ou do caráter, a ausência de autoconfiança, a perda ou o debilitamento da identidade, distintas formas de neurose ou de psicose tomadas como patologias do princípio de identidade, etc. Portanto, todos os termos dos quais falava antes podem ser elaborados também como se fossem características normativas do sujeito formado ou maduro, ou do sujeito são ou equilibrado, que as práticas educativas e/ou práticas

⁶³ Filósofo português, professor da Universidade de Barcelona, é um dos autores que melhor encarnou a metodologia de Michel Foucault.

terapêuticas deveriam contribuir para constituir, para melhorar, para desenvolver e, eventualmente, para modificar. (LARROSA, 1994, p. 40)

Nesse estudo sobre as técnicas de si na educação, Larrosa descreve três técnicas pedagógicas que visam produzir sujeitos a partir de jogos discursivos regrados. Descrevamos brevemente esses dispositivos. A primeira técnica analisada é voltada às crianças com idade de nove anos. Consiste em: 1- propor a elaboração de um discurso sobre a individualidade do aluno, da invenção de uma verdade sobre si mesmo, baseada nas preferências e atributos individuais; 2- na exposição mútua do discurso formulado em grupos de dois alunos; 3- na produção de cartazes pelas duplas, nos quais se apontará as semelhanças e diferenças entre os diferentes discursos reflexivos; 4- na exposição, compartilhamento dos cartazes para o grupo inteiro e na discussão dos resultados gerais.

A segunda técnica descrita no artigo passa-se em um curso de alfabetização de adultos na Catalunha. Após lerem um relato de um aluno sobre um professor reprimido pelo franquismo que reunia em sua casa um grupo de estudos. Na história expõem-se os valores e qualidades desse professor – honradez, amizade com os pobres, desprezo pela elite franquista. Narra-se também o modo como se davam as aulas e o conteúdo delas. O texto termina com uma avaliação, uma reflexão acerca dos motivos da repressão por parte de Franco que aponta o desinteresse das classes dominantes em ensinar aquelas crianças pobres. Na sequência, abre-se espaço para que os alunos falem sobre a história narrada e que, depois, escrevem um texto individual. A narrativa do professor da Catalunha serve como modelo para elaboração dos relatos individuais. A referência à narrativa primeira leva os alunos a produzirem relatos segundo três modelos, cada um tomando do texto certa regra de composição: uma parte dos educandos narrou sua vivência durante o franquismo, relacionando esse passado com a atualidade; outra parte contou a experiência pessoal de sua escolarização; e os demais relataram suas relações com pessoas que representam papel importante em suas vidas e em suas “tomadas de consciência”.

O terceiro exemplo das práticas de si sobre si na educação é um exercício de auto-observação e autoavaliação concebido para um curso de filosofia da educação cujo público-alvo eram professores. Consiste na anotação e descrição das práticas e ideias pedagógicas dos professores por eles mesmos segundo um modelo de relatório pré-estabelecido. Na sequência os professores eram encorajados a refletir sobre suas práticas, julgar suas ideias e modificar a

relação que mantinham com o ensino. Trata-se de um conjunto de regras e operações voltado a produzir transformações subjetivas.

Percebe-se que, nesses três exemplos, o discurso auto-narrativo e o sujeito reflexivo emanam de um conjunto de regras e orientações não restritivas, mas, sim, propositivas. Pedese que os alunos escrevam e falem sobre si mesmos, sobre suas vidas, que comparem, se diferenciem e se identifiquem com os demais indivíduos. Que façam as observações sobre si mesmos, a partir de determinadas categorias, seguindo certo padrão formal. Organizam essa estrutura discursiva de modo a propiciar uma autoavaliação do aluno e produzir uma certa modificação na relação que os educandos mantêm com si mesmos.

As técnicas terapêuticas empregadas no CASE de São Bernardo compartilham algumas dessas características atribuídas às essas técnicas educacionais voltadas ao Eu. A proposição de um exercício de auto-narração e de reflexão moral em função do episódio infracional, o cuidado na condução dos processos identitários e a busca pela criação de um vínculo com o orientador são técnicas voltadas à modificação da relação que os adolescentes mantêm com sigio mesmo. As intervenções sobre a relação do jovem com sua família, com a comunidade e, até mesmo, com a autoridade são desdobramentos das ações que visam reeducar a postura e o discurso dos adolescentes sobre si mesmo. A ênfase no estabelecimento de laços afetivos destoa das técnicas mencionadas por Larrosa. Podemos remetê-las ao pastorado cristão, pois, como se sabe, a igreja católica atuou junto às instituições de atendimento à juventude desviada desde seus princípios. Ainda hoje, a pastoral da infância exerce influência sobre as práticas de atendimento⁶⁴.

VI.vi- Análise comparada entre as técnicas terapêuticas nas MSE e as técnicas de atendimento a jovens infratores e usuários de drogas nos EUA

Apresentaremos agora quatro tipos de técnicas terapêuticas utilizadas nos EUA para o tratamento de jovens delinquentes usuários de drogas. Essas técnicas são expostas no

⁶⁴ Ver artigo: MONDRAGÓN, Frei G.; CHINGAL, Frei E. A medida socioeducativa de internação. Uma construção de relações. In ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA;. (Org.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. Ed..São Paulo: ILANUD, 2006, v. 1, p. 573-592. Nesse texto os freis da Congregação Religiosa Terciarios Capuchinos narram e descrevem as práticas empregadas em uma UI administrada por uma instituição religiosa. Nota-se no texto como essas práticas se adequam aos novos princípios do ECA na mesma medida em que enquadrava-se na era tutelar.

artigo de David W. Springer, que faz um apanhado dos modelos de tratamento de adolescentes delinquentes e usuários de drogas. Apesar de não tratar da justiça juvenil brasileira, o artigo foi publicado no periódico da faculdade de educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem, portanto, relevância para o debate nacional. Seleccionamos práticas que se assemelham as utilizadas na socioeducação. Nosso objetivo é mostrar que as práticas empregadas nas instituições de responsabilização juvenil brasileiras têm semelhanças com formas institucionais aprisionais, flexíveis e abertas. Veremos como certas funções próprias das instituições disciplinares são (re)apropriadas nesse novo modelo pedagógico. Por fim, constatamos a permanência de certos traços institucionais arcaicos.

Começamos pelas *Comunidades terapêuticas*. Instaladas em edifícios de arquitetura residencial, o modelo de comunidade terapêutica visa promover, monitorar e reforçar diariamente a mudanças de comportamento, de valores e de emoções vinculadas ao uso de drogas ou à criminalidade. O monitoramento contínuo se exerce através dos próprios membros da comunidade. Estabelece-se uma rede hierárquica entre os usuários, na qual os mais adiantados no tratamento ocupam as posições mais altas, recebendo responsabilidades e liberdades cada vez maiores. Os novatos, que ocupam a base da cadeia hierárquica de vigilância e apoio, não gozam de autonomia nenhuma. O tratamento é dividido em três níveis. O usuário avança de acordo com seu desenvolvimento comportamental, emocional e relacional. Rituais de iniciação, de passagem e de desligamento ditam o ritmo institucional e marcam as passagens de um nível ao outro.

Nesse modelo, concebe-se a dependência como sintoma de um desvio do próprio indivíduo e não como um problema causado pela droga. Daí a ênfase na transformação dos sujeitos em si mesmos. Baseia-se em um sistema, que não se reduz a procedimentos técnicos, mas na constituição de subsistemas positivos a partir da mobilização do grupo de pares. Ao invés de encarar os jovens como problemáticos ou criminosos, dá-se ênfase às potencialidades que, com o decorrer do processo, serão estimuladas e valorizadas.

O lema “você está disposto a oferecer ajuda?” destaca o comportamento proativo e a valorização da participação do usuário no processo terapêutico. A comunidade articula-se em uma rede de pares que se monitoram e se ajudam. O grupo é composto de dependentes divididos nos três níveis de progressão, de terapeutas profissionais e assistentes sociais clínicos. A eficácia desse modelo é atestada em pesquisas rigorosas e a eficácia na modificação do comportamento de delinquente encontra fortes indícios positivos. “A PPC é feita para transformar uma subcultura jovem negativa e mobilizar a força do grupo de pares de

forma produtiva...” (SPRINGER, D. 2008, p. 108) A duração do tratamento é fator determinante no sucesso, quanto maior a estadia melhores os resultados, inclusive para infratores.⁶⁵

O *tratamento ambulatorial ancorado na família* depende de um exame cuidadoso da relação entre o uso de drogas ou a prática de infração e a estrutura familiar do indivíduo. Não se pode justificar a aplicação desse modelo terapêutico pela constatação de conflitos entre o adolescente e sua família, pois isso é um fenômeno quase universal e não implica necessariamente o problema de abuso de tóxicos. Essa alternativa é mais eficaz quando há membros da família do jovem envolvidos no uso de drogas ou em atividade criminosas. Fatores como a estrutura e a dinâmica familiar devem ser considerados na escolha. Há estudos que apontam a eficácia da terapia familiar no caso de drogadição. Com relação ao comportamento infrator, a terapia familiar funcional mostra bons resultados. Nessa terapia conta-se com a assistência de um terapeuta profissional por um período de três meses. São realizadas seções terapêuticas de longa duração semanalmente com a presença de toda a família. Os efeitos dessa prática na redução dos índices da criminalidade juvenil são significativos, mas os custos operacionais são elevados⁶⁶.

Fundamentada em estruturas sociológicas e ecossistêmicas o *modelo de tratamento multissistêmico* envolve o adolescente, a família e a comunidade. Integrada a diversos serviços sociais, o processo se dá em ambientes minimamente restritivos. Assumindo-se que o comportamento é determinado a partir de uma relação entre o indivíduo

⁶⁵Sobre a eficácia desse modelo: “Embora se tenha verificado uma diferença estatística significativa entre as pessoas que completam o tratamento e as que o abandonam, em níveis de uso de drogas antes e depois de testes, deve-se lembrar que não é possível excluir a parcialidade na seleção e as variáveis externas, tais como os níveis de motivação dos adolescentes. Morral, McCaffrey e Ridgeway (2004) conduziram uma avaliação mais rigorosa de uma comunidade terapêutica para adolescentes em Los Angeles, Califórnia. Os adolescentes no grupo de tratamento haviam obtido resultados significativamente melhores em todas as escalas de uso de drogas usadas para medir níveis de uso de AOD. Não foi detectada uma diferença significativa entre o grupo de tratamento e o grupo de controle em relação à criminalidade, mas os adolescentes no grupo de tratamento tiveram, em média, durante a observação de um ano, uma maior diminuição no número de prisões, delitos contra a propriedade e crimes violentos.” (SPRINGER, D. 2008, p. 108)

⁶⁶Sobre a eficácia e os custos da Terapia familiar: “O programa *FFT* envolve um terapeuta treinado em *TFF* trabalhando durante cerca de três meses com um jovem no sistema de justiça juvenil e sua família. A meta é aumentar a probabilidade de o jovem se manter livre de problemas no futuro. Sete avaliações rigorosas desse programa foram localizadas e meta-analisadas por Aos e seus colegas, revelando que se pode esperar que o programa *FFT* típico, com controle de qualidade, reduza as taxas de reincidência de jovens em 15,9%. Essa análise indica que, sem o programa, o jovem tem uma chance de 70% de reincidir em outra condenação por um crime menor depois de um acompanhamento de 13 anos. Se o jovem participa de *FFT*, pode-se esperar que a taxa de reincidência caia para 59% – uma redução de 15,9%. O programa custa, em média, US\$ 2.325 por jovem participante. Os custos são mais altos porque é um programa de atendimento individual entre o terapeuta de *FFT* e o jovem e sua família. A redução esperada de 15,9% nas taxas de reincidência em função da *FFT* gera aproximadamente US\$ 34.146 em benefícios ao longo da vida, medidos em termos de custos à vítima do crime e ao contribuinte, que são evitados por causa do nível reduzido de atividade criminal do jovem. Espera-se que o valor líquido atual desse programa de justiça juvenil seja de US\$ 31.821 por jovem.” (SPRINGER, D. 2008, p. 110)

e as diversas estruturas concêntricas aninhadas e que, em complementaridade, é influenciado por múltiplas forças, modela-se a conduta do indivíduo a partir de intervenções em diferentes elementos ambientais e pessoais do adolescente adicto ou criminoso.

Os princípios que norteiam essa terapia são: 1- avaliar e compreender a articulação entre o problema focado e o contexto ambiental mais amplo; 2- intervenções terapêuticas positivas, que utilizam das forças e relações ambientais para potencializar as mudanças de atitude; 3- a promoção de comportamento responsável e a inibição de condutas irresponsáveis entre os membros da família; 4- orientação deve ser pragmática, voltada à uma ação concreta, buscando solucionar questões pontuais; 5- ações terapêuticas direcionadas à sequências de condutas no interior de meios múltiplos; 6- intervenções que respeitem a condição de desenvolvimento dos adolescentes, assim como as suas respectivas necessidades pedagógicas; 7- ação terapêutica contínua, planejada de forma a exigir esforços diários ou semanais; 8- eficácia das intervenções constantemente reavaliada; 9- tratamento progressivamente generalizador, que consiga manter as mudanças subjetivas à longo prazo. Acerca do caráter empírico e pragmático envolvido nesse modelo de tratamento diz Springer:

Um aspecto atraente da TMS é que tal modelo orienta-se em razão de uma prática “baseada em evidências” (ou seja, a literatura empírica apoia sua eficácia). De acordo com Henggeler (1999), a TMS utiliza abordagens de tratamento pragmáticas, focadas no problema e que têm algum suporte empírico, incluindo, mas não limitado a: terapia de família estratégica (Haley, 1976), terapia de família estrutural (Minuchin, 1974), treinamento comportamental de pais (Munger, 1993) e terapia de comportamento cognitivo (Kendal; Braswell, 1993).

Nesse modelo o terapeuta atende poucas famílias por vez, dedica cerca de quinze horas semanais e deve estar disponível 24 horas por dia. A importância da dedicação do terapeuta é essencial ao sucesso do programa. Isso torna o programa mais dispendioso financeiramente.

A *terapia cognitivo-comportamental* Consiste em intervenções voltadas a modificar as representações e as condutas do jovem criminoso ou adicto por meio de reforço positivo sobre as ações desejadas. Existem duas vertentes nessa terapia: a estritamente comportamental, que reforça bons comportamentos, e a cognitivo-comportamental, que promove intervenções sobre condutas que, por sua vez, desencadeiam mudanças cognitivas. São práticas cognitivas e comportamentais: o treinamento de habilidades sociais, o alargamento de estratégias relacionais, as intervenções sobre a relação do jovem com sua família etc... A terapia baseada na reflexão sobre temas, como a cidadania, a responsabilidade,

a democracia e etc, são de tipo estritamente cognitivos.

O primeiro aspecto comum aos modelos terapêuticos americanos e ao sistema socioeducativo é a proposição de uma espacialidade não restritiva na instituição. Apesar do CASE de São Bernardo não aplicar as medidas privativas de liberdade, pode-se constatar a mesma tendência do atendimento não restritivo no episódio de substituição das “celinhas” de internação individual da antiga FEBEM por um programa de atendimento em meio aberto. A forma arquitetônica residencial, prevista nos modelos terapêuticos comunitários e ambulatoriais - com a participação da família -, é a mesma expressa no SINASE para as Unidades de semiliberdade e internação. No Estado de São Paulo, foram construídas uma dezena de unidades segundo esse modelo. Seguem as especificações técnicas do projeto arquitetônico das unidades de semiliberdade e de internação respectivamente:

Para os programas que executam a medida de semiliberdade, a capacidade não deverá exceder a vinte adolescentes para que se mantenha um acompanhamento mais individualizado. O programa de atendimento deverá ser realizado, preferencialmente, em casas residenciais localizadas em bairros comunitários, considerando na organização do espaço físico os aspectos logísticos necessários para a execução do atendimento dessa modalidade socioeducativa, sem, contudo descaracterizá-la de uma moradia residencial. Também deverá ser respeitada a separação entre os adolescentes que receberam a medida de semiliberdade como progressão de medida e aqueles que a receberam como primeira medida. (CONANDA, 2006, p. 57.).

A adoção do modelo residencial propicia a assistência individualizada ao adolescente, possibilitando um melhor acompanhamento e inserção social. Ameniza os efeitos danosos da privação de liberdade como: ansiedade de separação, carência afetiva, baixa autoestima, afastamento da vivência familiar e comunitária, dificuldades de compreender as relações comuns do cotidiano, entre outros. (CONANDA, 2006, p. 59)

O modelo arquitetônico proposto no SINASE tem uma função terapêutica ou pedagógica. Em primeiro lugar a restrição das vagas a 20 usuários nas Unidades de semiliberdade e a 40 nas unidades de internação⁶⁷ permite uma individualização do atendimento e favorece a criação de vínculos afetivos. Além disso, a determinação das dimensões e da capacidade dos quartos impossibilita a convivência e habitação de coletivos muito numerosos

⁶⁷Sobre a capacidade das Unidades de Internação ver (CONANDA, SINASE, p. 59, 2006)

e massivos. A organização das habitações em pequenos quartos, individuais ou quádruplos, garante algum grau de intimidade e de familiaridade, elemento ambiental importante para o desenvolvimento “normal”. Atenuam-se, dessa forma, as transformações do cotidiano do jovem. A preferência por Unidades localizadas em zonas residenciais e em bairros comunitário viabiliza a preservação da convivência familiar e promove a participação da comunidade na aplicação das medidas. Permite, também, a integração com os serviços sociais regionais e com as escolas as quais os adolescentes frequentavam antes da medida.

A tripartição da unidade em módulos é requisito para o mecanismo de progressão interno. Nesse mecanismo separam-se os usuários em três níveis de cumprimento da medida: os que acabaram de chegar, aqueles que estão a meio caminho do percurso e, por fim, os que estão na última fase do atendimento. De um nível para o outro há o relaxamento das restrições, o alargamento da possibilidade de atividades externas e o aumento progressivo da autonomia. Tal mecanismo se assemelha muito com a técnica da terapia cognitiva, que premia o bom comportamento, ao mesmo tempo em que, transforma a cognição.

Destaquemos a função de redução dos efeitos do isolamento e da penalização sobre o desenvolvimento do jovem nesses projetos arquitetônicos. A mimetização de uma estrutura familiar propicia o estabelecimento de vínculos pessoais e inibe a formação da cultura prisional e de coletivos desordenados. Além disso, reduz-se o choque entre a vida comum e o cotidiano institucional. Minimiza os efeitos perversos da perda da liberdade. As proibições de isolamento e de incomunicabilidade reforçam essa característica do novo modelo institucional.

A ênfase relacional e social das técnicas terapêuticas observadas no CASE repete-se nos modelos comunitários, ambulatoriais – com a presença da família - e multissistêmicos. A formação de subsistemas de monitoramento e apoio em pares de adolescentes, praticado na comunidade terapêutica, obedece ao mesmo princípio da continuidade dos grupos reflexivos da instituição de São Bernardo do Campo. As técnicas terapêuticas buscam criar as condições para o estabelecimento: de vínculos pessoais, de um sistema de monitoramento e de apoio em rede, de uma relação mediada, ancorada num processo identitário compartilhado - seja o de superação da drogadição ou o do comportamento criminal. Fora isso, o trabalho em grupos aumenta a proporção de jovens por educador, o que reduz os custos das intervenções.

Na terapia ambulatorial, as seções com a presença da família são bastante similares ao trabalho desenvolvido no CASE. A tônica dessa técnica é a intervenção nas relações e condutas do jovem e de sua família. Outro mérito dessa prática é o resgate e

preservação de uma representação positiva do jovem para sua família. Tal imagem costuma ser abalada pela internação, seja ela devida a drogadição ou ao cometimento de uma infração. O terapeuta deve ajudar a família a superar o trauma, valorizando as qualidades do adolescente. O maior benefício dessa técnica, em relação às demais, é a durabilidade dos efeitos positivos. Heloísa Daniel também constata a maior eficácia das medidas socioeducativas quando há envolvimento familiar. A aquisição de bons comportamentos na relação familiar e o aumento do número de estratégias de sociabilização pode ser reforçada continua e duradouramente ao longo da vida familiar dos egressos, a partir de práticas simples.

No modelo multissistêmico, enfatiza-se o valor das intervenções sobre a relação do indivíduo com os diversos ambientes sociais que frequenta. Busca-se a origem do problema nas conexões do jovem com os múltiplos espaços vivenciados por ele.⁶⁸ A ação dirige-se às séries comportamentais vinculadas aos espaços sociais. Utiliza-se dos próprios ambientes para recompensar e favorecer as condutas desejadas. A progressividade e generalização dos efeitos dessa terapia são observados, também, na terapia socioeducativa que, começando por vincular os adolescentes entre si, estabelece, na sequência, um laço entre educador e educando; multiplicando as habilidades relacionais recém adquiridas e, por fim, as expandindo à relação do indivíduo com Estado ou autoridade. A diferença entre o modelo multissistêmico e o relacional está no acento dado ao ambiente por um lado, e às relações afetivas por outro.

O caráter pragmático das orientações no modelo americano não encontra correspondência nas técnicas socioeducativas. Nos grupos reflexivos do CASE as orientações são muito mais genéricas e, seus conteúdos, muito mais amplos. Ao invés de aconselhar o educando pragmaticamente, proscrevendo-lhe uma ação pontual, a reflexão se constrói sobre temas abstratos como cidadania, democracia, participação etc..., permitindo uma reorganização cognitiva e comportamental mais ampla e flexível. Nesse sentido, o modelo terapêutico do CASE está muito mais próximo das técnicas reflexivas sobre o Eu descritas por Jorge Larrosa.

A avaliação multissistêmica das relações do indivíduo com seu ambiente ocupa a mesma função desempenhada pelas práticas de levantamento de informações sobre a vida e individualidade dos adolescentes no CASE. Seu objetivo é examinar o contexto da infração e

⁶⁸Maria Lourdes Teixeira vai ao limite dessa concepção multisistêmica: “A conduta do adolescente sinaliza acontecimentos de seu meio social e de seu tempo que produzem efeitos, reverberam em seu cotidiano e em sua intimidade. Dito de outra forma, a conduta sempre revela algo do indivíduo e de seu ambiente social. No caso do delito – um sintoma – revela **algo**, mais ou menos grave (independentemente da gravidade do delito), que ocorre com o adolescente e com o tecido social.” (TEIXEIRA, M. 2006, p. 428)

isolar as relações, ou as interações, com o meio, que estão vinculadas às cadeias de comportamento delinquentes. A análise das necessidades pedagógicas e a promoção social, no modelo de socioeducação garantista, equivale às técnicas de interpretação da relação entre indivíduo e ambiente. A iniciativa do adolescente em acessar os serviços assistenciais, estimula o estabelecimento de vínculos comunitários e visa a alteração das relações entre indivíduo e seu ambiente social. A avaliação da eficácia da execução é feita da mesma forma no CASE, no modelo mult-sistêmico e no exemplo das técnicas de autoavaliação dos professores descrita por Larrosa. Seu objetivo é observar, medir e avaliar a qualidade dos investimentos e registrar as intervenções positivas nos diversos meios. A avaliação não recai sobre o adolescente, mas sobre os fatores que medem o êxito e os custos do programa. A avaliação da ação do governo liberal, no âmbito econômico, guarda semelhanças com o mecanismo de avaliação socioeducativo. Em ambos, mede-se o sucesso ou o fracasso das intervenções, a partir de observações sobre os efeitos reais da ação.

Quando se respeita a forma processual do atendimento socioeducativo e se oferece um tratamento jurídico adequado ao jovem, aplica-se uma técnica própria às terapias cognitivo-comportamentais. Pois se exige do adolescente que obedeça e respeite os princípios da cidadania, da democracia e da legalidade jurídica, na mesma medida em que se conduz o atendimento a ele reservado, induzindo o adolescente a modificar seu comportamento e a reavaliar suas ações segundo esse mesmo sistema de valores. Opera-se ali, uma intervenção de tipo cognitivo-comportamental. Pois parte-se de uma técnica cognitiva – a lição do processo, a justiça e transparência do governo – para produzir uma transformação comportamental.

VI- Conclusão

A partir das evidências trazidas pela análise, elaborar-se-á um conjunto de hipóteses para traçarmos o diagrama de funcionamento do dispositivo de responsabilização juvenil. Primeira hipótese: que a legislação socioeducativa, assim como os discursos que lhe são relacionados, é um discurso jurídico pragmático, voltado à descrição dos procedimentos legais e à determinação de princípios operacionais flexíveis, mas prolíficos, que visam

orientar as decisões e procedimentos práticos. A existência de lacunas na normatização dos procedimentos de execução da lei não representa, de nenhum modo, um distanciamento entre a lei e sua execução. A indeterminação dos procedimentos e dos critérios de aplicação das MSE garante a possibilidade de inovação e de diversificação de sua execução. Isso não significa que o direcionamento pragmático esteja ausente nessa lei, muito pelo contrário, todos os princípios que definem a MSE são de natureza operacional e visam sustentar um conjunto de práticas mais ou menos aberto. Os princípios que regem a internação, por exemplo, são todos voltados à limitação e a proibição de certas práticas. Não há a descrição minuciosa dos procedimentos e critérios da internação (a não ser nas fases preliminares, como no encaminhamento ao Instituto Médico Legal para o exame de corpo de delito de praxe), pois o essencial nessa lei é a limitação do poder penal. Essa opção pelo modelo de intervenção mínima justifica-se pelo aumento da eficácia do sistema, que se constata na redução dos prejuízos causados aos processos de desenvolvimento dos jovens. Pois, criar e manter um delinquente desde sua tenra infância é, para o governo e para a sociedade, produzir um inimigo ao qual não se pode fugir. No melhor dos casos a sociedade mantém esse indivíduo – na prisão – e arca com suas despesas. Enquanto que, ignorando a pequena infração poupa-se os cofres públicos e permite-se que o jovem se desenvolva, que se aproxime da linha da “normalidade” social, que se sustente – mesmo vivendo de pequenos roubos, do ponto de vista econômico o prejuízo não é significativo.

Compreende-se eficácia nos seguintes termos: controle das cifras do fenômeno da criminalidade juvenil; redução do número de reincidência; gestão das diferentes formas de infração; redução dos efeitos subjetivos danosos sobre o processo de desenvolvimento dos adolescentes encaminhados ao sistema socioeducativo; redução das revoltas e resistências institucionais; e redução dos custos financeiros e operacionais.

Segunda hipótese, que a noção de desenvolvimento, que é um dos fundamentos da justiça especial juvenil, não é uma proposição meramente abstrata. Mas, ao contrário, é produto de um investimento técnico-científico, cujas bases surgiram do estudo e da observação dos efeitos produzidos pelas práticas de encarceramento, exclusão e tutela da população juvenil, sobretudo dos mais pobres, na era menorista. Terceira: que o saber sobre o desenvolvimento, sua natureza e os modos como ele é afetado pelas intervenções governamentais possibilitou a emergência de novos modelos técnicos de gestão da adolescência criminosa mais eficaz do que os anteriores. Do respeito à condição peculiar de desenvolvimento derivam um conjunto implicações e normas práticas que orientam e limitam a ação socioeducativa.

A quarta hipótese é a de que o governo dos adolescentes em conflito com a lei é heterogêneo em suas práticas. Não se pode afirmar a dominância de um dispositivo sobre os outros. Há, antes, a concorrência de diversas práticas divergentes que não constitui uma unidade ou diagrama geral do poder, mas, sim, inúmeras combinações e alianças pontuais entre as diversas concepções teóricas, modelos de intervenção, regimes jurídicos, saberes técnicos e dispositivos discursivos.

Quinta hipótese: a reforma da política do sistema “penal” juvenil modificou a mecânica e a estratégia de governo e gestão da criminalidade juvenil. Por mais que observamos ainda a permanência e manutenção de práticas muito antigas em nosso sistema de responsabilização juvenil, inclusive de certas práticas do modelo tutelar, não se pode ignorar a efervescência e renovação crescente dos novos dispositivos. Houve, nos últimos anos, um processo de oxigenação do governo dos menores infratores. Vimos, inclusive, a emergência de experiências inovadoras, eficazes e consistentes. Destacamos aqui a emergência de duas das técnicas pedagógicas que, nas últimas décadas, têm produzido inovações operacionais e teóricas valiosas: 1- as técnicas de intervenção mínima, o governo de gestão econômica que, além de poupar recursos financeiros que, antes eram incinerados em rebeliões e invasões da tropa de choque, ainda se poupou o cargo de muitos dos políticos, secretários de segurança e membros do alto escalão das instituições socioeducativas; 2- e as técnicas terapêuticas e reflexivas do Eu. Apesar de não serem tão eficazes quanto às outras, as intervenções terapêuticas representa, para boa parte dessa população, uma rara ocasião na qual se oferece ao jovem a oportunidade de receber alguma educação. Por fim, observamos a tendência, nesses dois modelos de atendimento – intervenção mínima e técnicas terapêuticas de subjetivação -, no esvaziamento do conteúdo das ações pedagógicas.

Apesar da fragmentariedade do atendimento socioeducativo, há uma tendência geral em direção ao esvaziamento do conteúdo pedagógico das intervenções sobre os adolescentes em conflito com a lei. As ações pedagógicas estão, cada vez mais, centradas na administração de processos subjetivos e na redução dos riscos e custos produzidos pela própria instituição. As práticas voltadas à aquisição de saberes, de apreensão de conteúdos são cada vez mais raras. Mesmo nos espaços tradicionalmente reservados à transmissão de conhecimento, como os espaços escolares, é possível observar a predominância das práticas voltadas à transformação dos sujeitos, de seus afetos e condutas. Buscaremos agora descrever as técnicas de intervenção mínima, que, a nosso ver, renderam melhores resultados do que todas as outras, pois foram capazes de reverter – parcialmente pelo menos – o quadro absolutamente desfavorável deixado após a extinção da FEBEM.

A justiça penal mínima consiste na limitação da intervenção estatal sobre os infrator. As medidas de restrição vão da fase processual do julgamento – através das garantias processuais – à fase da execução. Karina Sposato define essa política da seguinte forma:

Se a medida socioeducativa representa uma resposta penal que restringe direitos, deve reduzir-se ao mínimo possível. A integração do princípio às demais garantias penais e processuais somente pode ser bem sucedida, na medida em que, ambos funcionem como limitação à pretensão punitiva do Estado. Concretamente, essas limitações devem impedir a imposição de medidas abusivas e evitar os efeitos negativos decorrentes da aplicação das medidas, especialmente das privativas da liberdade. (SPOSATO, 2006, p. 273)

Apesar dos esforços em se desenvolver um guia dos procedimentos socioeducativos baseados nas ações propositivas de garantia, as técnicas da Intervenção Mínima tem se aplicado com maior sucesso e consistência. Isso se deve, por um lado, à resistência conservadora à implementação do ECA, que, não admite uma resposta benevolente à criminalidade juvenil. Por outro lado, essa vantagem do modelo liberal se deve à tendência, no discurso socioeducativo de viés garantista-compensatório, de recuperar práticas e posições típicas da era tutelar que, conforme se constatou ao longo dos anos, são pouco eficazes e muito dispendiosas.

O critério de legalidade, por exemplo, significa a reconfiguração da estrutura legal que condicionava a intervenção Estatal no modelo anterior. Modificou-se a definição das condutas juvenis passíveis de intervenção “penal”. Proibindo as práticas discricionais ensejadas pela ambiguidade das noções de “situação irregular” e “comportamento antisocial”, o princípio de legalidade e as garantias processuais em geral representam uma transformação importante na política de tratamento dos menores infratores. Passa-se de um modelo de institucionalização desenfreada da juventude pobre a um modelo fundado na limitação do poder penal. Vemos, por tanto, como o reordenamento das categorias jurídicas operadas no ECA produz efeitos práticos imediatos. A alteração das normas, regulamentos e da estrutura operacional dos processos da justiça juvenil resultou numa política penal mínima, cuja função é limitar o governo dos jovens delinquentes.

Outra característica da justiça penal mínima é a promoção de soluções alternativas e extrapenais. A iniciativa da justiça restaurativa é, nesse sentido, uma manifestação da justiça penal juvenil mínima. Por mais que não se encontre expressa no texto legal, essa característica

está em conformidade com os princípios e objetivos da socioeducação. Ademais, pode-se encontrá-la nas legislações internacionais que precederam e motivaram o ECA⁶⁹:

A técnica de minimização penal visa reduzir a frequência e intensidade desses fenômenos em um nível estatístico. O objeto da ação governamental é, aqui, a população dos adolescentes infratores em geral. Os fracassos individuais são negligenciados, desde que se mantenha uma macro-regularidade dos fenômenos indesejados. Essa mecânica de governo é compatível com as técnicas de Segurança – ou técnicas de governo liberal - mencionadas por Foucault *Em defesa da sociedade*.

Para os teóricos da Teoria da Rotulação Social ou da Interação Social (labeling approach), as respostas institucionalizadas produzem efeitos estigmatizantes nos indivíduos e favorecem uma carreira criminal. Os efeitos são ainda mais incisivos em se tratando de pessoas em desenvolvimento. Parece inegável que a rotulação de delinquente para um jovem pode constituir-se como identidade numa fase em que a personalidade está em formação. Para os adolescentes de qualquer classe e segmento social, o grupo de convivência e socialização desempenha um papel extremamente significativo. É ele que confere o sentimento de pertinência na sociedade. Assim, a passagem pelo Sistema de Justiça formal e também por instituições correccionais pode representar a formação de uma identidade criminosa, mesmo nos casos de adolescentes que passam pela experiência da infração como um episódio em suas vidas. (SPOSATO, 2006, p. 259)

Devem-se considerar três coisas na escolha da medida jurídica: a **gravidade** e as **circunstâncias** da infração e a **capacidade** do jovem em cumprir com as determinações da justiça. O critério da capacidade está vinculado à análise das condições efetivas e individuais do processo de desenvolvimento do adolescente. As necessidades particulares derivadas do processo de formação pelo qual passa o acusado devem ser consideradas para que se possa planejar adequadamente a resposta socioeducativa.

A adequação da pena à capacidade do jovem sobrepõe-se ao princípio de proporcionalidade na medida em que, no ECA, ao invés de se estabelecer uma relação direta entre a gravidade da infração e a intensidade da pena, orienta a seleção da medida em função da capacidade do acusado em cumprir a medida. Em relação à mecânica do direito penal

⁶⁹ Os Estados Partes buscarão promover o estabelecimento de leis, procedimentos, autoridades e instituições específicas para as crianças de quem se alegue ter infringido as leis penais ou que sejam acusadas ou declaradas culpadas de tê-las infringido, e em particular: (...) b) a adoção, sempre que conveniente e desejável, de medidas para tratar dessas crianças sem recorrer a procedimentos judiciais, contanto que sejam respeitados plenamente os direitos humanos e as garantias legais. (ONU, CIDC, 1989 art. 40, parágrafo 3, linha b)

ordinário, baseada na correspondência entre o tipo de infração e a quantidade de pena, a flexibilização da seleção da medida em função da adequação e da individuação tem dois sentidos: o aumento da autoridade do juiz e o da possibilidade de minimização da pena ou mesmo da formulação de uma resposta extrapenal. Nota-se que é o respeito à condição peculiar de desenvolvimento que motiva essa flexibilização, pois a individualidade – tanto no que se refere à capacidade de cumprimento da medida, como no que se refere às necessidades particulares do indivíduo – é facilmente perturbável nesse período da vida, em especial quando se trata de jovens em situação de vulnerabilidade.

A ideia central consiste na redução da intervenção penal ao mínimo indispensável, especialmente em se tratando da adolescência. Neste campo, o grande desafio está em ponderar as condições objetivas do fato delituoso e as condições subjetivas do autor (como a personalidade), e ainda a ineficácia do sistema de justiça. Isso porque a reação legal não poderá ser desproporcionada nem mais violenta que as condutas que quer reprimir. O princípio, desse modo, interfere diretamente na imposição da medida adequada, mas também produz efeitos quanto à duração e à forma de cumprimento. (SPOSATO, K. 2006, p. 264)

Outro limite da ação penal juvenil está no princípio do “melhor interesse do jovem”. Determina-se aqui que a ação governamental deve visar prioritariamente o “interesse do jovem”. Limitando-se, por tanto, a importância das pretensões penais e de controle social no sistema socioeducativo. Tal limite garante a prioridade da prevenção especial sobre a geral, na medida em que, a prevenção geral é normalmente mais compatível com o interesse do adolescente. A garantia de convivência com a família e comunidade e a proibição das práticas de isolamento e de incomunicabilidade decorrem do respeito ao “interesse do jovem”. Constituem uma limitação do caráter penal da socioeducação que responde ao princípio da racionalidade, pois minimizam certos atributos da pena aos quais se atribui especial importância sobre os seus efeitos negativos em adolescentes. Destacam-se a minimização dos efeitos do isolamento e a importância da convivência familiar no desenvolvimento saudável.

Determina-se quais são os direitos que podem ser suprimidos na execução das medidas, as garantias que devem ser asseguradas, os objetos que devem ser visados pela intervenção estatal etc... Mas, acima de tudo e essencialmente, a função desse “manual de procedimentos” é delimitar os direitos que não devem ser sancionados na execução das medidas, as garantias que não são motivos para ação compensatória e os objetos sobre os quais deve-se evitar agir e

os meios alternativos e indiretos pelos quais é necessário agir para intervir sobre essa classe de objetos. Dediquemo-nos agora a análise do saber desenvolvido sobre o conceito de desenvolvimento a partir da oposição às práticas tutelares.

O governo mínimo da infração juvenil é uma resposta ao antigo modelo tutelar. Vejamos como suas manifestações, no ECA, opõe-se, ponto à ponto, ao antigo modelo menorista. Limitam-se especialmente as intervenções preventivas pré-delituais que, na era menorista, fundavam-se no conceito de “periculosidade”. Os efeitos práticos desse reordenamento das normas que condicionam a ação socioeducativa estão na delimitação mais estreita das condutas repreensíveis e, conseqüentemente, do número total das intervenções penais sobre os jovens pobres. A redução do número de ações socioeducativas reduz os efeitos negativos produzidos pelo sistema penal juvenil sobre o fenômeno da criminalidade, tais como: o número de reincidência; a precarização das condições sociais que favorecem o comportamento criminoso; a dificuldade de acesso dos jovens internados aos serviços sociais que inibem o comportamento delinquente; os custos políticos e materiais do sistema penal; e os danos causados aos jovens pelas práticas penais. Assim, se ganha em eficácia..

Os princípios operacionais de brevidade das penas e de adequação da medida estabelecidos no ECA também encontram no direito penal mínimo sua última razão. Apesar de, no ECA, os imperativos de excepcionalidade e brevidade condicionarem diretamente as penas de internação, não há razão para que não se o aplique em outros casos. Assim, a necessidade de se demonstrar a adequação da medida à capacidade do adolescente de cumpri-la também se encontra destacada no conjunto de normas que condiciona a internação, mas não se limita a ela. A limitação da internação, e do caráter penal em geral, são formas de reduzir os efeitos produzidos pela política de encarceramento da juventude pobre na era tutelar. Foram as observações técnicas e científicas acerca dos efeitos negativos do encarceramento e da institucionalização dos jovens na era tutelar, que deram visibilidade à esse novo modelo de ação socioeducativa.

Constituído a partir de contribuições oriundas de diversos campos científicos – dentre os quais se destaca a psicologia, a psiquiatria, a sociologia, as ciências jurídicas e a pedagogia –, esse conjunto teórico identifica alguns fenômenos que afetam de maneira negativa ou positiva os resultados das práticas de atendimento ao jovem infrator. A proibição de isolamento nas instituições de responsabilização é derivada das observações acerca dos efeitos subjetivos das práticas tutelares. A restrição da duração da internação e a promoção das medidas em meio aberto são igualmente parte desse conjunto de procedimentos limitativos

desenvolvidos na transição entre o modelo tutelar e o socioeducativo.

O processo de desenvolvimento é tomado aqui enquanto dado natural, ao qual a ação governamental deve respeitar e conhecer. A princípio, deve-se deixar o desenvolvimento correr livremente. A intervenção sobre esse processo não deve ser direta, antes, deve visar o meio social e as condições materiais necessárias ao bom andamento do processo. A experiência tutelar e o investimento científico com base na observação de seu fracasso nos mostram que a ação direta sobre o adolescente, em especial as ações disciplinares e as técnicas de isolamento, produzem efeitos negativos sobre eles. A teoria crítica do modelo prisional menorista elenca uma série de efeitos negativos relacionados às práticas de encarceramento e disciplinamento: a estigmatização dos condenados, o favorecimento do desenvolvimento de carreiras criminais, o aumento da incidência de episódios psicopatológicos causada pelo isolamento, o retardo e bloqueio do desenvolvimento dos jovens internados, as dificuldades enfrentadas pelas ações ressocializantes realizadas sem o apoio da família e da comunidade, o atraso escolar e os altos índices de comportamentos violentos e de rebeliões dentre os internos.

Inventou-se/descobriu-se essa nova noção de desenvolvimento no estudo sobre os efeitos da política tutelar-penalista da situação “irregular”. O governo da era FEBEM adotou uma política de “sequestro” da infância vulnerável, cujo objetivo era garantir as condições materiais e morais mínimas para a formação dessa população. Apartou-os da promiscuidade de seus lares e disciplinou seus corpos, o que esse mecanismo tutelar produziu?

Localizamos em *Vigiar e Punir* (1975) de Michael Foucault e *A ordem psiquiátrica* (1977) de Robert Castel os germes dessa tradição crítica do modelo penal carcerário. No que se refere às medidas socioeducativas podemos citar o artigo de Rita de Cássio Pereira Lima “Diagnósticos psicossociais de crianças e adolescentes na FEBEM de São Paulo” de 1999, no qual se faz uma análise dos mecanismos de avaliações *psicológicas* na antiga instituição penal juvenil. Esse mecanismo de diagnósticos acaba reforçando as tendências de desenvolvimento de psicopatologias nos adolescentes encaminhados para a avaliação: multiplicação dos desvios de conduta realizada pela falta de consistência nos diagnósticos, intensificação dos comportamentos violentos e anti-sociais gerados pela rotulação institucional. A autora critica ainda, os critérios arbitrários para a internação ou libertação. Problematicando a função do psicanalista institucional, na medida em que ele reproduz as práticas institucionais e acaba por

promover em seus pacientes os comportamentos violentos que ele deseja tratar⁷⁰, escondendo-se sob o manto da neutralidade e da imparcialidade.

Carmen Sylvia Vidigal Moraes em sua pesquisa “Normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras” relata o desenvolvimento das instituições de acolhimento para as crianças pobres. Ela interpreta as práticas e os discursos institucionais/infantis do fim do século XIX e começo do XX como pertencendo a uma forma de governo disciplinar, voltada para a supressão de mão de obra barata. É curioso como, desde o início, as iniciativas teóricas das instituições infanto-juvenis são fracas. O elogio ao valor da labuta que justifica todo o funcionamento dessas entidades não recebe nenhum desenvolvimento teórico importante. A precocidade dos procedimentos internos dos abrigos pouco pôde acrescentar a elaboração discursiva.

A tendência à aplicação de técnicas pedagógicas de conteúdo esvaziado ultrapassa o modelo de intervenção mínima. Aparece, talvez, como denominador comum das práticas socioeducativas. Observemos o processo de esvaziamento das ações de escolarização nas entidades voltadas, seja aos jovens desamparados, seja aos delinquentes. Carmen Moraes descreve uma série de investimentos escolares significativos no *Seminário Glória*. A instituição chegou a formar alunas no magistério. É verdade que nunca houve uma constância nas iniciativas de escolarização, mas, em geral, as internas saíam do Seminário alfabetizadas e com noções rudimentares do Francês. Comparando com as iniciativas atuais, o fracasso da escola das instituições do começo do século poderiam nos servir como metas. Ainda mais se considerarmos a taxa de analfabetismo no começo do século e nos dias de hoje.

Na comparação entre as iniciativas de escolarização das primeiras instituições de Bem Estar Social e as atuais iniciativas de escolarização no sistema socioeducativo constata-se uma significativa redução da importância e dos investimentos nessa área. O completo descaso com as práticas escolares nas atuais instituições. Vimos que somente em uma unidade do Rio Grande do sul menciona-se a pretensão de alfabetizar os educandos. No resto das iniciativas analisadas as aulas consistem em reflexões morais, que nada adicionam ao saber dos alunos. Expomos uma série de práticas terapêuticas e jurídicas que alcançaram relativo sucesso. Não são mais difíceis de implementar do que um curso de alfabetização. O esvaziamento da escola no sistema socioeducativo é uma opção, uma estratégia administrativa. Qual é o significado dessa tática?

⁷⁰ Pois, como nota Rita de Cássio Pereira Lima, a postergação indefinida da internação causada por pareceres negativos aumenta a possibilidade e a disposição para comportamentos antissociais na medida em que, no cotidiano institucional, a agressividade é recompensada com o respeito e reconhecimento dos outros jovens. (ver LIMA, Rita. 1999, p. 172)

Via de regra as práticas escolares, mesmo na alfabetização, exigem certo disciplinamento e ordenação dos alunos e dos mestres. Apreender a escrever é um processo árduo, principalmente para adolescentes nessas circunstâncias. Ora, os grupos de discussão, as atividades culturais, as seções terapêuticas individuais e o trabalho da PSC não exigem tal organização, concentração ou regularidade. Preferiu-se que os jovens fossem poupados dessa atividade disciplinar para que se minimizasse a resistência dos jovens às atividades socioeducativas. Tal política tem como objetivo reduzir os riscos e os gastos do sistema. Intervenção mínima é também resistência mínima.

Emergiram em nossa análise quatro formas, mais ou menos determinadas, de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. A primeira é a tutelar/penalista que ainda hoje vigora em muitas das instituições de responsabilização. A segunda é o governo terapêutico/pastoral, baseado em técnicas psicológicas, pedagógicas e pastorais voltadas a modificação da relação do indivíduo consegue mesmo. O terceiro tipo é o modelo de intervenção mínima. Por fim o dispositivo garantista-compensatório. Na verdade poder-se-ia subdividir essas formas de outras maneiras. Ressaltando uma característica aqui, suprimindo outra ali, chegar-se-ia a outra conclusão. Uma análise detalhada das práticas concretas faz mais visível as impurezas dos dispositivos do que a unidade do diagrama socioeducativo. A característica mais marcante da socioeducação é a diversidade dos discursos, das técnicas e dos saberes.

Se considerarmos a governamentalidade certa homogeneidade teórico/prática disseminada por toda a extensão de um sistema, uma racionalidade imanente a todos os dispositivos concretos, não poderíamos admitir no sistema socioeducativo a existência de tal estrutura. Não há prática ou discurso que se aplique ao campo socioeducativo por inteiro. Não é esse o caso. Foucault não se cansa de mostrar a co-presença de tipos distintos de governo ou mesmo as composições de transição, que reúnem características de pelo menos dois dispositivos técnicos onde relacionam saber, poder e subjetividade. Um diagrama não é necessariamente hegemônico. Podem competir entre si em um mesmo campo.

O modelo tutelar/penal não se estabelece sobre nenhum saber específico, não contém em si a determinação de seu objeto nem de seu sujeito. É sem dúvida uma força, mas padece de uma unidade entre a racionalidade e a operacionalidade. As técnicas terapêuticas/pastorais são muito diversas entre si. Remetem a diferentes origens. Há, por um

lado, uma reminiscência católica pastoral, presente nas instituições de atenção à infância e juventude muito antes do surgimento de nosso país. E, do outro lado, derivam de técnicas terapêuticas recentes, desenvolvidas em instituições abertas e flexíveis, notoriamente técnicas terapêuticas e pedagógicas de administração e gestão dos processos subjetivos. A análise dos modelos de tratamento para adolescentes infratores e usuários de drogas nos EUA, mostrou certo parentesco entre o governo socioeducativo e as novas instituições terapêuticas de reabilitação. Mesmo assim, como nos mostra Foucault, devemos desconfiar da autenticidade dessas técnicas *psi*. É bem razoável supor certo parentesco entre a atenção terapêutica e as práticas pastorais. As terapias e o pastorado não compartilham o mesmo solo epistemológico, contudo, tem como denominador comum os exercícios de confissão, autoavaliação, auto-observação e reflexão crítica do indivíduo sobre sua conduta.

Há a apropriação das técnicas pastorais pelo governo terapêutico do Eu sem que haja prejuízo teórico para este. A composição das técnicas pastorais com os dispositivos terapêuticos auto-reflexivos estão na origem mesma das instituições de atenção à infância des governada de nosso país. De sorte que, antes, as técnicas disciplinares atravessavam os dispositivos religiosos e terapêuticos.

Observemos a influência da forma de governo pastoral sobre as práticas terapêuticas utilizadas no CASE de São Bernardo do Campo. Os exercícios reflexivos e narrativos dos grupos de reflexão, que se presta a produzir um sujeito promovendo certas modalidades da relação de si para si mesmo, são acompanhados pelas técnicas pedagógicas voltadas à modificação da relação do indivíduo com seus pares, familiares e educadores e ao estabelecimento de um vínculo afetivo entre o técnico/educador e o educando. Combina-se aqui a processos de subjetivação reflexivos e modos de criação coletiva de identidades. Nas técnicas educativas do Eu o foco está na elaboração de um discurso-verdadeiro sobre si segundo certas regras de composição que conduzem a um processo de subjetivação voltado à transformação dirigida da conduta. O processo de elaboração de uma identidade compartilhada pelo grupo reflexivo promove, em primeiro lugar, um ambiente afetivamente favorável, no qual os indivíduos se sintam à vontade para se expressar sobre temas que lhes são comuns. A intervenção sobre os afetos precede à identificação discursiva. Essa só será possível, na medida em que o educador for capaz de relacionar as vozes, promover uma expressão comum, compartilhada por todos os membros do grupo. Essa forma coletiva da técnica terapêutica é utilizada principalmente em instituições de reabilitação, de alcoólicos e narcóticos anônimos onde a relação essencial está no vínculo entre educando, adolescente, viciado e o técnico, o educador, o psicólogo ou mesmo o veterano. Se a política de

intervenção mínima é um governo de gestão de riscos – da periculosidade atribuída a essa população, mas, sobretudo, da ameaça gerada pela própria instituição penal na medida em que ela priva os jovens das condições mínimas para o seu desenvolvimento e agrava a condição social que pretende melhorar- as práticas terapêuticas são um governo das condutas individuais, dos sujeitos.

Na FEBEM os pareceres e laudos técnicos eram ferramentas de diagnóstico em termos psiquiátricos, de classificação, divisão e exclusão. O sujeito criminoso era inventado pela instituição, mas enquanto rótulo, enquanto desvio em relação ao normal. A verdade sobre ele era produzida pelo médico sob as regras discursivas da psiquiatria. A função da avaliação e da terapia na instituição socioeducativa tende a assumir outra forma. A fala do adolescente não será interpretada pelo saber verdadeiro do médico que classifica. O indivíduo é induzido a falar sobre si mesmo, mas não de qualquer modo. Estimular-se-á o sujeito a expressar sua individualidade, contar sua vida, conquanto ele respeite o roteiro pré-estabelecido, reflita sobre determinados assuntos e se posicione diante do outro da maneira prevista. A verdade sobre o educando é produzida por ele mesmo e não diz respeito a um saber médico, mas há um saber auto-observar-se, autoavaliar-se. Deve dominar as técnicas da expressão de si mesmo. O processo de subjetivação parte dele mesmo e não de fora. Não mais se procede por exclusão, mas por autoavaliação e auto-disciplinamento. O desvio da norma não é mais uma categoria, é um estágio de maturação, de desenvolvimento, de responsabilidade para o qual todos devem se direcionar.

No modelo tutelar os pareceres enriqueciam o conhecimento sobre a população de menores em situação irregular, suas condições econômicas, seus traços de personalidade, suas relações com a criminalidade, seu índice de periculosidade. A verdade que o discurso produzia era o perfil da população encarcerada. Na socioeducação a produção psiquiátrica de pareceres ainda subsiste, mas é cada vez mais marginal. Os dados colhidos nas seções de terapia e nas entrevistas pessoais não se prestam mais à avaliação do adolescente, de seus desvios, mas, sim, a avaliação da eficácia do próprio sistema socioeducativo, de suas intervenções e de suas falhas. A verdade está na elaboração dos procedimentos mais adequados para os fins propostos. São as intervenções do governo sobre os sujeitos que constituem a verdade. Autonomização do saber terapêutico.

Os procedimentos de intervenção mínima são frutos da observação das más práticas, das intervenções inadequadas. A meta desse saber é aprimorar a eficácia do governo a partir da delimitação dos procedimentos e normas que respeitam e consideram a natureza dos

processos que se quer governar. No caso dos adolescentes em conflito com a lei o processo que se deve visar é o desenvolvimento do adolescente. É preciso saber deixa-lo agir por si mesmo, seguir seu bom rumo. Vimos que, as técnicas de intervenção mínima buscam, sobretudo, levar em consideração e respeitar a condição de desenvolvimento. Na maioria dos casos em que a intervenção se faz necessária ela se volta à minimização dos efeitos danosos das penas e das sanções sobre os processos de formação subjetiva do jovem. Se for necessário internar o adolescente deve-se fazer de tudo para criar um ambiente que mimetize as condições naturais e adequadas para o desenvolvimento saudável. A relação com a família deve ser mantida, a escolarização também, a arquitetura institucional deve comportar um modo de vida adequado, próximo do familiar.

Apresentemos a seguir uma composição heterogênea de concepções jurídicas e de práticas pedagógicas que se opõem diametralmente ao modelo de intervenção mínima. Aqui as práticas educativas baseadas em transmissão de conteúdos e valores morais é resgatada. As posições garantistas, normalmente vinculadas ao ECA, não estão livre da influências repressivas e até tutelares. Adverte-se o leitor quanto ao perigo de algumas posições aparentemente insuspeitas. Visou-se aqui apresentar proposições que colocam em ato diversas forças – repressivas, reativas e ativas – numa configuração bastante improvável, mas que, como se verá, são o resultado da acomodação conflituosa de posições. Os mecanismos concretos da socioeducação não se expressam separadamente, um depois do outro, mas se articulam e se interpõem violentamente. A única regra de composição que respeitam é a apropriação mútua indiscriminada, afinal, o sistema de responsabilização está fadado a funcionar, bem ou mal, irreversivelmente. Nota-se que, seu funcionamento não tem nada de dedutível e, praticamente em todos os casos, é produto da conexão indesejada entre forças discrepante. Muitas vezes a relação entre direito e governo é produzida numa composição improvável.

Expor-se-á o argumento da necessidade de se desresponsabilizar o adolescente em razão da determinante influência da estrutura socioeconômica e da exclusão social sobre a criminalidade juvenil. Defesa da inimputabilidade absoluta que se justifica pela omissão governamental na efetivação das garantias fundamentais. Pertencimento dessa razão ao raciocínio jurídico clássico baseado, ao mesmo tempo, no princípio de imputabilidade, nas atribuições fundamentais ofertadas às crianças e jovens e na prioridade do aspecto educativo na aplicação das medidas.

Explicuemos primeiro: elabora-se um perfil socioeconômico da população juvenil infratora, vinculando a infração juvenil a uma precedente exclusão social que, dentre outras coisas, caracteriza-se pela não efetivação, parcial ou total, dos direitos individuais e fundamentais previstos no ECA. Em seguida, responsabiliza-se o Estado e a sociedade pelo fracasso na implementação de suas políticas públicas de atenção aos menores. Atribui-se a responsabilidade pelo fenômeno da criminalidade à precária estrutura socioeconômica e à omissão do Estado em relação à juventude desfavorecida

A atribuição de capacidade penal a essa população torna-se inviável em razão da precedente omissão e negligência sociopolítica. Pois, implica à privação do acesso às condições básicas para o amadurecimento psicológico, moral, espiritual e físico e, portanto, do desenvolvimento adequado das faculdades intelectuais e volitivas do indivíduo. Faculdades estas que, por sua vez, fundam a imputabilidade penal. Em segundo lugar, assumindo que a legitimidade do poder coercivo do Estado funda-se no respeito a esses direitos individuais - ditos inalienáveis -, é preciso admitir que a intervenção penal sobre esses indivíduos carece de fundamento lógico. Pois, se o Estado é fruto de um contrato pelo qual os indivíduos, em razão de sua conservação e de seu próprio benefício, abrem mão de sua liberdade e transferem voluntariamente parte de seus direitos ao governo, inclusive o direito ao uso da força - que, outrora, consistia no único meio que um homem dispunha para impor sua vontade sobre a dos outros - é necessário que se limite a competência do poder soberano, sob o risco de se desvirtuar o acordo que lhe deu origem. Ora, o governo, para ser legítimo, não pode privar seus cidadãos dos bens fundamentais, em razão dos quais, eles concordaram em alienar a própria liberdade. No pensamento jurídico clássico esses bens são chamados de direitos naturais, em nossa legislação são protegidos por uma cláusula que proíbe a sua supressão, total ou parcial.

Nesse sentido, o objetivo da ação socioeducativa é garantir o acesso ao sistema de assistência social, permitindo, dessa forma, que sejam asseguradas ao adolescente as condições mínimas para seu desenvolvimento. Compensam-se as omissões e privações que produziram a delinquência no sujeito ao mesmo tempo em que se lhe oferece os meios para desenvolver a capacidade de responder penalmente pelos próprios atos.

Duas são as decorrências teóricas desse pensamento. Em primeiro lugar implica a desvalorização da responsabilidade atribuída ao adolescente. Consequentemente nega-se a natureza coercitiva das medidas socioeducativas. A possível continuidade ou coerência entre o direito penal e o sistema de responsabilização do ECA chega ao seu limite com a intromissão da noção de desenvolvimento e das determinações socioeconômica - a

respeito da juventude infratora - na mecânica da imputabilidade. Deseja-se permanecer na lógica penal clássica, mas introduzem-se a ela elementos externos.

Quanto à dimensão educativa da medida, esse recurso significa a primazia absoluta do caráter pedagógico sobre o penal. Limita-se a ação socioeducativa ao viés garantista compensatório. Concebe-se o procedimento socioeducativo como atividade estritamente Estatal, em relação a qual o adolescente é um alvo passivo. Em prol do valor educativo e moral da medida, nega-se ao jovem sua posição de sujeito de direitos capaz de participar ativamente do processo de responsabilização, a não ser como potência dormente, que espera pelas condições propícias para seu florescimento automáticos. Nega-se ao indivíduo a possibilidade de recusar as ações assistenciais pretensamente benéficas e libertadoras.

Essa posição encontra seus fundamentos no texto da lei 8069, em especial quando se recusa a utilizar o termo de responsabilidade penal ou a explicitar o caráter sancionatório e repressivo inerente às medidas. A reprodução *ipse litteris* da inimputabilidade conferida aos menores no código de 1949 vai também nesse sentido. O peso dado às exigências garantistas na descrição da execução das medidas e as queixas sobre as dificuldades na efetivação das políticas de compensação socioeducativas reforçam essa interpretação. Não se pode negar que essa posição, garantista em sua prática e apenal em sua concepção, já possui alguma expressão no ECA. Não se pretende dizer com isso que ela seja inteiramente coerente com o resto do texto, com seu espírito ou com a intenção de seus autores. Emílio Garcia Mendez, um dos redatores do ECA, é crítico ferrenho dessa leitura. Segundo ele, trata-se de um movimento neo-tutelar, pois é capaz de justificar ações discricionais “em prol dos melhores interesses da juventude”. Compartilha com o código dos menores a recusa em assumir-se coercitivo e a intenção ressocializante. Em sua forma esse discurso é signatário do modelo jurídico clássico do poder soberano, em seu posicionamento na disputa acerca da maioria penal é tributário do ECA, em suas práticas é de origem tutelar. Comporta linhas de forças bastante diversas entre si, ora justifica uma ação dita progressista, ora perpetua práticas do modelo de responsabilização, discricionais e conservadoras.

Está em relação com as demais linhas discursivas, num jogo dinâmico de forças heterogêneas. É alvo de críticas dos que veem no fato do novo modelo socioeducativo assumir-se enquanto resposta repressiva do governo à infração juvenil uma conquista imprescindível. Recuperam, dessa forma, a continuidade lógica entre o conceito de imputabilidade e o de responsabilidade especial. Fundamentam a especificidade da medida na

consideração sobre o desenvolvimento ao invés de justificá-la através do recurso ao direito individual à inimizabilidade. Não mais buscando justificar o poder do soberano fundando-se sobre os direitos naturais numa mecânica teórica arranjada, mas na adequação dos procedimentos aos efeitos concretos sobre o desenvolvimento.

Os reducionistas, de sua parte, apropriam-se da concepção de responsabilidade veiculada pela posição neo-tutelar, para sustentar suas críticas à ineficácia e à impunidade do modelo de responsabilização do ECA. Além disso, a atribuição de inimizabilidade absoluta é utilizada pelos reducionistas para desqualificar a fundamentação jurídica do ECA, pois implica, do ponto de vista penal, a ausência de discernimento no adolescente, que, como vimos, é pressuposta pelo processo jurídico.

As implicações dessa posição não estão restritas ao campo discursivo. Sua inserção nas práticas é significativa. Destaca-se o tratamento singular que é dado à medida de advertência. A despeito do conflito e disparidade entre o ECA e a legislação penal, pode-se observar no que tange às garantias processuais uma área comum a esses campos do direito, uma superfície de contato onde a concordância reina. Isso, pois os legisladores do ECA optaram explicitamente por seguir o direito processual Penal no capítulo III (“das garantias processuais”) do Título III (“Dos atos infracionais”) da seção especial que trata das medidas de proteção e do sistema socioeducativo. Trata-se de uma reprodução abreviada, mais fiel, das resoluções do artigo 5º da Carta magna brasileira que dispõe sobre os direitos reservados aos cidadãos que enfrentam um processo criminal. Entretanto, deslocando o foco para o parágrafo único do artigo 114º do Estatuto de 1990, encontrar-se-á uma exceção ao princípio que condiciona a aplicação de uma pena à realização de um devido processo legal,. Reserva-se ao juiz o direito de aplicar a sanção de advertência ao adolescente mediante a apresentação de meros indícios de materialidade que liguem o acusado ao crime. Em outras palavras, o adolescente pode ser advertido em caráter oficial, sem que se tenha comprovado efetivamente sua culpa (ECA, art. 114. Parágrafo único).

Mothé Fernandes, autor de “A ação socioeducativa pública”, defende que os efeitos pedagógicos da advertência são estritamente positivos. O efeito benéfico da repressão verbal moralizante justifica a medida, mesmo no caso do jovem ser inocente das acusações, pois não se admite a sanção envolvida na advertência⁷¹. Inversamente, a posição de Cury, Mendez e Silva, é a de que essa prática representa uma verdadeira ofensa ao espírito do

⁷¹ “na dúvida, ou até mesmo em caso de improcedência do pedido, o adolescente envolvido na prática infracional deve ser advertido, i.e., devidamente alertado para as consequências jurídicas do cometimento de uma infração de natureza penal” (FERNANDES, M. A ação socioeducativa. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2002, p. 80).

Estatuto. (CURY, M., MENDEZ, E.G. e AMARAL e SILVA, A.F., 2000, p. 376.).

Ora, apontemos alguns indícios que vinculam essa prática com a posição neotutelar. Em primeiro lugar, destacamos que ao defender que os efeitos da advertência sejam exclusivamente educativos, os partidários dessa posição ignoram o caráter repressivo da medida, o que equivale a afirmar a preponderância absoluta da dimensão pedagógica das intervenções socioeducativas. Pressupõe-se também a inimputabilidade absoluta do adolescente, na medida em que a eficácia da intervenção do juiz independe da responsabilidade do indivíduo. Mesmo se o sujeito não for, de fato, o culpado pelo crime, acredita-se que a admoestação verbal produzirá efeitos benéficos, pois o mero envolvimento do adolescente em tal processo já indica uma situação de vulnerabilidade moral. O conteúdo moralizante da fala do juiz, nessa lógica, visa compensar as privações que levaram o jovem cidadão a essas circunstâncias. Por fim, a discricionariedade dessa prática, que se justifica por suas boas intenções, é compatível com o anseio produtivo e positivo da visão garantista. Anseio baseado na ideia de que a intervenção, cuja finalidade é promover o acesso de um jovem aos mecanismos de efetivação de seus direitos é sempre válida e que, o princípio de proteção integral, deve prevalecer sobre o de intervenção mínima.

Retornemos, para concluir, o fenômeno do esvaziamento do conteúdo pedagógico nas instituições de responsabilização juvenil. A tendência à redução das práticas educativas às técnicas de gestão e aos processos de subjetivação conduzidos pelo governo não é uma propriedade do sistema socioeducativo. As escolas seguem o mesmo caminho, cada vez mais os professores são formados como terapeutas. Mesmo no seio familiar o projeto pedagógico de gestão de riscos e de condutas ganha espaço. Há uma infinidade de livros, técnicos e programas de *tv* que oferecem treinamento técnico para que os pais “eduquem” seus filhos. As práticas observadas nas instituições de responsabilização estão disseminadas no tecido social e nos enganamos quando pensamos estarmos protegidos fora dos muros institucionais. Se nos tempos da legislação menorista o estado de emergência recaía sobre os jovens pobres, hoje, tempo de políticas de segurança e de pedagogia de condução dos processos de subjetivação quem corre o risco de ser “sequestrado” inadvertidamente por tal dispositivo somos nós que estamos fora dos muros. Os adolescentes em conflito com a lei gozam, pelo menos, da desconfiança e receio próprios à situação a qual são submetidos. Contudo, apesar dos propósitos esguios, é difícil negar a melhora no atendimento a essa população, por mais que, ainda hoje, haja notícias de maus-tratos e violências nessas instituições, o aumento da dignidade no atendimento é notável.

Referências

Referências

ADORNO, S. *A delinquência juvenil em São Paulo: mitos, imagens e fatos. Pro- posições*. Campinas, v. 13, n. 3, 2002. p. 45-70.

ARAÚJO, K. M. *Redução da maioridade penal para 16 anos*. Disponível em:

<http://jus.uol.com.br/revista/texto/4578/pela-reducao-da-maioridade-penal-para-os-16-anos>. Último acesso 15 de março de 2012.

BRRASIL. *Constituição Federal* (1988). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Último acesso em 24 de outubro de 2012.

_____. *Código de Menores* (1979). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm.

Último acesso 24 de dezembro de 2012.

_____. *Código Penal*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Último acesso 24 de dezembro de 2012.

_____. *Código do Processo Penal* (1941). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Último acesso 24 de dezembro de 2012.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Último acesso 24 de dezembro de 2012.

_____. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. 20012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Último acesso em 24 de outubro de 2012.

CAMPOS. M.. S; SOUZA. L. A. *Redução da Maioridade Penal: Uma Análise dos Projetos que tramitam na Câmara dos Deputados*. *Revista Ultima Ratio*. Editora *Lumen Juris*, Rio de Janeiro, Ano.1, nº 1, 2007. p. 231 – 258.

CELLA, S. M. CAMARGO, D. M. P. *Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão*. *Educação & Sociedade*, Campinas; v. 30, n. 106, 2009. p. 281-299.

CHURGIN, M. *O Papel do Governo Federal dos Estados Unidos na Justiça da Infância e Adolescência*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre; v. 33, n. 2, 2008. p. 37-46.

- COSTA, Ana Paula Motta. *Redução da Idade de Imputabilidade Penal: mitos e justificativas. Educação & Realidade*, Porto Alegre; v. 33, n. 2, 2008. p. 47-62.
- CURY, M., MENDEZ, E.G. e Amaral e Silva, A.F., *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*, 3ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- DELEUZE, G. Foucault. Trad. Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Ed. Brasiliense. 2005.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 2. São Paulo: Editora 34. 1995.
- DIGIÁCOMO, M. *Garantias processuais do adolescente autor de ato infracional - o procedimento para apuração de ato infracional à luz do direito da criança e do adolescente. in ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 207-245.*
- D'URSO, Luís Flávio Borges. *Impunidade e a Maioridade Penal*. . Disponível em: http://www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2006/artigo-a-impunidade-e-a-maioridade-penal/ . Último acesso em 5 de junho de 2012.
- EDER, Jorge. *A Redução da maioridade Penal*. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/3374/reducao-da-maioridade-penal> Último acesso em 5 de junho de 2012.
- ELIAS, R. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Saraiva, 1994
- FERNANDES, Márcio Mothé. *Ação Sócio-Educativa Pública. 2. ed. Revista, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.*
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- _____. *Los anormales*. Buenos Aires: Fondo de cultura económica de Argentina. 2000.
- _____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. *História da Sexualidade*. Vol. 1. São Paulo: graal. 2009.
- _____. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.
- _____. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução de Marcelo Alves da

- Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2010.
- DANIEL, Heloísa H. *Centro de Atendimento Socioeducativo- Uma experiência de sucesso*. In ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 521-537.
- CRAIDY, Carmen M. *A Pedagogia das Medidas Socioeducativas no Estado do Rio Grande do Sul: Entrevista concedida a GANDIM, L. A.; ICLE, G.; RICKES, S. M.. Educação & Realidade*, Porto Alegre; v. 33, n. 2, 2008. p. 177-188.
- GONÇALVES, A. B.. *Inimputabilidade e não impunidade*. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1735/Inimputabilidade-e-nao-impunidade>. Último acesso em cinco de junho de 2012.
- GUIZARDI, A. S. *Maioridade Penal: Redução X Impunidade*. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2100/Maioridade-Penal-reducao-x-impunidade> . Último acesso em cinco de junho de 2012.
- KAUFMAN, A. *Maioridade Penal*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832004000200007 . Última acesso em cinco de junho de 2012.
- LIMA, R. de C. P. *Diagnósticos psicossociais de crianças e adolescentes na Febem de São Paulo*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n108, 1999. p 161-181.
- MACHADO, Martha. Sistema Especial de Proteção da liberdade do adolescente na constituição brasileira de 1988 e no Estado da Criança e do Adolescente. In ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 87-121.
- MATTAR, L. D. *Exercício da sexualidade por adolescentes em ambientes de privação de liberdade*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo; v. 38, n. 133, 2008. p. 61-96.
- MÉNDEZ, E. *A Dimensão Política da Responsabilidade Penal dos Adolescentes na América Latina: notas para a construção de uma modesta utopia*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre; v. 33, n. 2, 2008. p. 15-36.
- _____. *Evolução histórica do direito da infância e juventude*. In ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). *Justiça, Adolescente e Ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 7-25.

- MIRANDA, A. A. de. *Redução da maioria penal: o argumento falacioso e equivocado*. Disponível em:
<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2222/Reducao-da-maioridade-penal-o-argumento-falacioso-e-equivocado>. Último acesso em cinco de junho de 2012.
- MORAES, C. S. V.. *A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras*. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, São Paulo, v. 15, 2000. p. 82-100.
- NETO, O. de S. M. *Sim à garantia para a infância e juventude do exercício dos direitos elementares da pessoa humana. Não à diminuição da imputabilidade penal*. *Educar em Revista*, Curitiba; v. 15, 1999. p. 143-148.
- _____. *Garantias legais do adolescente autor de ato infracional*. in *LANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 123-149.
- NICODEMOS, Carlos. *A natureza do sistema de responsabilização do adolescente autor de ato Infracional*. in *LANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p.61-85
- NOGUCHI, N. F. de C.; DE LA TAILLE, Y.. *Universo moral de jovens internos da Febem*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo; v. 38, n. 133, 2008. p. 11-40.
- OLIVEIRA, M. C. ; VIEIRA, A. O. M.. *Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do self adolescente*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo; v. 32, n. 1, 2006. p. 67-83.
- PAULA, Paulo A. *Ato Infracional e Natureza do sistema de responsabilização*. In *LANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 25-48.
- ONU. *Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança*. (1989). Disponível em:
http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Último acesso 24 de dezembro de 2012.
- _____. *Princípios das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil – Diretrizes de Riad* (1990). Disponível em
<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/diretriz.htm>. Último acesso em 24 de outubro de 2012.

ROCHA, C.. *Redução da Maioridade Penal*. Disponível em:

<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1202/Reducao-da-maioridade-penal>.

Último acesso em cinco de julho de 2012.

SARAIVA, J. *As garantias processuais e o adolescente a que se atribua a prática de ato infracional*. in ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 175-205.

SILVA, Antonio F. O Estatuto da Criança e do Adolescente e sistema de responsabilização penal juvenil ou o mito da inimputabilidade penal. in LANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 49-61.

SOUZA, M. L. de. *Portadores de altas habilidades entre menores infratores*. *Educação em revista* (PUCRS). Porto Alegre; v. 28, n. 1, 2005. p. 81-100.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi . *Evitar o Desperdício de Vidas*. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA;. (Org.). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. ed. São Paulo: ILANUD, 2006, v. 1, p. 427-447.

UNICEF. *Regras das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados Liberdade*(1990). Disponível em:

<http://www.tjse.jus.br/infanciaejuventude/documentos/acervo- juridico/constituicao-e-tratados-internacionais/regras-minimas-infancia-e-juventude.pdf>. Último acesso em 25 de outubro de 2012.

VARGAS, J. D.; MARINHO, F. C. *O Programa Liberdade Assistida em Belo Horizonte*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre; v 33, n 2, 2008. p 147-162.

VEYNE, P. *Foucault. O pensamento a pessoa*. Lisboa: Ed. Texto & Gráfica. 2009.

VINCENTIN, Maria C. *A questão da responsabilidade Penal juvenil: notas para uma perspectiva ético-política*. in LANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 151-173.